

Maria da Conceição Fraga

*Estudantes,
Cultura
e Política:*

a experiência dos manauaras

Análise das estratégias utilizadas pelos estudantes amazônenses ao criarem entidades estudantis para representá-los, bem como a ocupação dos espaços institucionais referentes à representação discente. Prioriza os anos de 1974 a 1979, quando surgem entidades extra-oficiais disputando a direção do Movimento Estudantil com a entidade oficial. Pesquisa as estratégias utilizadas pelos estudantes para organizar entidades autônomas, capazes de conquistar adesões, resistência ou mesmo serem ignoradas, do propósito de construir uma nova prática política. Acompanha as práticas políticas nas entidades em que se encontravam os estudantes, quer nas entidades oficiais, quer nas paralelas. Escolhe, empiricamente, os estudantes da Universidade do Amazonas privilegiando os alunos dos cursos de Agronomia, Medicina, Filosofia e, secundariamente, de Comunicação Social. Esse recorte possibilita trabalhar uma realidade que, embora num primeiro momento aparente certa homogeneidade em relação à participação política, ao ser analisada atentamente revela encaminhamentos distintos.

ESTUDANTES, CULTURA E POLÍTICA:
a experiência dos manauaras

**ESTUDANTES, CULTURA E POLÍTICA:
a experiência dos manauaras**

Maria da Conceição Fraga

Manaus

Editora da Universidade do Amazonas

1996

Revisão: José Enos Rodrigues
Isaac Warden Lewis

Capa: Valcimar Amorin da Silva
Algenir Ferraz Suano da Silva
Edmilson Melo Salgado

Ficha catalográfica

Elaborada pela Coordenação de Editoração

Fraga, Maria da Conceição

Estudantes, cultura e política: a experiência dos manauaras / Maria da Conceição Fraga. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 1996.

142 p.

ISBN 85-85482-64-8

1. Movimento estudantil 2. Cultura 3. Política.

I. Título.

CDD 371.83

CDU323.26(043.2)

PREFÁCIO

A Política como exercício da liberdade

O trabalho que ora apresentamos reconstitui e analisa o processo de organização dos estudantes manauaras nos anos 70. Ao fazê-lo, a autora revela formas particulares de constituição do movimento estudantil universitário no Amazonas, especificidades que se expressam na estratégia de criação de Centros Culturais como forma de aglutinação dos estudantes, espaços de sociabilidade que se pretendem e se tornam efetivamente espaços de resistência ao poder autoritário.

Junto com a memória do movimento estudantil, a autora resgata a própria história da Universidade do Amazonas desde sua fundação, além de recuperar aspectos significativos da dinâmica política do Estado naquele período. Situando sua análise num espaço empírico fora do eixo Sul-Sudeste, ela mostra que a resistência ao autoritarismo, longe de estar geograficamente circunscrita, se fez promessa e presença em outros lugares, inaugurando muitas vezes outras formas de ação e de práticas políticas.

O texto também tematiza o rico movimento cultural que, a partir da década de 60, mobilizou a juventude universitária brasileira, logrando se constituir em ponto de inflexão de nossa história cultural. Através das artes, buscava-se pensar e expressar o Brasil. Os Festivais de Música Popular Brasileira, a Tropicália, o Cinema Novo, o Teatro Popular, para além de seu significado como movimento de renovação estética, eram expressão de uma nova atitude política.

Vivia-se um daqueles momentos raros em que a história ganha uma materialidade tal que faz as mudanças parecerem algo próximo e tangível. Tempos de criatividade. Tempos de ação. Diferentemente do clima de passividade e apatia que hoje conhecemos, os jovens acreditavam poder mudar o mundo. E tudo parecia possível. Portanto, ao lançar luz sobre a experiência estudantil, o texto resgata fragmentos importantes do período em que parcelas da juventude brasileira associadas a outros atores sociais, propunham projetos de transformação para o país. Iniciativas que foram respondidas arbitrariamente através da imposição do silêncio e da interdição de seus atos.

Inauguram-se tempos sombrios. Hoje é cômodo responsabilizar os estudantes pela fragilidade organizativa, dispersão e ausência de propostas. Pelos descaminhos do seu movimento. Mas é sempre bom lembrar que essa geração que hoje chega à Universidade, teve desligado os fios da memória que poderiam alimentá-la de um passado repleto de experiências de organização e de lutas.

Paul Connerton assegura que a incessante obra humana de recriação do mundo é tributária da memória, porque todos os inícios contêm elementos de recordação. O autor justifica a importância das referências do passado para a constituição das práticas sociais do presente afirmando que *entendemos o mundo presente num contexto que se liga casualmente a acontecimentos e objetivos do passado e que, portanto, toma como referência acontecimentos e objetos que não estamos a viver ao vivermos o presente. E viveremos o nosso presente de forma diferente de acordo com os diferentes passados com que pudermos relacioná-lo*. Nesse sentido, as práticas repressivas atingiram duplamente os movimentos sociais: de um lado utilizando formas de impedir

penalizar suas ações, e de outro, através da tentativa de anular essa experiência, ignorando seu registro nas obras oficiais, condenando-os através do silêncio a uma não existência.

Walter Benjamin, o filósofo alemão que fez da memória um dos eixos centrais de suas reflexões, chama nossa atenção para as dificuldades de intercambiar experiências na sociedade contemporânea. Frente ao risco de desaparecimento dos narradores e das narrativas, os instrumentos de salvação do passado, ele exorta a todos para a tarefa de preservação da memória, *a salvação do esquecimento*.

Tomando o tema por outro prisma, o historiador Jacques Le Goff alerta para o significado político da disputa que se estabelece em toda a sociedade para definir o que deve ser conservado e a quem cabe a tarefa de fazê-lo. Para ele, *tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva*.

Em seu último livro, *A Era dos Extremos*, Hobsbawm também revela preocupação com o declínio do intercâmbio de experiências que possibilita a reelaboração do passado e constitui a memória social ao afirmar: *a destruição do passado - ou melhor, dos mecanismos sociais que vinculam nossa experiência pessoal à de gerações passadas - é um dos fenômenos mais característicos e lúgubres do século XX. Quase todos os jovens de hoje crescem numa espécie de presente contínuo, sem qualquer relação orgânica com o passado público da época em que vivem. É nessa perspectiva que devemos mensurar a importância deste*

livro. Sua existência encontra-se plenamente justificada nas elaborações desses autores, ao resgatar lembranças que podem potencializar o futuro.

Além do trabalho de resgate da memória do movimento estudantil universitário no Amazonas, o texto nos conduz a reflexões fundamentais sobre o sentido e o lugar da política na sociedade. Compartilhando o pensamento de Hannah Arendt, a autora nos aponta a importância e o significado do dom de agir intrínseco a homens e mulheres. As ações de cada um desses seres únicos e irrepetíveis, representando sempre um novo início, inauguram a partir de si mesmos uma nova cadeia. Para Arendt, a liberdade se encontra na experiência do agir na esfera da política. Em suas palavras, *se o sentido da política é a liberdade, então isso significa que nós, nesse espaço, e em nenhum outro, temos de fato o direito de ter a expectativa de milagres (...) porque os homens enquanto puderem agir são aptos a realizar o improvável e o imprevisível e realizam-no continuamente, quer saibam disso quer não.*

Inspirando-se nessas reflexões e através de pesquisa séria e criteriosa, a autora coloca diante de nós grupo de estudantes, ainda adolescentes que, desafiando as tentativas de amordaçamento impostas pelo mau encontro entre o autoritarismo militar e a cumplicidade das burocracias universitárias, constroem, no cotidiano estudantil, práticas políticas que são forjadas a partir das artes e da cultura.

A fala dos protagonistas, muitos deles hoje ocupando cargos e desempenhando funções políticas e administrativas no aparelho do Estado, são o eixo vivo para suas elaborações. Reafirma-se a importância do Movimento Estudantil como instância de formação e produção de quadros políticos. Uns compartilhando sistema de valores que os faz integrar entidades e movimentos comprometidos com as questões sociais

que dilaceram nosso país. Outros envolvidos com práticas e conteúdos justificadores da ordem social. Em ambos os casos, no entanto, podemos perceber a experiência do Movimento Estudantil, materializando-se em trajetórias individuais e coletivas que, embora iluminadas por diferentes visões de mundo, parecem convergir, no que diz respeito à importância atribuída, à atuação no espaço público.

Os aspectos aqui ressaltados além dos que serão revelados durante a leitura, fazem deste livro importante contribuição sobre a temática, somando-se, portanto, à expressiva literatura voltada para a reconstrução das múltiplas dimensões que fazem desse período, um momento ímpar na história política e social brasileira.

Deixo-os agora na companhia de Maria da Conceição Fraga e dos estudantes manauaras, com os votos de que este livro seja lido com o mesmo cuidado e atenção com que ele foi escrito.

Natal, junho de 1996.

Brasília Carlos Ferreira

*Para Pablo e Chloé
meus sobrinhos.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço os apoios institucionais do CNPq, da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade do Amazonas que, em momentos distintos, forneceram condições materiais para a realização da pesquisa, através da concessão de auxílio financeiro e bolsas. Aos colegas do Instituto de Ciências Humanas e Letras, particularmente os colegas do Departamento de Ciências Sociais, que me reduziram as atividades acadêmicas, especialmente nos momentos finais do trabalho.

Aos professores da Pós-Graduação em Ciências Sociais, da UFRN, Dacier Barros, Jacira Gondim, Maria do Livramento, pelos gestos de coleguismo manifestados em momentos muito difíceis do curso. Aos colegas do curso, pelo companheirismo e a amizade compartilhada. Aos professores Ilza Leão e Willington Germano, pelas valiosas contribuições fornecidas no momento da qualificação do projeto.

À orientadora, professora Brasília Carlos Ferreira, agradeço a confiança e o estímulo com que conduziu a orientação, bem como as preciosas sugestões incorporadas ao longo do trabalho. Sinto-me grata ainda pelo rigor profissional expresso nas exigências científicas, como exige o ritual do mundo acadêmico, e também em gestos de solidariedade e carinho, necessários aos que procuram ingressar na atividade intelectual.

Quero registrar a participação das bolsistas do CNPq, Ana Cláudia Sá de Lima, Angelita Albuquerque Benarroz, Adriane Danielle M. Rosas, que participaram da pesquisa, desempenhando, com seriedade

e competência, suas atribuições, muitas vezes extrapolando as obrigações decorrentes de sua condição de bolsista.

É necessário ressaltar a prontidão e a gentileza que nos foram dispensadas pelas pessoas ligadas às instituições em que realizamos a pesquisa. Aos entrevistados, que se dispuseram a resgatar a memória dos acontecimentos, cooperaram para reconstruir momentos da história e nossos agradecimentos. Quero manifestar gratidão a todos que colaboraram, fornecendo seus arquivos para serem consultados, ou que de algum modo, contribuíram para a realização da pesquisa, especialmente o Centro Universitário e Cultural de Agronomia, o Centro Acadêmico, Filosófico e Cultural do Amazonas, o Centro Acadêmico de Serviço Social, o Diretório Central dos Estudantes, Antônio Levino da Silva Neto, Paulo Segadilha França, Maria da Conceição Derzi, Otomário Mesquita, Haroldo Portela e Afonso Celso Maranhão Nina.

Agradeço aos meus pais (José Almeida e Maria Eulália), aos meus irmãos (Sérgio, João, Verinha e Lucinha) e aos amigos muito queridos que, em momentos distintos, me compreenderam e me estimularam.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
FRAGMENTOS DA HISTÓRIA.....	13
CONSTRUINDO O MOVIMENTO.....	47
AMPLIANDO AS EXPERIÊNCIAS.....	77
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	122
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	129

INTRODUÇÃO

A participação dos estudantes brasileiros nas lutas políticas ocorre desde o final do século passado. Entretanto, apenas em 1937, surge uma entidade nacional para representá-los: a União Nacional dos Estudantes (UNE). Mesmo assim, somente a partir dos anos sessenta, as ações coletivas dos estudantes passam a se constituir objeto de pesquisa e análise no âmbito das Ciências Sociais (Forachi, 1977; Ianni, 1968; Poerner, 1995, entre outros). Observando a literatura disponível sobre a temática, percebe-se que o acervo existente não chega a ser muito expressivo e se concentra em momentos de intensa visibilidade do movimento. Além de uma certa rarefação da bibliografia de referência, os interessados no estudo do tema defrontam-se também com outra ordem de dificuldades.

Com efeito, em razão de suas próprias especificidades, as práticas estudantis ocupam pouco espaço no interior das investigações voltadas para os movimentos sociais. Aliada ao fato de os trabalhos existentes acerca dos movimentos sociais priorizarem outros tipos de movimentos (Guilhon, 1977), a literatura que trata especificamente do assunto, por vezes, aborda a participação dos estudantes de maneira secundária, apontando na perspectiva de generalizações que contribuem para o surgimento de uma mitologia estudantil (Martins Filho, 1979).

Para tratar o Movimento Estudantil enquanto movimento social, recorreremos à literatura que surge no Brasil a partir da década de setenta, referente às análises acerca das transformações ocorridas no espaço cotidiano dos sujeitos sociais. Esses trabalhos nos possibilitaram ver esse espaço numa nova perspectiva, ou seja, *“O cotidiano, antes opaco espaço*

de repetição, passa a ser visto como lugar de luta, onde se produz a dominação e a resistência a ela” (Sader, 1988, p. 52).

Nossa pesquisa analisa a dinâmica do Movimento Estudantil no momento da construção de novas práticas políticas pelos estudantes da Universidade do Amazonas (UA). As ações coletivas dos estudantes brasileiros adquirem visibilidade durante as décadas de sessenta e setenta, constituindo-se em objeto de estudo tanto das investigações diretamente voltadas para o tema (Cavalari, 1987; Fávero, 1995; Romagnoli, 1979; Reis Filho, 1988; Martins Filho, 1987; Sanfelice, 1986, entre outros), quanto das reflexões direcionadas para a ocorrência de movimentos culturais no país (Bahiana, 1979/1980; Berlinck, 1984; Hollanda & Gonçalves, 1990; Tinhorão, 1978, entre outros).

No Amazonas, são raros os trabalhos acadêmicos que tratam da organização e participação dos estudantes amazonenses nas lutas políticas do Estado (Polari, 1994). Nosso trabalho contribuirá com algumas reflexões acerca do significado das ações coletivas dos estudantes, observando nestas o surgimento de novas práticas políticas na sociedade, forjadas a partir das lutas desencadeadas pelos estudantes da Universidade do Amazonas, em fins da década de setenta.

Trabalhamos com a noção de sujeito, construída a partir do conceito de ação em Arendt (1989). A autora, através da expressão “vita activa”, designa três atividades humanas as quais considera importantes e interligadas: o labor, o trabalho e a ação, emprestando ênfase particular à ação.

O labor estabelece correlação com o processo biológico do corpo humano, sua condição humana é a própria vida. Essa atividade humana

assegura não só a sobrevivência do indivíduo, mas também a vida da espécie.

O trabalho está relacionado ao artificialismo da existência humana, a sua condição humana é a mundanidade. Essa atividade humana e seu produto (o artefato humano) conferem certa permanência e durabilidade à futilidade da vida mortal e ao caráter transitório do tempo humano.

A ação é privilégio exclusivo do homem e depende completamente da presença dos outros; sendo assim, é a atividade política por excelência. Entretanto o fato de sermos todos humanos, sem que ninguém seja precisamente igual a qualquer outra pessoa, faz da pluralidade a condição da ação humana. Essa atividade humana, ao se comprometer em criar e manter corpos políticos, dá origem à condição para a lembrança, para a história.

Para a autora, a ação apenas se apresenta por completo para aquele que narra a história, pois o narrador, em seu olhar relativo ao passado, reúne a pluralidade dos discursos feitos pelos próprios atores sociais. Embora as histórias sejam resultados da ação, “*não é o ator, mas sim o narrador que percebe e ‘faz’ a História*”. Nessa perspectiva, os discursos dos atores sociais assumem papel importante:

“Sem o discurso, a ação deixaria de ser ação, pois não haveria ator, e o ator, o agente do ato, só é possível se for, ao mesmo tempo, o autor das palavras” (Arendt, 1989, p.191).

Analisamos o Movimento Estudantil, a partir dos conceitos utilizados por Melucci para definir um movimento social. Para o autor, um movimento social se caracteriza por expressar uma ação coletiva que

tem, em torno de si, três categorias importantes: a solidariedade, o conflito e os limites de um sistema.

A solidariedade se refere à aptidão dos atores em compartilhar uma identidade coletiva, *“de se reconhecer e ser reconhecido enquanto parte de uma mesma unidade social”*. O conflito é a relação entre atores sociais opostos, que lutam pelos mesmos bens, aos quais ambos emprestam um valor. Os limites de um sistema demonstram o espectro de variações que se tolera dentro de sua estrutura existente. O momento de ruptura desses limites leva o sistema para além do espectro aceitável de variações.

Nesse sentido, ao longo da investigação, buscamos caracterizar o Movimento Estudantil enquanto um movimento social, embora resguardando algumas de suas particularidades. Compreendemos por Movimento Estudantil o movimento social surgido a partir das ações coletivas organizadas pelos estudantes, baseadas na solidariedade, construídas na identidade da condição de estudante, desenvolvendo conflito entre atores opostos, rompendo os limites de um dado sistema em que ocorre a ação.

No momento em que as ações coletivas dos estudantes se configuraram como um movimento social, buscamos analisar o significado da autonomia dessas ações no interior do movimento, baseados na compreensão de que:

“Sujeito autônomo não é aquele (pura criação voluntarista) que seria livre de todas as determinações externas, mas aquele capaz de reelaborá-las em função daquilo que define como sua vontade. Se a noção de sujeito está associada à possibilidade de autonomia, é pela dimensão do imaginário como

capacidade de dar-se algo além daquilo que está dado” (Sader, 1988, p.56).

Nesse sentido, analisamos os acontecimentos históricos como fruto da capacidade de agir, como fruto das práticas sociais, forma que nos permitirá compreender a riqueza da dinâmica desses acontecimentos, ou seja, o movimento visto por dentro, na ótica dos atores que construíram cada ato. Assim, investigamos as várias dimensões dos acontecimentos, identificando o jogo de forças políticas, as lutas que travaram, a resistência, a oposição às mudanças sociais, bem como o processo de construção dessas mudanças.

Ao resgatar a participação e as lutas travadas pelos estudantes no Amazonas, estamos também reconstruindo a história daquele período, na perspectiva dos atores sociais que a construíram, ressaltando a ação do homem (como sujeito histórico) enquanto forma elementar na construção dessa história.

Diante do exposto, cabe investigar: Quais as particularidades do Movimento Estudantil? Por que os estudantes se organizaram em Centros Culturais? Qual o papel dessas entidades? Quais as estratégias utilizadas pelos estudantes para garantir a autonomia de seu movimento? Como os sujeitos sociais vêem sua participação no movimento? Quais as mudanças ocorridas no cotidiano dos estudantes? Estas indagações expressam alguns dos desafios a que tentamos responder durante a pesquisa.

Ao longo de nossa investigação, buscamos caracterizar o Movimento Estudantil enquanto movimento social, resguardando algumas de suas particularidades. Consideramos três características próprias do Movimento Estudantil, quais sejam: a possibilidade de ser a

primeira participação de forma organizada na sociedade, a temporalidade da condição de estudante e o caráter geral de suas bandeiras de luta.

A condição de estudante ocorre, nem sempre, mas no geral, na juventude (referimo-nos à juventude como sendo os jovens ingressos no sistema de ensino de primeiro grau maior, segundo e terceiro graus). Tal fato nos faz crer na possibilidade de ser o Movimento Estudantil uma primeira instância de participação organizada dos sujeitos sociais.

Diferente da condição de trabalhador ou de morador de um bairro, que não têm limite de tempo previamente determinado, o estudante tem seu tempo limitado para o exercício dessa condição determinado por lei, através do Conselho Federal de Educação. Como desdobramento dessa condição, é muito comum observarmos o dilema vivido pelos estudantes que se tornam lideranças no Movimento Estudantil, expresso no desafio de ter de concluir o curso no tempo previsto e, ao mesmo tempo, conduzir suas lutas políticas. O estudante universitário tem, em média, um tempo que varia entre 4 e 5 anos para a conclusão do curso.

As bandeiras de luta dos trabalhadores ou dos moradores de bairros pleiteiam, no geral, por questões específicas, a exemplo das reivindicações dos trabalhadores por melhores condições de trabalho ou por melhores salários; ou mesmo a luta dos moradores de bairro por postos de saúde, telefones públicos, escolas, energia, água, entre outras. As bandeiras de luta dos estudantes, normalmente, são objeto das lutas gerais da sociedade, a exemplo da defesa do ensino público e gratuito, de mais verbas para a educação. Mesmo as bandeiras consideradas específicas como a construção de restaurantes ou moradias estudantis e a democratização da Instituição, entre outras, na sua maioria, fazem parte da política de educação do país e, portanto, estão condicionadas à política

governamental em vigor. Tal característica tem levado o Movimento Estudantil, em momentos de visibilidade, a adquirir novos aliados, com a participação de outros sujeitos sociais, à medida que estes se identificam com a luta dos estudantes, modificando o sentido, o caráter e as formas organizativas de sua luta original. Como desdobramento dessa característica, os estudantes têm dificuldades de mensurar suas vitórias, senão, considerá-las, no geral, como vitórias políticas, tomando os bens simbólicos elementos de grande importância nesse tipo de movimento social.

Ao analisarmos o Movimento Estudantil, chamam atenção, ainda, duas observações: uma diz respeito às diferenças existentes nas características entre as lutas organizadas pelos estudantes secundaristas e as organizadas pelos estudantes universitários e a outra refere-se ao local onde ocorrem as lutas, se, nas escolas públicas ou privadas.

O movimento organizado pelos estudantes universitários do país, na sua maioria ligados à rede pública federal, possibilita sujeitos sociais em conflitos distintos dos movimentos organizados pelos alunos do ensino secundário, que, no geral, pertencem à rede pública estadual. Também as bandeiras de luta e as formas organizativas diferem. Somado a isto, trata-se de jovens em diferentes faixas etárias.

O fato de o movimento ser criado pelos alunos da rede pública ou da rede privada implica as suas bandeiras de luta, uma vez que, enquanto os estudantes da rede pública reivindicam a defesa do ensino público e gratuito, mais verbas para a educação, entre outras, os alunos da rede privada defendem menores preços nas mensalidades, entre outras. Tudo isso repercute no movimento, exigindo uma dinâmica própria, segundo sua natureza.

Nossa investigação se concentra no intervalo de 1974 (momento em que a Universidade cria seu Estatuto e seu Regimento Geral, os quais legislam, pela primeira vez, sobre a representação estudantil, criando o Diretório Universitário - DU) até 1979 (quando se encerra a gestão dirigida, pela primeira vez, pelos estudantes que haviam construído os Centros Culturais). Para melhor compreensão dos acontecimentos e, portanto, para efeito de análise, dividimos esse período em dois momentos: o primeiro se inicia com o surgimento do Diretório em 1974 e se encerra em 1977 e o segundo acompanha os Centros Culturais desde sua criação em 1978 até o final da primeira gestão em 1979.

A escolha do objeto – as práticas políticas dos estudantes do Amazonas – deu-se, por um lado, pelo inexpressivo volume de trabalhos que trate a temática na perspectiva teórica aqui apresentada, em contraponto à bibliografia que prioriza a participação dos estudantes em momentos conjunturais, tidos como relevantes e, no geral, ocorridos nos principais centros urbanos do país. Por outro lado, busca responder à escassez de trabalhos acadêmicos que abordem a participação dos estudantes nas lutas políticas ocorridas na sociedade amazonense.

Como base empírica da análise, estudamos os alunos da Universidade do Amazonas e, entre eles, privilegiamos os dos cursos de Agronomia, Medicina, Filosofia e, secundariamente, de Comunicação Social. Esse recorte nos permitiu analisar uma realidade que, num primeiro momento, pode se apresentar como homogênea, no que diz respeito às suas ações coletivas, mas, se observadas atentamente, revelam estratégias distintas de ação.

A pesquisa teve início em 1993. Num primeiro momento, realizamos o levantamento bibliográfico referente à literatura nacional,

procurando identificar, por um lado, trabalhos referentes ao movimento estudantil e, por outro, estudos acerca dos novos movimentos sociais. Num segundo momento, fizemos o levantamento da bibliografia referente aos movimentos culturais no Estado do Amazonas, procurando resgatar, através deles, a participação dos estudantes nas lutas sociais desenvolvidas no estado. Para tanto, consultamos as bibliotecas setoriais e central da Universidade do Amazonas, o Banco de Teses do Mestrado em Educação da Faculdade de Educação, e as Coordenações dos Cursos de Graduação, dada a obrigatoriedade de os estudantes realizarem monografias para a conclusão em alguns cursos.

A pesquisa em jornais priorizou os anos de 1978 e 1979, embora tenhamos levantado algumas informações sobre o período imediatamente anterior, procurando identificar registros acerca das mobilizações e lutas organizadas pelos estudantes, o processo de eleição para a entidade estudantil, além de informações que pudessem auxiliar na interpretação das ações dos estudantes ocorridas em fins dos anos setenta. Consultamos, ainda, como fruto de contatos pessoais, acervos privados, que muito contribuíram na coleta das informações, a legislação destinada aos estudantes, bem como as atas do Conselho Universitário. Procuramos, ao longo da busca do material empírico, localizar com atenção especial referências à criação dos Centros Culturais e às modificações ocorridas no ambiente universitário após seu surgimento.

Para reconstruir a participação dos estudantes, consultamos atentamente as atas do Conselho Universitário⁽¹⁾, bem como as portarias e resoluções emitidas pelo Conselho no período de 1965 a 1985. Procuramos registrar a presença dos estudantes no órgão de decisão da Universidade, através da existência do Diretório Central dos Estudantes (DCE) e do Diretório Universitário, o que nos permite ter a dimensão do momento de criação dos Centros Culturais como fatos novos no cotidiano dos estudantes da Universidade do Amazonas.

Entre as dificuldades encontradas para viabilizar a coleta dos dados necessários à pesquisa, ressaltamos a ausência de documentação nos arquivos das entidades estudantis, causada pela inexistência do hábito de documentar as atividades realizadas pelas entidades, bem como por não arquivarem o material produzido.

Consultamos os principais veículos de comunicação local da época, “A Crítica” e “A Notícia”, através da hemeroteca da Biblioteca Pública do Estado, bem como recorremos aos arquivos organizados por iniciativas particulares de pessoas que vivenciaram a época, entre os quais um ex-membro do Diretório⁽²⁾ que, por ser, ao mesmo tempo, diretor da entidade e articulista de um jornal, possuía o hábito de arquivar as matérias referentes ao Movimento Estudantil.

Além desse material, usamos, como fonte de consulta, os órgãos oficiais de informação das entidades estudantis, quais sejam: “O Grão”,

(1) Consta no Estatuto da Universidade do Amazonas, no Capítulo I, Artigo 12, como sendo Órgão máximo de deliberação da Universidade para traçar a política geral universitária e funcionar como instância de recurso de decisões dos demais Conselhos.

(2) Paulo Segadilha França, à época aluno do curso de Economia e vice-presidente do Diretório Universitário na gestão 1978/1979, era também articulista do Jornal “A Crítica”, desde a segunda metade da década de setenta.

“O Gen”, “A Questão” e “A Voz Universitária”, respectivamente veículos de informação do Centro Universitário e Cultural de Agronomia (CUCA); Centro Cultural de Medicina (CECUM); Centro Acadêmico, Filosófico e Cultural do Amazonas (CAFCA) e do Diretório Universitário. Tais jornais funcionavam como formadores de opinião junto à comunidade universitária. Também consultamos o “Jornal da Universidade”, órgão informativo da Fundação Universidade do Amazonas e “O Zero”, jornal laboratório do curso de Comunicação Social.

Concluído o levantamento na grande imprensa e na imprensa alternativa, passamos à realização das entrevistas. Entrevistamos homens e mulheres, ex-alunos de diferentes cursos, procurando identificar o discurso de lideranças, ex-diretores das entidades estudantis, personalidades que ocuparam cargos administrativos na Universidade, bem como professores com envolvimento nas lutas do período estudado.

Durante o processo de coleta de dados, identificamos um volume de documentação expressivo sobre os estudantes do curso de Comunicação Social, talvez pela sua natureza, ou do profissional do mesmo. Decidimos, então, resgatar a participação desses estudantes no processo de construção dos Centros Culturais, e incluímos a formação do Centro Universitário de Comunicação Social (CUCOS), na presente pesquisa, ampliando o projeto inicial.

Para efeito de apresentação, dividimos nosso texto em três capítulos:

No primeiro capítulo, contextualizamos a política desenvolvida pelos militares no período correspondente às décadas de sessenta e setenta no país. Destacamos especialmente a censura destinada aos movimentos organizados pelos estudantes, no seu ambiente - a Universidade; nas suas

entidades (particularmente, a entidade geral - a União Nacional dos Estudantes - UNE); nos movimentos culturais, na música, no teatro e no cinema. Situamos o Amazonas nesse contexto.

No segundo capítulo, analisamos o processo de organização dos estudantes da Universidade do Amazonas, a partir de 1978, ressaltando em que momento as ações dos universitários caracterizaram o surgimento de um movimento social na Instituição. Apresentamos também algumas abordagens acerca do movimento estudantil, chamando a atenção para a contextualização do movimento, como forma de evitar generalizações sobre o significado das ações dos estudantes. Ainda nesse capítulo, destacamos a contribuição da construção dos Centros Culturais enquanto estratégia organizativa dos estudantes manauaras no período analisado.

No terceiro capítulo, apresentamos as principais entidades que surgiram após a criação do Centro Universitário e Cultural de Agronomia, e que contribuíram para organizar os estudantes da Universidade do Amazonas, no sentido da participação no processo de eleições para o Diretório Universitário: o Centro Cultural de Medicina, o Centro Acadêmico, Filosófico e Cultural do Amazonas e o Centro Cultural de Comunicação Social.

FRAGMENTOS DA HISTÓRIA

A política implementada no país nas décadas de cinquenta e sessenta apresentava projetos políticos distintos para promover o desenvolvimento econômico.

Ao final da década de quarenta, após a Segunda Guerra Mundial, o Desenvolvimentismo foi a ideologia que mais influenciou a economia política brasileira, expressa, de forma mais elaborada, a partir das idéias do Centro de Estudos para a América Latina (CEPAL)⁽¹⁾. Após 1964, os governos militares promovem o Desenvolvimentismo, com base na intervenção do Estado na economia, aliado ao capital forâneo. Do ponto de vista econômico, o programa de governo tinha como objetivo racionalizar a economia pela concentração de capital nas indústrias de maior eficácia, bem como estimular a penetração do capital multinacional mais moderno e produtivo, ou seja: *“A melhor maneira de desenvolver o Brasil era transformá-lo em área prioritária do investimento estrangeiro”* (Alves, 1989, p.76).

A partir de 1964, o governo passa a desenvolver a ideologia, conhecida como Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento, com o objetivo de promover estratégias de guerra da Escola Superior de Guerra (ESG). Tais estratégias tiveram, como público alvo, os setores organizados da sociedade, e, neles, os Movimentos Sociais que desempenharam papel destacado no período que precede o golpe. Não é por acaso que, tão logo ocorreu o golpe, a União Nacional dos Estudantes teve a sede incendiada; seu presidente, José Serra, foi obrigado a pedir asilo na embaixada do Chile; lideranças foram postas fora do país; outras,

(1) Mantega, Guido. Economia política brasileira. Rio de Janeiro: Vozes, 1984. 288 p.

para as prisões; entidades que fizeram oposição foram obrigadas a viver na clandestinidade⁽²⁾.

No início da década de sessenta, é relevante destacar o envolvimento dos estudantes na política. Além da militância nas questões diretamente ligadas à condição de estudantes, eles participavam das lutas por reivindicações gerais, como as lutas pela Reforma Agrária, a campanha de alfabetização de adultos pelo método Paulo Freire, campanhas de erradicação das doenças de campo, debates acerca da cultura nas suas várias dimensões. Os estudantes criam o Centro Popular de Cultura (CPC)⁽³⁾, órgão ligado à União Nacional dos Estudantes e promovem o movimento cultural e artístico, levando às favelas, às ruas, o teatro de esclarecimentos, fazendo protestos e denúncias.

Os estudantes realizaram, entre outras atividades, seminários sobre a Reforma Universitária, debateram o papel das Universidades, bem como a democratização das Instituições de Ensino Superior. Veja-se como exemplo a greve realizada no ano de 1962, conhecida como a greve por “um terço”, tendo como ponto central a participação dos estudantes nos órgãos de decisão da Universidade, na proporção de um terço, dada a comunidade ser composta por três segmentos: professores, estudantes e funcionários⁽⁴⁾.

O golpe militar provocou intervenção em vários setores da sociedade civil brasileira. Especificamente em relação às Universidades, destacam-se as intervenções militares sofridas pela Universidade Federal

de Minas Gerais (UFMG), Universidade de Brasília (UnB) e Universidade de São Paulo (USP).

A Universidade de Brasília teve ação pioneira no tocante à discussão sobre a adequação dos currículos às necessidades de uma sociedade em desenvolvimento. A ocupação da Universidade ocorreu logo em seguida ao golpe, em 09 de abril de 1964, sendo o então Reitor, professor Anísio Teixeira, um dos idealizadores do projeto de construção da Instituição, destituído do cargo. Na oportunidade, prenderam professores e estudantes, bem como abriram inquérito policial militar, promovendo demissões de professores sem qualquer motivo. A Universidade sofreria ainda nova intervenção nos anos de 1965 e 1968⁽⁵⁾.

A Universidade Federal de Minas Gerais também sofreu intervenção militar, em 09 de julho de 1964, quando foi deposto o Reitor Aluisio Pimenta. Nesse caso, diante da imediata reação da comunidade, a intervenção seria suspensa em 13 de julho, e o Reitor reassumiu o cargo.⁽⁶⁾

A Universidade de São Paulo foi invadida por duas vezes: em 1964 e 1968. Sob a coordenação do próprio Reitor Gama e Silva, um grupo de intelectuais adere aos governos militares e desencadeia uma política de intensa perseguição na Instituição.⁽⁷⁾

A repressão aos estudantes foi institucionalizada pela Lei 4.464 de 09 de novembro 1964, conhecida como Lei Suplicy de Lacerda. A Lei substituiu a União Nacional dos Estudantes pelo Diretório Nacional dos Estudantes (DNE), a União Estadual dos Estudantes (UEE) pelo Diretório

(2) Romagnoli, Luiz Henrique & Gonçalves, Tânia. A volta da UNE: de Ibiúna a Salvador. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979. 96 p. (História imediata, 5).

(3) Berlinck, Manuel Tosta. O centro popular de cultura da UNE. Campinas: Papyrus, 1984. 120 p. (coleção Krisis).

(4) História da UNE: depoimentos de ex-dirigentes. São Paulo: Livramento, 1980. 127p., v.1. (História presente, 4).

(5) Germano, José Willington. Estado militar e educação no país (1964-1984). São Paulo: Cortez, 1992. 297p.

(6) Germano, op. cit.

(7) Germano, op. cit.

Central dos Estudantes, além de controlar o processo de escolha de seus dirigentes, impedindo o livre curso do diálogo entre os estudantes e suas entidades. Com tal medida, os militares intervieram na forma organizativa própria dos estudantes, passando a deter o controle destes, através das administrações de cada universidade. Enquanto, antes do Decreto-Lei, os estudantes elegiam seus diretores de entidade através do voto livre, legitimando essa relação, a partir do Decreto-Lei, passa a vigorar a intervenção direta das administrações das universidades na gestão das entidades estudantis.

Buscava-se garantir o controle da sociedade através de um forte esquema de informação denominado Serviço Nacional de Informação (SNI), órgão criado pelo Decreto-Lei 4.341, de 13 de junho de 64, para fazer Assessoria ao Poder Executivo. Também foram criadas as Divisões de Segurança e Informação, que funcionavam em todos os órgãos e autarquias estatais do país.

A repressão aos estudantes foi simbolizada pela extinção da União Nacional dos Estudantes. Para manter sua legitimidade, a entidade continuou realizando seus fóruns, mesmo que ilegalmente e em circunstâncias difíceis. Em 1966, em Belo Horizonte, os estudantes realizaram seu XXVIII Congresso, que contou com a participação de 300 delegados. Em 1967, em Valinhos, interior do estado de São Paulo, ocorreu o XXIX Congresso, envolvendo 400 delegados. Em 1968, em Ibiúna, realizou-se o XXX Congresso, que contou com mais de 700 delegados, os quais foram, na sua quase totalidade, presos. Em 1979, ocorre em Salvador o XXXI Congresso da UNE, conhecido como o Congresso de reconstrução da entidade (Hollanda & Gonçalves, 1982).

De maneira genérica, podemos ainda dizer que, no período, era visível a luta pela hegemonia por parte dos Estados Unidos da América (EUA), expressa nas invasões promovidas por este país em várias nações. Além de buscar garantir ampliação de mercados nos países da América Latina, combatiam as idéias concebidas como socialistas, comunistas ou mesmo algo que representasse o ideário de combate à lógica do capital. A luta, naquele momento, polarizava com o ideário de um novo tipo de sociedade, em que se ressaltavam as questões sociais, representadas pela União das Repúblicas Sociais Soviéticas (URSS). Essa bipolarização do pós-guerra era conhecida como a “guerra fria”. É interessante observar que, em resposta a essa polarização, a política internacional registraria, no período, mobilizações e protestos que se manifestavam principalmente através dos movimentos culturais.

O Amazonas nesse contexto

A Amazônia é uma região de enorme extensão (cerca de 2/3 do território brasileiro), aproximadamente 5 milhões de Km², rica em fauna e flora, destacando-se, ainda, os valiosos minérios necessários aos avanços tecnológicos⁽⁸⁾. Seus rios possuem aproximadamente 20%⁽⁹⁾ das reservas mundiais de água doce em 19.000 Km dos rios permanentes navegáveis e 218 milhões, aproximadamente, de hectares de floresta tropical. Em contrapartida, apresenta-se como uma região pouco habitada.

A região se caracteriza, além do distanciamento físico dos demais estados brasileiros, pelo isolamento, como admite o próprio governador

(8) Reis, Arthur Cesar Ferreira. Tema Amazônicos. Manaus: Imprensa Oficial do Estado, 1983. 149 p.

(9) Jornal da Universidade, Ano 2 n. 3, Manaus, maio 1991.

do estado - imposto logo após o golpe de 1964 - Arthur César Ferreira Reis, ao reconhecer que no período em que governou o Amazonas, as telecomunicações funcionavam bem melhor com Nova Iorque, Havana, Moscou, se comparadas ao Rio de Janeiro (Reis, 1983). A região é marcada, ainda, pela contradição que se expressa, de um lado, como um Estado carente do ponto de vista econômico, e, de outro, por se situar numa área extremamente rica e cobiçada pelas elites brasileiras, particularmente no pós-64.

O debate atual acerca da internacionalização da Amazônia não teve origem nos governos militares, embora seja nesses governos que o debate adquiriu nova dimensão. A denominada operação Amazônica iniciou-se no longínquo 1912, através do então presidente da República, Hermes da Fonseca, com o Plano de Defesa da Borracha⁽¹⁰⁾.

A região Amazônica já fora objeto de acordo firmado entre Brasil e Estados Unidos da América, acordo que permitia a uma comissão conjunta preparar mapas topo-fotogramétricos para coletas astronômicas e geológicas, cartografando com detalhes a riqueza mineral da região. Os movimentos de mobilização popular existentes no período pré-golpe conseguiram impedir o início do levantamento⁽¹¹⁾.

No Amazonas, o golpe de 1964 foi recebido num primeiro momento sem muitas manifestações de protestos, dado que o governador imposto pelos militares, o historiador Arthur César Ferreira Reis, natural do Estado, era um intelectual respeitado pela sociedade amazonense e pela intelectualidade local. Leong⁽¹²⁾, em "A Crítica", diz que o golpe:

(10) Reis, op cit.

(11) Alves, Maria Helena Noreira. Estado e oposição no Brasil (1964-1984). Petrópolis: Vozes, 1989. 362p.

(12) Leong, Leila. A Crítica., Manaus, 31 de março de 1994.

"(...)se fez sentir à distância e algum tempo depois (...)A escolha do amazonense (e amazonólogo) Arthur Cesar Ferreira Reis, para governador do estado foi recebida com simpatia pela população e pelos intelectuais".

Três meses após o golpe, em clima de autoritarismo e tendo em vista a importância que adquire a região para a implementação dos planos de governo, inicia-se o levantamento previsto por acordos anteriores, mapeando a riqueza existente. Em 1968, uma comissão de inquérito apurou que mais de 50 milhões de hectares de terra nos estados da Bahia, Goiás, Minas Gerais, Pará, Maranhão, Amazonas e no território do Amapá estavam sob controle direto das empresas multinacionais. A política desenvolvida pelo governo funcionava da seguinte forma: as empresas se beneficiavam dos incentivos fiscais, participavam do programa especial de desenvolvimento da bacia amazônica, através da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e recebiam financiamento pelo Banco Amazonas. Além dessas medidas, o governo Garrastazu Médici, para atender interesses do capital multinacional, realizou melhorias na infra-estrutura da região, iniciando os projetos de mineração e exploração florestal (Alves, 1989).

Além de beneficiar as companhias de mineração com a dedução de 20% no Imposto de Renda por depreciação de capital, o governo investiu cerca de 150 milhões de dólares americanos na construção das rodovias Transamazônica e Belém-Brasília, que cortaram toda a bacia amazônica (Alves, 1989).

É, portanto, no governo Garrastazu Médici que se aprofunda o programa de "Integração Nacional", ligando a região às várias outras regiões do país, particularmente ao eixo Sul/Sudeste e ao Nordeste, bem

como aos países com quem o Brasil faz fronteira e que fazem parte do mundo amazônico.⁽¹³⁾

Por ser a região habitada também por populações que sobrevivem do cultivo de subsistência, a especulação fundiária, desencadeada pelos projetos desenvolvidos pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia, criou violentos conflitos. Para expulsar essa população que atinge reservas indígenas, as empresas que receberam títulos do governo usaram da violência através das forças repressivas do Estado (Alves, 1989).

A Fundação Universidade do Amazonas (FUA) foi criada em 12 de junho de 1962⁽¹⁴⁾, tendo como objetivo fundar e manter a Universidade do Amazonas, com sede em Manaus, e com a finalidade de ser uma instituição de ensino superior e de pesquisa em todas as áreas do conhecimento e de divulgação científica, técnica e cultural. Para tanto, a Fundação, além de recursos recebidos pelo governo federal, no plano local, incorporou o patrimônio da Faculdade de Direito do Amazonas⁽¹⁵⁾ e da Faculdade de Ciências Econômicas, mantidas pelo Estado do Amazonas⁽¹⁶⁾. Para seu funcionamento, a Universidade deveria, além de integrar as Faculdades de Direito, Ciências Econômicas e Filosofia, Ciências e Letras, criar as Faculdades de Engenharia, Medicina, Farmácia e Odontologia.⁽¹⁷⁾

(13) A região amazônica contempla os países da Bolívia, Peru, Equador, Colômbia, Venezuela, Guianas e Brasil. A Amazônia brasileira é composta pelos estados do Pará, Acre, Rondônia, Roraima, Mato Grosso e oeste do Maranhão, além do estado do Amazonas.

(14) Através da Lei 4.069 - A, de 12 de junho de 1962.

(15) Lei 924, de 21 de novembro de 1949.

(16) Decreto 43.426, de 26 de março de 1958.

(17) Sobre o assunto ver Estatuto da Universidade do Amazonas e os exemplares do "Jornal da Universidade" (agosto de 1990 a outubro de 1993).

A Universidade surgiu, propondo-se, por um lado, estudar a realidade do país e do mundo amazônico, procurando apresentar soluções para os problemas postos; por outro, desejando ser um elemento de integração da cultura nacional de forma a:

"a) assegurar a plena liberdade de estudo, pesquisa ensino e expressão, permanecendo aberta a todas as correntes de pensamento sem participação de grupos ou movimentos partidários e b) cooperar com universidades e outras instituições científicas, culturais e educacionais brasileiras, estrangeiras e internacionais."⁽¹⁸⁾

Em 1965, quando de sua instalação⁽¹⁹⁾, a Universidade do Amazonas contava com os cursos das faculdades incorporadas e ampliaria sua oferta, criando os cursos de Engenharia Civil, Medicina, Farmácia e Odontologia.

Para a implementação dos cursos da área de saúde, a Universidade necessitou de maiores articulações com os órgãos públicos e privados. Mesmo diante de muito esforço, o resultado alcançado não deixou de comprometer, em determinados momentos, as condições da qualidade do ensino. Inicialmente foi concedido à Universidade, por parte do governo do estado, o prédio escolar "Plácido Serrano", que recebeu alunos excedentes de outros estados. Nesse prédio, começaram a funcionar os cursos de Medicina, Farmácia e Odontologia, os quais tinham três disciplinas básicas: Bioquímica, ministrada pelo professor farmacêutico Manoel Bastos Lira; Genética, ministrada pelo professor

(18) Estatuto da Universidade do Amazonas, Capítulo I, Artigo 4º, parágrafo 2º.

(19) Em 17 de fevereiro de 1965.

Afonso Celso Maranhão Nina (formado em Direito, professor de Biologia do Colégio Estadual do Amazonas, ensinou a disciplina nos primeiros momentos da implementação dos cursos de saúde na Universidade do Amazonas); e Anatomia, ministrada por Mário Augusto Pinto de Moraes.

Posteriormente, o Reitor Juary Marinho solicitaria e conquistaria, junto ao governador Arthur César Ferreira Reis, a posse definitiva do prédio. Com essa aquisição, a Universidade reivindica um terreno para a construção de suas instalações definitivas⁽²⁰⁾. Tais medidas possibilitaram a formação do complexo de instalações da Universidade do Amazonas na área de saúde, principalmente, dos cursos de Medicina e Odontologia.

No momento da visita do representante do Ministério de Educação e Cultura (MEC), professor Otto Bier, com vistas ao reconhecimento do curso de Medicina, o professor Bastos Lira cedeu, por empréstimo, sua biblioteca pessoal, além de material fotográfico para a obtenção de slides e um episcopio para a projeção. Inicialmente, foi reconhecido o curso de Medicina, e, em seguida, os cursos de Farmácia e Odontologia. Este último, segundo o professor Octávio Hamilton Botelho Mourão, foi financiado, em parte, pela Zona Franca de Manaus, na gestão Rui Lins⁽²¹⁾.

No seu início, um dos grandes problemas, enfrentados pela Universidade do Amazonas, decorreu da incorporação de alunos excedentes⁽²²⁾, que expressava a seguinte contradição: por um lado, a

(20) O terreno adquirido era de propriedade da Firma Aristóteles Bonfim e situava-se na esquina da Boulevard Amazonas com a rua Afonso Pena (hoje Martins Santana).

(21) Entrevista concedida por Octávio Hamilton Botelho Mourão ao "Jornal da Universidade", Ano I, nº 1, Manaus, julho/agosto, 1990.

(22) Os alunos excedentes eram aqueles que ao pleitearem vaga nas Universidades brasileiras, apesar de aprovados, não conseguiram uma classificação satisfatória para o ingresso em suas Instituições de origem.

Universidade recebia uma demanda de pessoas interessadas em se profissionalizar em áreas carentes de mão-de-obra especializada na região (registre-se que a procura dos estudantes era principalmente pela área de saúde, e, nela, pelo curso de Medicina), havendo um estímulo financeiro, por parte do governo, para a Universidade acolher esses estudantes. Por outro lado, a Universidade, que já havia criado os seus cursos em condições precárias, comprometeu ainda mais o seu planejamento inicial de demanda, encontrando dificuldades para sanar tal situação. Os estudantes recebidos eram aqueles que, apesar de aprovados, não haviam conseguido uma colocação satisfatória para o ingresso em sua Universidade de origem. Mesmo assim, a fixação desses profissionais na região não acompanhou as mesmas proporções de sua incorporação aos diversos cursos.

O curso de Medicina, que havia sido planejado para ter 60 vagas, ao receber os excedentes oriundos de outros estados, passou a iniciar com mais de 100 alunos, de forma que "(...)ao diplomar a primeira turma, a Faculdade de Medicina, deveria, teoricamente ter, neste rol, 360 alunos, mas tinha na realidade, mais de 700."⁽²³⁾

No intervalo de 1970 a 1977, a Universidade ampliou em 40% a oferta de vagas⁽²⁴⁾. Surgiram novos cursos, entre os quais Agronomia, Engenharia Elétrica, Estatística, Estudos Sociais, Física, Geologia, Licenciatura em Ciências Biológicas e Educação Física. O curso de Educação Física foi criado em 24 de fevereiro de 1969, reconhecido em 1º de agosto de 1977, e realizou seu primeiro vestibular em 1970, oferecendo trinta vagas. Em convênio com as Universidades Federais do

(23) Entrevista concedida por Afonso Celso Maranhão Nina ao "Jornal da Universidade", Ano I, nº 2, Manaus, novembro/dezembro, 1990.

(24) Jornal da Universidade", Ano I nº 1, Manaus, julho/agosto, 1990.

Paraná e do Ceará, a Universidade do Amazonas destinava, respectivamente, dez vagas para estudantes do curso de Engenharia Florestal e para Engenharia de Pesca. Oferecia bolsas de estudo aos alunos carentes de recursos financeiros, desde que, uma vez concluído o curso, eles se comprometessem em exercer a profissão no estado do Amazonas.

A partir de 1977, a Faculdade de Tecnologia (FT) e o Instituto de Ciências Exatas (ICE) se instalam num Campus provisório, hoje o Minicampus. O ICE adquiriu parte de seus equipamentos através de um convênio entre o Ministério de Educação e Cultura e a República Democrática Alemã.⁽²⁵⁾

É, nesse contexto, que se observa o surgimento da Universidade do Amazonas, exigindo:

“(...) a implantação do modelo de Zona Franca de Manaus (...) a criação de cursos que atendessem as prioridades da sociedade industrial que se delineava na região entre os fins de 60 e início de 70”
(TADROS, 1991, p.8).

Movimentos culturais

A efervescência, a agitação e as polêmicas, vivenciadas pelos jovens estudantes brasileiros no início da década de sessenta, não ocorriam apenas no campo da política – se considerarmos o tradicional conceito de política –, mas também, e sobretudo, nos meios culturais.

Naquele período, a formação universitária não se limitava à sala de aula, mas se ampliava nas várias formas de expressão das artes.

Para Tinhorão (1978), o movimento cultural vivenciado pelos universitários na década de sessenta foi fruto do Desenvolvimentismo iniciado durante o governo Juscelino Kubitschek nos anos cinquenta. Para o autor, essa política foi incapaz de absorver a geração de profissionais universitários. Diz ainda que a falta de perspectivas, no tocante à ascensão sócioeconômica dessa parcela da sociedade, levou os estudantes a agirem criticamente perante a realidade do país. Para ele, tal fato se torna visível se observarmos o comportamento das camadas médias cariocas dos anos sessenta, participando da criação de um Centro Popular de Cultura (CPC).

Embora discordando da justificativa do autor em explicar a integração dos estudantes universitários aos movimentos culturais a partir das condições econômicas, é inegável a participação daqueles jovens no Centro Popular de Cultura, bem como o papel desempenhado, naquele período, pela entidade.

No tocante ao trabalho desenvolvido pelo CPC, observamos que este promoveu o debate acerca das estratégias para a construção de uma cultura, na época denominada “Nacional, Popular e Democrática”. Com isso, atraíram jovens intelectuais para desenvolver um trabalho junto às camadas populares, ou seja, ao mesmo tempo em que discutiam a realidade brasileira, discutiam também o seu papel como agente transformador.

Nessa perspectiva, surge um novo tipo de artista, o denominado artista “engajado”, “revolucionário”, como instrumento a serviço das transformações sociais, buscando levar, à população carente, a consciência de “si mesmo”. As apresentações eram realizadas nas ruas,

(25) Entrevista concedida por Octávio Hamilton Botelho Mourão ao “Jornal da Universidade”, Ano I, nº 1, Manaus, julho/agosto, 1990.

nas escolas, nas favelas, nas fábricas, nos sindicatos. Os cadernos de poesia, para facilitar o acesso a essa camada, eram vendidos a preços populares.

O trabalho desenvolvido pelo CPC e pela UNE percorreu as principais capitais do país, promovendo cursos de teatro, cinema, artes visuais, filosofia, em contato direto com universitários, operários e trabalhadores em geral. Na época, foram produzidas importantes atividades culturais, das quais vão surgir posteriormente nomes consagrados nos meios culturais e artísticos.

Com o golpe militar em 1964, observa-se uma profunda mudança na sociedade, que se reflete também nos movimentos culturais. Fazia parte da lógica do Estado de “Segurança Nacional” a censura, que atinge também, ou sobretudo, os movimentos culturais, por serem considerados importantes veículos de “guerra psicológica”.

Chegou-se ao ponto de o Ministro da Justiça, na época Armando Falcão, determinar por Decreto-Lei a exigência de também serem submetidos à censura livros, revistas e jornais procedentes do exterior, pois “ (...) *qualquer forma de expressão cultural é associada às atividades do ‘inimigo interno’, sendo automaticamente consideradas suspeitas*” (Alves, 1989, p.215).

No teatro, a censura ocorreu cortando nas peças os trechos considerados indesejados, suspendendo ou proibindo as apresentações, quando achavam que não estavam de acordo com o texto aprovado. Em 1967, o grupo “Oficina” encenou a peça “O rei da vela”, de Oswald de Andrade, tendo à frente José Celso Martinez. A peça contribuiu para a construção de uma nova linguagem nessa área da cultura.

Na música, as canções somente eram liberadas se a polícia federal aceitasse a letra; caso contrário, apenas a música poderia ser tocada. O movimento cultural pós-64 foi marcado pela realização de grandes espetáculos como o “Musical Opinião”, tendo como integrantes Zé Ketti, João do Valle e Nara Leão (Hollanda & Gonçalves, 1982).

Os Festivais de Música Popular Brasileira cumpriram papel importante. Eram um espaço de aprovação de novos nomes pelo público, além de marcar a substituição de temas românticos pelas novas temáticas ligadas à realidade brasileira, tais como o cotidiano do homem nordestino, a exemplo das músicas “Disparada” e “Carcará”. Entre os cantores, eram universitários na época: Tom Jobim (Arquitetura), Edu Lobo (Direito), Carlos Lira (Arquitetura), posteriormente, Gilberto Gil (Administração), Caetano Veloso (Filosofia), Chico Buarque (Arquitetura), entre outros. Surgem, também, dos Festivais Geraldo Vandré, Elis Regina e Baden Powel.

Em 1965, no I Festival de Música, realizado em Guarujá, Edu Lobo foi premiado com o primeiro lugar, com a música “Arrastão”. Em 1966, no II Festival, realizado em São Paulo, a canção “Disparada”, de Geraldo Vandré e Téo de Barros Filho, empata com “A Banda”, de Chico Buarque. Foram várias as canções de protesto feitas naquele período. Muitos dos que vieram da Bossa Nova⁽²⁶⁾ passaram a cantar as canções de protesto. Cria-se um estereótipo do artista: o novo visual sendo expresso pelo uniforme e camisas de corte militar, além de barbas à Fidel.

Em São Paulo, no Festival da Canção, em 1968, Caetano Veloso cantou “É proibido proibir”, com roupas espalhafatosas, dançando com movimentos agressivos no palco. Em meio à apresentação, é vaiado pelo

(26) Movimento cultural, expresso na música através de conteúdos temáticos que abordavam tons românticos, tais como o sol, o mar, a flor.

público, que o impede de cantar, protestando contra essa nova maneira de pensar e agir.

No cinema, o filme “Opinião Pública”, de Amaldo Jabor, ia às ruas em forma de “cinema verdade”. Ganham espaço as idéias de realizar filmes “descolonizados”, vinculados criticamente à realidade do subdesenvolvimento, capazes de traduzir as particularidades do cotidiano de um país de terceiro mundo.

Como diz Glauber Rocha:

“Nossa geração tem consciência, sabe o que deseja. Queremos fazer filmes antiindustriais; queremos fazer filmes de autor, quando o cineasta passa a ser um artista comprometido com os grandes problemas do seu tempo; queremos filme de combate na hora de combate e filmes para construir no Brasil um patrimônio cultural”⁽²⁷⁾.

Nos anos 1963 e 1964, o cinema brasileiro adquiriu relevância com a exibição de “Vidas Secas”, de Nelson Pereira dos Santos, e “Deus e o Diabo na Terra do Sol”, de Glauber Rocha. O Cinema Novo elevou o filme brasileiro a um novo patamar na cultura do país. “Vidas Secas” retoma o romance social de Graciliano Ramos, abordando a temática do Nordeste, das populações excluídas pelo pacto do desenvolvimento econômico. Em “Deus e o Diabo na Terra do Sol”, Glauber Rocha aborda as manifestações de violência e revolta, em que o misticismo e o cangaço são tratados como formas elementares da rebeldia no universo popular nordestino (Hollanda & Gonçalves, 1982).

(27) Depoimento cedido a Hollanda, Heloisa Buarque de & Gonçalves, Marcos. Cultura e participação nos anos sessenta. São Paulo: Brasiliense, 1990. 101p. (Tudo é História, 41).

O cineasta Carlos Diegues, comentando sobre a escolha de “Vidas Secas” como melhor longa metragem na V Rasegna del Cinema Latino Americano, em Gênova, em 1965, diz:

“O cinema brasileiro deixou de ser uma crônica da sociedade brasileira, deixou de ser um estereótipo, um pastiche e passou a adotar uma visão antropológica do homem brasileiro, da própria cultura brasileira” (Hollanda & Gonçalves, 1982, p.43).

O que traz de inédito o Cinema Novo é apresentar a realidade de miséria da América Latina numa dimensão cultural, materializada pela violência. Se antes os intelectuais acreditavam ser porta-vozes no campo da cultura, no período pós-golpe, experimentavam o conflito de fazer uma opção, retomando o velho debate acerca do papel do intelectual. Esse dilema constitui objeto do Cinema Novo. Em 1966, Paulo Cesar Saraceni realiza “O Desafio”, um filme sobre os impasses que rondavam a esquerda pós-64; em 1967, Glauber Rocha faz o filme “Terra em Transe” e, em 1968, Gustavo Dahl, o “Bravo Guerreiro”. Todos tratando dos dilemas do intelectual diante do nova realidade sóciopolítica (Hollanda & Gonçalves, 1982).

O Cinema Novo tornou-se porta-voz da reflexão acerca da produção cultural e da ousadia da juventude dos anos sessenta. Vejamos o depoimento de Caetano Veloso: “*Toda aquela coisa de Tropicália se transformou dentro de mim no dia em que vi Terra em Transe*”⁽²⁸⁾.

O filme “Macunaíma”, de Joaquim Pedro de Andrade, surge em 1969. Sem abandonar a preocupação política, o filme procura alargar as possibilidades de consumo cultural, abordando a necessidade de um herói,

(28) Depoimento cedido a Hollanda & Gonçalves, op. cit.

capaz de superar o individualismo de Macunaíma (Hollanda & Gonçalves, 1982).

O Tropicalismo foi um movimento cultural que se iniciou no final da década de sessenta e que, de certa forma, retomou, na Música Popular Brasileira, a sua condição de foco de culturas, trazendo mudanças na textura do som com o uso da guitarra elétrica – tida como símbolo da cultura imperialista. Esse movimento ganha forma e tem granderepercussão no ambiente cultural da época. Para Matos (1982), o movimento tinha identidade de um movimento estético, uma moda, uma atitude política e existencial.

Entre as exigências políticas e as solicitações da indústria, esse movimento responde de maneira original, atendendo aos dois parâmetros, embora redimensionando-os. No tocante às preocupações políticas, desloca o eixo de atuação da revolução cultural para a rebeldia de intervenção localizada, da política concebida como o cotidiano, ligado à vida, ao corpo, ao desejo, à cultura no seu sentido amplo. Na relação com a indústria cultural, não prioriza o musical, mas sim a explosão de aspectos visuais, corporais que envolviam as apresentações. Se, por um lado, as lutas encaminhadas pelos movimentos dos estudantes concentraram suas críticas contra o poder do sistema, por outro, os movimentos culturais, entre os quais o movimento Tropicalista, atingiram, com sua crítica, a própria militância de esquerda. Fruto desse debate, os cantos de iê-iê-iê eram tidos como nefastos pelos setores “Nacionalistas”, identificando-os como cultura “Imperialista”, reafirmação das formas culturais geradas pelo circuito internacional de comunicação de massa (Hollanda & Gonçalves, 1982). É nesse contexto e diante desse dilema que surge o movimento cultural Tropicalismo.

Tais idéias se expressam na música, a partir de 1967, com a realização do III Festival de Música Popular Brasileira, organizado pela TV Record, em São Paulo. As canções apresentavam temáticas sociais e o cotidiano. As novidades foram as canções “Domingo no Parque”, de Gilberto Gil, e “Alegria-Alegria”, de Caetano Veloso. Apresentando uma forma original de composição, organização do arranjo, e o modo de cantar, Caetano Veloso trouxe o cotidiano da cultura urbana, o mundo das bancas de revista, trazendo na canção “... Uma Canção Me Consola ...” (Hollanda & Gonçalves, 1982).

O ambiente cultural converge para a caracterização de um novo momento nos movimentos culturais, em que se redimensiona a relação com o público, faz-se a crítica à “militância conscientizadora”, à recusa ao ideário nacional-populista e passa-se a valorizar as questões tidas como menores do universo cotidiano da vida social.

No período, chama atenção o ano de 1968, pois este é um momento de grandes experiências políticas no país e no mundo. As manifestações ocorridas não se limitaram apenas aos países periféricos que viviam sob Ditaduras, onde as formas de enfrentamento chegavam à realização de guerrilhas, mas atingiram também os países centrais.

Nos Estados Unidos da América, os jovens se manifestam denunciando a guerra do Vietnã, forjam um movimento pacifista de deserção e desobediência civil, valorizando os problemas pessoais, tidos até então como secundários. Os jovens que fizeram o movimento hippie aparecem para a sociedade com os cabelos crescidos, a promiscuidade, a sujeira simbolizando a sensualidade, a paz como arma para combater a violência. O sentido da contracultura era representado pelas drogas, pelo

amor livre, pela expressão artística, tudo isso em detrimento do discurso político. Esses novos símbolos e formas ganham espaço (Matos, 1982).

Na França, os estudantes questionam a política de esquerda e de direita e enfrentam o governo gaullista. Defendem a imaginação no poder. Deflagram um movimento muito mais provocado pela recusa às formas de existência social, do que pela impossibilidade material de subsistir. Paris se transformou em cenário de guerra civil, palco de manifestações políticas, as palavras de ordem expressando a negação de qualquer tipo de poder.

Tanques ocupam ruas na Tchecoslováquia, movidos pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), para manter sob controle os rumos do socialismo. Os países que passavam por experiências socialistas também viviam momentos de tensão. Nesse ambiente político, jovens estudantes vão às ruas questionar os métodos burocráticos do governo (Matos, 1982).

Esses acontecimentos se estendem à Alemanha, Itália, Holanda, Bélgica, Suíça, Inglaterra, Dinamarca, Espanha, Turquia, Polônia, Argélia, Iugoslávia, Tunísia, Marrocos, Senegal, Madagascar, Japão e Brasil.

Por motivos distintos, os estudantes foram às ruas no ano de 1968. Criam um movimento de dimensão cultural que adquire visibilidade no interior de cada país, e que repercute fora dele. Em determinados países, os estudantes se mobilizam para questionar o imaginário do mundo capitalista, em outros, vão às ruas para questionar o imaginário do mundo socialista. Na verdade, como observa Matos (1982), a certeza que se apresentava para eles era a sua condição de existência.

Esses movimentos surgiram fora da direção de qualquer força política, embora tenham vivido com todas elas.

No Brasil, lutando contra os governos militares, em defesa da Reforma Universitária, contra o acordo MEC-USAID, os estudantes protestam de diferentes formas: nas ruas, na música, na poesia, no cinema, nas várias dimensões da arte, traço que caracteriza os movimentos culturais do país na época.

Vejamos como Matos (1982) estabelece a relação entre o Maio francês e os movimentos culturais ocorridos no país:

“O movimento Tropicalista por exemplo, toma do Maio francês alguns lemas: ao cantar o país mítico, o paraíso tropical e a miragem deste mesmo país violento e cordial, o Tropicalismo reviveu a dimensão poética da revolta, ao mesmo tempo política, ética e estética do Maio francês. Tomou para si o ‘É proibido proibir’, e ‘Estamos tranqüilos: 2+2 não são mais 4’”
(Matos, 1982, p.25).

Em resposta à cultura autoritária, emerge uma contracultura, igualmente difusa, como afirma Luciano Martins. Para o autor, na contracultura, os grupos sociais buscavam preservar a condição de sujeito, mudando seus comportamentos individuais, que iam do culto às drogas, seja no seu uso, seja na sua aceitação, como forma de manifestação de liberdade, através da busca do prazer, como ato de rebeldia, como forma de se opor a um mundo existente e criar um mundo próprio - o seu mundo. Juntamente com as drogas, diz o autor, observa-se ainda uma desarticulação no discurso da contracultura, através das gírias que dão significados diferentes a uma determinada palavra: *“É importante o fato*

de que grande parte das palavras que integram o vocabulário padrão tenha sua origem no jargão das drogas” (Martins, 1979, p.91).

Hoje, contextualizar essas formas de denúncia é imperativo para compreender o cenário político do país naquele período, bem como analisar as diferentes maneiras encontradas pelos atores sociais para fazer resistência aos governos militares, nas décadas de sessenta e setenta.

Embora o golpe tenha ocorrido em 1964, desarticulando os movimentos organizados, é com o Ato Institucional nº 5 (AI-5), em 13 de dezembro de 1968, que efetivamente passa a vigorar intensa repressão. A partir de então, impede-se qualquer possibilidade de manifestação por parte da sociedade civil, concentrando, nas mãos do Presidente da República, poderes ilimitados e retirando a garantia dos direitos individuais do cidadão.

Nas Universidades, o Ato Institucional se manifesta através do Decreto-Lei 477, de 26 de fevereiro de 1969. Tal Decreto-Lei considera infração disciplinar qualquer movimento que tenha por objetivo a paralisação de atividade escolar, ou participação nela, e práticas ou atos destinados à organização ou participação em movimentos subversivos, passeatas, desfiles ou comícios não autorizados. Em outras palavras, cria-se uma “disciplina” que impossibilita a comunidade universitária de se expressar livremente.

A partir de então, a sociedade civil brasileira passa a viver momentos de profunda repressão, “controlada” por um forte aparato de informação. É nesse contexto político que, em 1968, são proibidas inúmeras manifestações artísticas e culturais, entre as quais a conhecida canção de protesto “Para não dizer que não falei de flores”, de Geraldo Vandré. Sem alternativas, alguns compositores saíram do país, como foi o

caso de Chico Buarque de Holanda e Geraldo Vandré, outros foram presos e tiveram de se exilar, a exemplo de Gilberto Gil e Caetano Veloso.

Diante da quase total ausência de possibilidades de expressão da sociedade civil, emerge nos meios culturais o humor como forma de comunicação no limite do “permitido”. Surge o jornal de humor o “Pasquim”, como reconhece Luiz Carlos Maciel:

“69 foi um ano que começou muito dawn (...) aqui no Brasil, coincidentemente, foi um ano em que havia essa paranóia crescente (...) Era necessário algum antídoto de natureza existencial contra isso. E o grande achado do PASQUIM foi ter encontrado este antídoto no humor” (Maciel, 1982, p. 10).

No interior da esquerda, as divergências com relação às formas de combate ao governo militar produzem uma pluralidade de agremiações políticas. Formadas no interior do Partido Comunista Brasileiro, a discussão deriva em dissidências que, formadas a partir de então, vão-se construindo, criando identidades, com base no combate ao ideário “reformista”, “revisionista”. Surgem as seguintes agremiações políticas: Aliança Nacional Libertadora (ANL), Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), congregando lideranças como Carlos Lamarca, Carlos Marigela, Mário Alves, Apolônio de Carvalho, que encontraram, na ação armada, a forma de combate ao autoritarismo imposto pelos governos militares.

Os Movimentos Culturais ocorridos no país nas décadas de sessenta e setenta, que contaram com a participação dos estudantes, não

são exclusividade dos grandes centros urbanos. Tardiamente ou não, de natureza diferente ou não, o fato é que, ao longo desse período, havia estudantes que se organizavam e promoviam atividades culturais no Amazonas, e que, ao entrarem em contato com movimentos organizados em outros estados, através dos eventos nacionais, criaram a possibilidade de participar do debate cultural ocorrido no país.

Para resgatar as atividades ocorridas naquele período, no Amazonas, foram preciosas as contribuições de Edney Azancoth (1993) – “No palco nem tudo é verdade” – e Marco José (1993) – “GRUTA: a flecha do teatro cabocão”. O primeiro autor contribuiu, principalmente, no resgate da participação dos estudantes nos grupos de teatro universitário nos anos sessenta. O segundo, nas experiências dos universitários nos grupos de teatro da década de setenta. Nesses livros, os autores, como sujeitos sociais que vivenciaram aqueles movimentos, ao relatarem sua participação e experiências nos grupos de teatro existentes, resgatam também aspectos da história dos movimentos culturais dos anos sessenta e setenta no estado.

A análise desses relatos tornou-se importantes, à medida que nos permitiu estabelecer (ou não) relações entre os movimentos culturais ocorridos no país e no Amazonas, resguardando as particularidades de cada um.

Até a década de sessenta, os grupos de teatro existentes nos bairros de Manaus realizavam, no geral, peças religiosas, comédias e dramas, tratando de temáticas que abordavam valores morais. A Igreja Católica cumpriu papel importante na formação desses grupos. Na Paróquia São Sebastião, dos Padres Capuchinhos, foi construída a “Casa

da Divina Providência”, e nela um teatro com capacidade para 500 pessoas, onde se formou o grupo “Teatro Juvenil” (Azancoth, 1993).

Em 1961, surge o Teatro dos Estudantes Universitários, ligado à União dos Estudantes do Amazonas, que tinha entre seus participantes o ator Virgílio Barbosa, ex-integrante do “Teatro Juvenil”. A primeira montagem do grupo foi “As mãos de Eurídice”, exibida no Teatro Amazonas⁽²⁹⁾. Observa-se a influência do Teatro Juvenil, dada a participação de integrantes do grupo de teatro ligado à igreja no recém-criado grupo de teatro universitário (Azancoth, 1993).

Naquele período, o teatro brasileiro passava por transformações. Para os estudantes amazonenses, essas mudanças se expressaram na formação de um grupo de teatro desvinculado da Igreja Católica. Embora pareçam tímidas, essas mudanças têm um significado importante, pois criaram a possibilidade de o grupo construir peças com grande diversidade temática.

Vejamos o que diz um ex-integrante do grupo de Teatro dos Estudantes Universitários:

“Do Rio de Janeiro e São Paulo chegavam ecos de mudanças no Teatro brasileiro. Falava-se de ‘Eles Não Usam Black-tie’, de Guarnieri, ‘Revolução na América do Sul’, de Boal, e ‘Chapetuba Futebol Clube’, de Vianinha. No entanto, essa inovação teatral parecia ocorrer em um mundo distante, principalmente para quem acabava de abandonar o teatro de orientação religiosa e alguns, como eu, nunca tinham saído de Manaus” (Azancoth, 1993, p.26).

(29) Texto de Pedro Bloch, com direção de José de Azevedo e Benedito Lira.

Em setembro de 1961, o grupo de teatro recebeu o convite para participar do IV Festival Nacional de Teatro do Estudante, que seria realizado em janeiro de 1962, em Porto Alegre. Atendendo às normas do evento, o grupo apresentou duas peças. Para o público adulto, “A Beata Maria do Egito”⁽³⁰⁾, que tratava do fanatismo religioso existente no Nordeste e o papel do Estado na solução dos problemas sociais. Para atender ao público infantil foi apresentada “A Enjeitada”⁽³¹⁾. (Azancoth, 1993).

A participação no evento permitiu aos estudantes amazonenses assistirem, pela primeira vez, a peça “Eles Não Usam Black-tie”, de Guarnieri; “Entre Quatro Paredes”, de Sartre; “À Margem da Vida”, de Tennessee Williams e “Os Fuzis de Senhora Carrar”, de Brecht.

Ao retornar do Festival, empolgados com as atividades desenvolvidas pelo Centro Popular de Cultura da UNE, os estudantes corroboram com a idéia de teatro para o povo e promovem atividades nos bairros populares de Cachoeirinha, São Raimundo e Educandos. Para estimular esse movimento em Manaus, a União Nacional dos Estudantes promoveu uma Semana Cultural, trazendo o filme “Cinco Vezes Favela”, composto por cinco episódios: “Um favelado”, de Marcos Farias; “Zé da Cachorra”, de Miguel Borges; “Escola de Samba Alegria de Viver”, de Cacá Diegues; “Pedreiras das Almas”, de Leon Hirsztmann e “Couro de Galo”, de Joaquim Pedro de Andrade. Fazendo parte da programação, o Grupo de Teatro Universitário do Pará encenou a peça “A Exceção e a Regra”, de Brecht (Azancoth, 1993).

(30) Texto de Raquel de Queiroz, com direção de Américo Alvarez e elenco composto por Virgílio Barbosa, Elizabeth Mendes, Ademar Bonates, Vicente Pereira e Edney Azancoth.

(31) Texto de Américo Alvarez, com elenco composto por Camila Castelo Branco, Antonieta Valois, Rosely Andrade, Félix Valois, Otílio Tino e Luís Mendes

Essa efervescência nos meios culturais da época revelava o desejo dos jovens brasileiros, dentre eles os estudantes, em querer construir um país diferente. Vejamos um depoimento que expressa o sentimento de parcela desses jovens:

“Naquele momento, eu apostei que aquela juventude ia mudar o mundo. Eu era parte integrante dela!...1962 se foi. Com ele a euforia de fazer teatro para o povo” (Azancoth, 1993, p.31).

O depoimento mostra, por um lado, a frustração dos jovens brasileiros, que acreditavam na possibilidade de fazer as transformações sociais, a partir da idéia do teatro para o povo. Por outro, demonstra também, naquele momento, a particular frustração dos jovens amazonenses que presenciavam simbolicamente o sonho “acabar”, na cidade de Manaus, com a desarticulação do Teatro Universitário do Amazonas. Ainda na primeira metade da década de sessenta, ocorre em Manaus o Seminário Nacional Contra a Devastação e Desnacionalização da Amazônia, promovido pela União Nacional dos Estudantes⁽³²⁾. Esse é o último evento que contou com a participação conjunta dos estudantes universitários amazonenses e sua entidade nacional, realizado antes do golpe de 1964. As atividades conjuntas apenas seriam retomadas com a participação dos estudantes da Universidade do Amazonas no XXXI Congresso da UNE, em 1979. Dois fatos contribuíram para essa desarticulação. De um lado, o governo dos militares desencadeou intensa repressão aos estudantes, às suas entidades, e aos movimentos nos quais participavam. De outro, a Universidade do Amazonas e seus estudantes já

(32) Romagnolli & Gonçalves, op. cit.

surgem “impedidos” de universalizarem seus conhecimentos, e ainda se encontravam em fase de seus primeiros contatos.

Em 1966, em reuniões nas salas de aula da Faculdade de Filosofia da Universidade do Amazonas aparecem nesse cenário estudantes criando um movimento cultural, denominado “Decisão”, fazendo espetáculos com música e poesia, a exemplo do grupo “Opinião”. A primeira experiência ocorreu por ocasião do lançamento do livro de poesia do Edson Farias, “O Ciclo das Águas”⁽³³⁾ (Azancoth, 1993).

Apesar das estratégias utilizadas pelos militares para impedir a organização dos estudantes, não se podia proibir sua criatividade em encontrar formas de manifestar suas vontades políticas. Observa-se a iniciativa dos estudantes em expressar seus questionamentos através da música e da poesia, bem como o uso do próprio local de moradia como espaço de organização da luta política.

A segunda montagem de “O Romanceiro da Inconfidência”, de Cecília Meireles, estreou por ocasião do encerramento de um curso sobre Cultura, promovido pelo Diretório da Faculdade de Filosofia (Azancoth, 1993).

Para homenagear a Música Popular Brasileira, o grupo montou “De Daomé a Nelson Cavaquinho”, cujo roteiro contemplava uma trajetória de músicas, que partia das raízes africanas. A montagem foi apresentada no Botafogo Clube, Penitenciária, Nacional Futebol Clube, União dos Estudantes e Associação Atlética do Banco do Brasil. Por ocasião de uma apresentação para o Ideal Clube, o grupo recebeu a

(33) Fizeram parte do grupo Neide Gondim, Nereide Santiago, Roberto Evangelista, Ilza Maria, Elaine Ramos, Aquiles Andrade, Aldísio Filgueiras, João Roque, Luiza Damasceno, Edney Azancoth, Deoclecio, Glória e Renan Freitas Pinto. Este último sediava as reuniões do grupo em sua casa, na rua Major Gabriel.

quantia de Cr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros), como cachê pelo espetáculo. O fato de realizar um trabalho cultural remunerado foi objeto de críticas por parte de setores da esquerda. A partir desse momento, o grupo se desfez (Azancoth, 1993).

Ainda em 1966, estudantes criam o Teatro Universitário do Amazonas (TUA), órgão com diretoria própria, ligado ao Diretório Central dos Estudantes. Ensaíavam inicialmente na sede do Diretório, e, posteriormente, nas salas de aula da Faculdade de Economia, após as aulas noturnas. A primeira montagem foi a peça “Toda donzela tem um pai que é uma fera”, de Gláucio Gil, uma comédia que questionava a figura de um General⁽³⁴⁾. A estréia ocorreu no dia 13 de dezembro, no Teatro Amazonas, para um público que contava desde a alta sociedade manauara, intelectuais, estudantes e familiares (Azancoth, 1993).

Observa-se, novamente, o interesse dos estudantes em construir alternativas para manifestar seus questionamentos políticos, expresso no ato de se reunirem tarde da noite, após uma jornada de aulas, bem como o redirecionamento da visão sobre o papel do teatro. Se no início dos anos sessenta predominava a idéia do teatro para o povo, manifesto na realização de suas atividades nos bairros populares de Manaus, após o golpe, retoma-se a idéia da realização dos eventos nas casas de espetáculos, no caso, o Teatro Amazonas. Tal fato possivelmente tenha ocorrido por dois motivos: de um lado, as pressões da repressão impedindo as manifestações de rua, e, de outro, as experiências extraídas do grupo de teatro universitário, existente no início dos anos sessenta. Nota-se, mais uma vez, a ousadia dos estudantes ao questionarem a figura

(34) No elenco estavam Raimundo Valois, Edney Azancoth, Elaine Ramos, Aloísio Nogueira e Telma Alencar, com direção de Aquiles Andrade e Pedro Amorim, cenografia e iluminação de Deocleciano Bentes e contra-regra Pedro Colares.

de um General, quando o país era governado por militares, em clima de repressão política.

Chama a atenção a posição assumida pelo então Secretário de Educação e Cultura do Estado, André Araújo que, ao assistir à apresentação, ofereceu ao grupo uma quantia de Cr\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos cruzeiros), para a realização de um espetáculo. Os recursos financeiros foram utilizados para comprar as passagens aéreas para apresentar o trabalho em Rio Branco (Azancoth, 1993).

O grupo iniciou os ensaios para a apresentação da peça de Bertold Brecht, "A Exceção e a Regra"⁽³⁵⁾ no teatro da escola Montessoriana⁽³⁶⁾. Tal evento adquiriu grande importância, pois nenhum outro grupo de teatro amazonense havia encenado antes o autor. Em meio aos ensaios, o presidente do Diretório Central dos Estudantes, Manoel Alessandre, comunicou ao grupo o convite que havia recebido para participar do V Festival de Teatro dos Estudantes a ser realizado em janeiro de 1968, no Rio de Janeiro. Durante o Festival, os atores amazonenses tiveram a oportunidade de assistir, entre outros, "O Rei da Vela", de Oswald de Andrade, importante espetáculo do Teatro Oficina, dirigido por José Celso Martinez. Com a peça "A Exceção e a Regra", o Teatro Universitário do Amazonas recebeu o Prêmio Especial de Mérito Negrão de Lima e o prêmio de interpretação masculina, para Roberto Evangelista (Azancoth, 1993).

Na música regional, registra-se a realização de festivais para revelar os novos talentos. O I Festival de Música Amazonense foi

realizado em 1968 e o II, em 1969, quando destacou-se a música "Jogo de Calçada", de Wandler Cunha.⁽³⁷⁾

No cinema, existia um Grupo de Estudos Cinematográficos (GEC). Numa das atividades promovidas pelo grupo, a exibição do filme "L'age D'or", de Luiz Buñuel, o filme foi apreendido e os participantes convocados para dar esclarecimentos à polícia (Azancoth, 1993).

O final da década de sessenta e início da de setenta correspondem ao período de maior repressão no país, observando-se escassos movimentos da sociedade civil brasileira. No Amazonas não ocorreu diferente. Os grupos universitários, organizadores de movimentos culturais, se extinguem e apenas em 1973 é que vai surgir novamente no teatro, o GRUTA - Grupo de Teatro Universitário do Amazonas. Grupo que surge recuperando, em certo sentido, a idéia de um teatro voltado para as camadas populares, realizando apresentações nas ruas, escolas e não aceitando a participação nas grandes casas de espetáculos, tais como o Teatro Amazonas. O grupo se reunia no Conservatório⁽³⁸⁾.

Entre as peças exibidas pelos integrantes do grupo, estavam "O Novo Oteló", de Joaquim Manuel; "O Troco", de Domingues Pelegrine; "A Exceção e a Regra"⁽³⁹⁾, de Bertold Brecht; "O Natal na Praça" e "Pés Descalços no Asfalto Quente", de Marcos José. "O Troco" foi apresentada no bairro de São Raimundo. A temática era voltada para os problemas

(37) A Vida", Manaus, 20 de julho de 1980.

(38) O Conservatório funcionava na rua Joaquim Nabuco, 936, no centro de Manaus.

(39) Direção de Marcos José, coreografia de Rafael Gonzales, música de Nilton Amaral e Marco José, sonoplastia de Luiza Garnelo, contra-regra Nonato Pereira, adereços cênicos de Beckinha e Daisy Amaral, publicidade de Francisco Clóvis, contou no elenco com Hunsilka Amorim, Luiz Marreiro, Marco Aurélio, Ricardo Parente e Rui Brito.

(35) Direção de Aquiles Andrade, cenário e iluminação de Deocleciano Bentes, com a colaboração de Márcio Souza na trilha sonora.

(36) O diretor da escola era André Araújo.

sociais⁽⁴⁰⁾. “O Natal na Praça”, baseada no Teatro Moderno Francês, tratava da Visita e do Nascimento de Jesus, feita por um grupo de ciganos em uma praça de uma aldeia⁽⁴¹⁾ (José, 1993).

Em 18 de junho de 1975, por solicitação de Natanael Bentes Rodrigues, o GRUTA recebeu voto de louvor na Assembléia Legislativa, pelos trabalhos desenvolvidos no meio estudantil. O requerimento 409, de 26 de junho de 1975 foi assinado pelo primeiro secretário da Assembléia, deputado Aloisio Rodrigues de Oliveira (José, 1993).

O GRUTA foi legalizado na Universidade do Amazonas, em fins da década de setenta, na gestão do Reitor Professor Octávio Hamilton Botelho Mourão. Na oportunidade, destacou-se um de seus membros, Ricardo Pereira Parente, para tratar dos trâmites legais. Tal fato ocorreu na gestão 1978/1979 do Diretório Universitário, que teve como presidente o estudante de Medicina José Carlos Gomes Sardinha.

Com sua institucionalização na Universidade, o GRUTA passou a “obedecer” às normas da Instituição, entre as quais a tentativa de controle por parte dos órgãos de informação. Vejamos o teor do comunicado, emitido pelo órgão administrativo, responsável pela “liberação” das atividades desenvolvidas pelos estudantes da Instituição, o que comprova não apenas a existência da censura na Universidade, mas também o seu poder na administração da Universidade:

“(…) Achamos aceitável e oportuno a reivindicação do DU, cabendo-nos apenas sugerir que sejam regularizadas as atividades desse grupo, a

Universidade deverá pelo setor competente, no caso, a Assessoria de Extensão, exercer efetiva orientação na escolha das peças e, ou atividades propostas pelo GRUTA, sem contudo tirar-lhe a autonomia tão necessária à sua sobrevivência” (José, 1993, p.79).

“Pés Descalços no Asfalto Quente” tratava da temática social, dando ênfase à violência provocada pelo êxodo rural no Amazonas pós-Zona Franca. A peça refletiu um novo momento vivido pelos grupos de teatro estudantil do Amazonas e expressou a ousadia de um grupo de teatro universitário ao montar uma peça própria, abordando uma temática nova na dramaturgia universitária manauara. A temática era inovadora pelo fato de não apenas tratar das questões políticas gerais do país, mas sobretudo, por materializar e traduzir essa situação, através da realidade concreta em que viviam os amazonenses.

Com a formação de um grupo que se aglutina em defesa dos povos indígenas, em fins dos anos setenta, surgem outras formas de manifestação da cultura, atraindo as camadas universitárias.

Em 1978, um grupo de professores e estudantes da Universidade do Amazonas, particularmente do Instituto de Ciências Humanas e Letras, fundam o grupo KUKURU, de apoio à causa indígena, tendo entre seus componentes as professoras Selda Vale da Costa e Regina Celestino - do curso de Ciências Sociais; Vera Lúcia Soares Lima - do curso de Filosofia; os discentes Paulo Pinto Monte - Filosofia; Maria do Carmo, Regina Melo e Natacha Andrade - Comunicação Social; Herbet Braga - Letras; José Ademir - Estudos Sociais, entre outros integrantes do Instituto Nacional de Pesquisas Sociais. O grupo contou com o apoio do

(40) Direção de Marcos José, contra-regra Nonato Pereira e no elenco estavam Marco Aurélio, Marco José, Luiz Marreiro, Dinho, Rui Brito, David Ranciaro e Socorro Jobim.

(41) No elenco estavam Nonato Pereira, Aparício Carvalho, Elizabete Imbiriba e Terezinha Gonçalves.

Conselho Indigenista Missionário e imprimiu o jornal PORANTIM como veículo de informação⁽⁴²⁾ (Monte, 1992).

O grupo se reunia aos sábados, na sede da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil/AM, e tinha como objetivos:

“1) Apoiar a luta pela autodeterminação dos povos indígenas; 2) Lutar contra a posição etnocêntrica e a visão preconceituosa existentes em relação ao índio; 3) Contribuir para o esclarecimento da opinião pública amazonense sobre os povos indígenas, seus valores, usos e costumes; 4) Apoiar os povos indígenas nas reivindicações pela posse efetiva, segurança e inviolabilidade de suas terras”⁽⁴³⁾.

CONSTRUINDO O MOVIMENTO

Interpretações acerca das ações coletivas dos estudantes

Ao analisarmos os trabalhos relativos às décadas de sessenta e setenta, que tratam de temas tais como os movimentos ocorridos na universidade brasileira, manifestações de rua em defesa da redemocratização do país, oposição aos governos militares, movimentos culturais, enfim, dos movimentos de resistência, é muito comum identificarmos nesses movimentos a presença dos estudantes, enquanto sujeitos sociais. No entanto, são poucos os trabalhos que procuram analisar as ações coletivas dos estudantes, resgatando suas lutas, realizadas em espaço, tempo e com sujeitos sociais determinados. A ausência de trabalhos que apontem para essa perspectiva tem contribuído para generalizações excessivas sobre a temática.

A análise da literatura disponível aponta uma produção, que poderia ser caracterizada, no geral, como um “olhar externo” aos movimentos. Em primeiro lugar, poderíamos agrupar aqueles que distinguem as ações dos estudantes dos demais jovens (Habermas, 1968). Em segundo, os que concebem as ações dos estudantes como produto das condições econômicas, políticas e sociais do país (Ianni, 1968; Forachi, 1977; Poerner, 1995). Por fim, os que analisam o movimento estudantil, quer a partir das orientações ideológicas (Martins Filho, 1979), quer pelo papel que desempenham as entidades estudantis (Sanfelice, 1986).

Vejamos o que diz Habermas, quando procura compreender o comportamento dos estudantes diante dos jovens da mesma faixa etária:

(42) Na redação do jornal estavam José Ribamar Bessa Freire, Renato Athias, Márcio Souza, Ricardo Parente, Narciso Lobo e na diagramação Antônio José Vale Costa e Deocleciano Bentes de Souza.

(43) Panfleto distribuído por ocasião da passagem do dia do Índio no ano de 1980.

“Considerando-se o grau de informação e atividade política, o grupo dos estudantes ocupa posição especial, profundamente marcante e distingue-se mais acentuadamente de grupos da mesma idade dos jovens profissionais do que da média da população geral” (Habermas, 1968, p.117).

O grau de informação e as atividades políticas desenvolvidas pelos estudantes fornecem-lhes um determinado tipo de conhecimento e experiência, que necessariamente os leva a terem posição especial, profundamente marcante, diante dos demais jovens. Se compararmos as atividades desenvolvidas por um grupo de estudantes a outro grupo de não estudantes, todos da mesma faixa etária como quer a afirmativa, o desprendimento dos grupos vai depender de vários fatores, entre os quais o tipo de atividade desenvolvida, o local onde elas ocorrem, bem como as condições em que se realizam. Neste sentido, não é apenas a condição de estudante que lhes permite terem posição especial.

Portanto, ao generalizarmos esse raciocínio, teríamos dificuldades de compreender a não-participação de parcela significativa de estudantes que não se envolvem nas ações coletivas desencadeadas em várias instituições, enquanto outros jovens, em outros espaços da sociedade, organizam-se e constroem Movimentos.

No Brasil, as diversas abordagens sobre a temática, também procuram generalizar experiências vivenciadas por atores sociais distintos, e ocorridas em momentos e espaços diversos.

Ianni (1968, p.238) trata do assunto dizendo: *“O jovem radical é um produto natural do sistema em que se encontra imerso”*.

Poderíamos indagar: Quem é o jovem radical? Como se dariam as transformações no sistema? Que sujeitos sociais fariam essas

transformações? E o jovem que não tem comportamento radical, quem é? Qual o seu papel? Se o sistema, por si, só determinasse o jovem radical, não teríamos como explicar o comportamento dos jovens que vivem sob um mesmo sistema e não têm participação nos movimentos, ou mesmo aqueles que questionam as condições em que vivem, a partir de sua postura diante da sociedade sem o confronto direto com o sistema, como foram alguns dos movimentos culturais realizados nos anos sessenta e setenta no país.

Foracchi, que realizou os primeiros estudos sociológicos sobre o comportamento da juventude universitária brasileira, no início dos anos sessenta, afirmou que o comportamento dos estudantes é:

“Produto revolucionário das aspirações da classe média, onde no próprio convívio universitário o estudante tem condições de elaborar uma representação de si e dos papéis que deve desempenhar” (Foracchi, 1977, p.224).

Em primeiro lugar, a juventude, assim como o jovem estudante, está presente nas várias camadas e extratos sociais. Segundo, não se organiza necessariamente pelas condições econômicas, pois não são apenas essas as carências e os desejos da juventude estudantil universitária brasileira. Se estas foram as primeiras impressões dos estudos realizados acerca das ações dos estudantes no início dos anos sessenta, com certeza não poderiam ser generalizadas. Ainda na década de sessenta, se analisarmos os movimentos culturais, também vivenciados por esses jovens, veremos outras dimensões dos movimentos, tanto no período pré como pós-golpe, e, mais especificamente, pós-68, como vimos no capítulo anterior.

Poerner (1995, p.37), ao tratar do assunto, destaca os estudantes brasileiros, ao afirmar: "*O estudante brasileiro é um oposicionista nato*".

O fato de o país ter passado por condições sócioeconômicas distintas de outras nações não torna os jovens estudantes brasileiros críticos em seu conjunto, não os transforma em oposicionistas por natureza. O "estudante brasileiro" tem nome, mora em algum lugar, vive com pessoas, tem desejos, enfim, ele só existe quando se identifica, como diria Arendt (1989), quando responde à indagação: Quem és tu? Ao responder a essa pergunta, veremos que são vários os estudantes brasileiros, são distintos os lugares onde moram, convivem, ou mesmo, são diversos os seus desejos. Portanto, como poderia essa pluralidade de condições convergir para um sentimento apenas?

Ao observarmos atentamente a participação dos estudantes brasileiros, veremos que nem sempre se revelaram oposicionistas, como reconhece a literatura. Mais ainda, em qualquer circunstância, em virtude da pluralidade da ação humana, os estudantes estão sempre passíveis de não possuírem uma posição apenas, seja ela qual for. Essa afirmação se desfaz ainda mais quando se pretende vê-los como oposicionistas natos, pois o homem, enquanto ser social, pode influenciar os outros, e ao mesmo tempo, num processo contínuo, receber influências daqueles com quem vive.

Observa-se também, na literatura que analisa a atuação dos jovens da década de sessenta no Brasil, uma tendência à generalização que hoje é possível ser compreendida, se contextualizada, pois esse período foi estudado por vários pesquisadores como um momento de "ascensão da classe média". Daí o centro da preocupação desses autores se localizar nas

camadas médias da sociedade, e no processo de desenvolvimento do país, dadas as desigualdades sociais existentes.

Os trabalhos recentes trazem outras abordagens, apresentando novos elementos para serem analisados, ainda que se mantenha o mesmo "olhar externo" ao movimento, bem como a tendência a generalizações. Vejamos o que diz Martins Filho:

"Faz-se necessário considerar, além das práticas de massas, a especificidade das práticas e das orientações ideológicas que se configuram no nível da direção do movimento" (Martins Filho, 1979, p.30).

Essa concepção deixa de perceber, no interior do movimento, a riqueza de experiências vivenciadas pelos estudantes nas próprias disputas entre as tendências e orientações ideológicas, bem como as disputas existentes no próprio interior de cada tendência política. Ao fazer isso, deixa de analisar o movimento em si, e de destacar nele sua relação com os sujeitos coletivos, para se concentrar na condução do movimento, a partir de forças temporariamente majoritárias.

As observações de Sanfelice buscam analisar como esse debate se reflete nos estudos sobre as entidades estudantis e no perfil destas, atribuindo-lhes uma certa autonomia e homogeneidade nos diferentes momentos:

"O que se quer registrar prioritariamente é o papel desempenhado pela UNE, já que ela conseguiu se manter, apesar de inúmeras divergências internas e cada vez mais grave, como a entidade que, falando pelos estudantes, como tal foi tratada pelo poder pré e pós-golpe, bem como por todos aqueles que lhe

fizeram oposição no sentido de sua desarticulação”
(Sanfelice, 1986, p.13).

É importante ressaltar que, apesar da importância política que as entidades adquirem, elas são sempre construídas por ações coletivas dos atores sociais, e, como tal, são síntese dessas ações. A fala dessa representação expressa sempre o pensamento de uma parcela dos estudantes. O discurso da entidade está, ou deveria estar, condicionado aos fóruns do movimento, que têm uma dinâmica própria de organização. Portanto, essa concepção não percebe as possíveis diferenças na fala da entidade, provocadas por deliberações ocorridas nas várias instâncias do movimento.

Nos estudos realizados, chama atenção as preocupações levantadas por Mendes Júnior, particularmente quando critica alguns tipos de generalizações que terminam por tornar secundárias as ações coletivas dos estudantes. Diz o autor:

“Argumenta-se muitas vezes que o caráter transitório da condição de estudante (...) Fala-se ainda num conflito de geração (...) Lembra-se também do ardor juvenil e da sede de justiça da juventude (...) Tudo isso para tentar explicar porque a participação política dos estudantes deve ser vista como um fenômeno de segundo plano” (Mendes Júnior, 1981, p.7).

Mesmo quando priorizam a participação política, as abordagens que tratam da temática terminam por generalizar as ações coletivas dos estudantes, deixando de ver o momento singular criado por determinados atores sociais, em espaço e tempo distintos. Esses três fatores que

compõem o cotidiano dos sujeitos sociais serão elementos importantes em nossa investigação.

A Universidade do Amazonas viveu, desde seu surgimento, com as entidades estudantis impostas pela Legislação Federal, a exemplo do Diretório Central dos Estudantes, e, posteriormente, o Diretório Universitário.

De início, a Instituição foi administrada pelo advogado Aderson Andrade Menezes, primeiro reitor, ao qual se seguiram, pela ordem, o professor Juary Marinho (1965-1969); o professor Aderson Pereira Dutra (1970-1976), que teve como vice-reitor o professor Octávio Hamilton Botelho Mourão, indicado, posteriormente, para o cargo de reitor, por duas gestões consecutivas (1976-1980 e 1981-1985).

Ao observarmos as resoluções e portarias do Conselho Universitário no período de 1965 a 1977, antes do surgimento dos Centros Culturais, identificamos que, no tocante aos estudantes, limitaram-se a nomear os novos presidentes e vices do Diretório Universitário, ou a prorrogar e adiar as eleições da entidade. Assim foi a Resolução 01/75, que trata das eleições realizadas em 20 de dezembro de 1974, e nomeia presidente do Diretório Nathan Samuel, e vices Oldeney de Sá Valente e Carlos Maria de Oliveira; a Resolução 05/76, que prorroga o mandato dos diretores da entidade; a Resolução 024/76, que trata das eleições realizadas no dia 21 de junho de 1976, sendo Átila Sidney Lins de Albuquerque presidente, e Laerte Stephano e Aguiar, e José Freire de Souza Lobo, vices; a Resolução 011/77, que antecipa as eleições do Diretório para a segunda quinzena de abril de 1977; a Resolução 021/77, que trata das eleições realizadas no dia 27 de abril de 1977, tendo como presidente da entidade João Bôsko de Sá Valente, e

vices, Aristóteles Comte de Alencar e David Alberto Granjeiro Cantanhede. A posse da diretoria foi marcada para o dia 19 de maio de 1977.

O primeiro documento que contém assunto diretamente ligado às atividades dos estudantes é a Resolução 33/67, de 20 de dezembro de 1967. A resolução aprova o Regimento do Diretório Central dos Estudantes e está assinada pelo presidente do Conselho Universitário, professor Abdul Sayol de Sá Peixoto, vice-reitor em exercício.

Embora o Regimento tenha sido aprovado apenas no final de 1967, a entidade já existia e tinha uma tímida participação junto aos estudantes, através do Teatro Universitário do Amazonas, como vimos no capítulo anterior.

Em reunião ordinária do Conselho, em 19 de fevereiro de 1968, consta a presença da representação estudantil, o aluno Manoel Antônio Vieira Alexandre. Na oportunidade foi registrada a participação do Teatro Universitário do Amazonas no V Festival Nacional de Teatro de Estudantes, e comunicado o prêmio recebido pelo grupo, através do estudante Roberto Evangelista, que se destacou entre os melhores atores presentes naquele evento. Foi lida, pela representação discente, uma carta agradecendo a colaboração do reitor.

Observa-se, no período, uma relação ainda pouco expressiva entre o DCE e os estudantes, mesmo sendo a entidade fruto de uma imposição do governo. Dois motivos podem ter contribuído: de um lado, a repressão mais intensa apenas ocorreria após 1968, de outro, a Universidade surge num momento em que "as regras do jogo" já estavam "postas", ou seja, a tentativa de controle da Instituição e da sociedade já eram manifestadas pelas atitudes do governo. Além disso, no Amazonas, durante o período

pré-golpe, de certa forma, não havia grandes mobilizações de rua, o que poderia possibilitar ao governo estadual não desencadear intensas repressões.

No intervalo de 1968 a 1973, passam a ser raras as atividades que "permitted" expressar livremente as idéias. Mesmo as atividades artísticas como a música, o teatro e o cinema foram duramente reprimidas. O aparente "silêncio" na sociedade ocultava um movimento latente que apenas se revelaria após a segunda metade da década de setenta.

Nesse período, sim, a repressão se intensifica, e o governo revela a sua face mais agressiva para com a sociedade. No Amazonas, da parte de alguns estudantes, particularmente, daqueles que se encontravam nas entidades oficiais, observa-se uma colaboração mútua com a Administração. Por ocasião do debate acerca da Reforma Universitária, em reunião do Conselho Universitário, realizada no dia 08 de maio de 1970, chama atenção os elogios dirigidos ao reitor, por parte do estudante Edson Rosas Juláide Coutinho, representante estudantil.

A participação dos estudantes nas instâncias da Universidade se expressava de duas maneiras: elogios às medidas da Administração ou o silêncio diante dos fatos. Talvez por isso que, no período de 1971 a 1973, os documentos pesquisados apenas registrem a presença da representação estudantil. Em 1971, o representante era Eros José Godoy Leski; em 1972, a reunião realizada em 12 de janeiro registrou a presença do estudante Mário Frota. No ano de 1973, observa-se uma rotatividade na representação estudantil, sucedendo-se José Seráfico de Carvalho, Danaolpho Bittencourt, Antônio Carlos Sampaio Nunes de Melo e Expedito Teodoro.

Com o surgimento do Grupo de Teatro Universitário, GRUTA, em 1973, novamente, o teatro passa a ser um canal de participação dos estudantes, possibilitando aos universitários verem os meios culturais como alternativa de manifestar suas vontades.

O Estatuto⁽¹⁾ e o Regimento Geral⁽²⁾ da Universidade do Amazonas foram aprovados pelo Conselho Federal de Educação e publicados no Diário Oficial. A legislação sobre a participação dos estudantes nos Órgãos Colegiados e no Diretório Universitário concentra-se no Capítulo II do Estatuto, Artigos 75, 76, 77, 78 e no Regimento Geral, no Capítulo II, Artigos 127, 128, 129, bem como na sessão III, Artigos 130, 131, 132, e 133.

Uma vez regulamentado o Diretório, o Conselho⁽³⁾ tratou do processo 072/74, que encaminhava relatório e documentação referentes às eleições realizadas em 20 de dezembro de 1974, designando o primeiro presidente do Diretório Universitário. O relator do processo foi o Conselheiro Raimundo Lopes Filho. Na ocasião, o Conselheiro Antônio Valente Neto propôs anistia aos alunos que não compareceram às eleições, sendo sua proposta aprovada, estendendo-se o prazo até 15 de março de 1975 para os estudantes justificarem suas faltas.

O que poderia parecer uma proposta ousada por parte do Conselheiro, a anistia aos estudantes que não votaram, nada mais era do que o reconhecimento do quão dominadora era a legislação estudantil. A obrigatoriedade do voto era uma forma de tentar controlar os estudantes,

(1) O Estatuto da Universidade do Amazonas foi aprovado pelo Conselho Federal de Educação através do Parecer nº 4.109, de 06 de dezembro de 1974 e publicado no Diário Oficial da União em 07 de maio de 1975.

(2) O Regimento Geral da Universidade do Amazonas foi publicado no Diário Oficial do Estado do Amazonas em 24 de junho de 1975.

(3) Em reunião realizada no dia 02 de janeiro de 1975.

através dos nomes dos votantes; o próprio processo eleitoral era uma maneira de "legitimar" a representação.

Na reunião do Conselho Universitário realizada em 03 de fevereiro de 1975, consta a presença do primeiro presidente do Diretório, Nathan Samuel Benzecry. Em 13 de fevereiro de 1976, o representante estudantil era Oldeney Sá Valente; em 06 de agosto de 1976, Laerte Stephano Aguiar. Em 14 de setembro de 1976, José Freire de Souza Lobo. Em 03 de dezembro de 1976, Átila Sidney Lins Albuquerque. Em 04 de janeiro de 1977, José Freire de Souza Lobo. Em 06 de maio de 1977, João Bôsko de Sá Valente e Aristóteles Comte de Alencar Filho.

Em 1976, quando o estudante de Direito, Átila Lins, foi eleito presidente do Diretório, duas chapas concorreram às eleições. A chapa encabeçada por ele tinha como vice Laert Aguiar. Wellington José de Araújo, também estudante de Direito, era o candidato da segunda chapa, tendo como vice Terezinha Bastos e Maria Luzilda. Embora se registre duas chapas concorrendo à diretoria da entidade, o processo eleitoral não revelou disputas, senão formal, entre as possíveis propostas de condução do Diretório, o que nos faz crer na possibilidade da definição do candidato ter ocorrido fundamentalmente por preferências pessoais referentes aos componentes das chapas.

Em 21 de outubro de 1977, chama atenção a fala do reitor Octávio Hamilton Botelho Mourão, em reunião do Conselho Universitário, elogiando o Conselheiro Rui Alberto Costa Lins, nomeado para o Serviço Nacional de Informação (SNI). Diz o reitor: "*parabéns pela participação efetiva e tão honrosa missão (...) que suas futuras atividades sejam coroadas de pleno êxito*". Ao agradecer, Rui Lins afirma ser esta atividade "temporária" e lembra sua participação na

primeira reunião do Conselho, em 18 de janeiro de 1965. Certamente Rui Alberto de Costa Lins mantinha estreitas ligações entre os Órgãos de Segurança e Informação e a Universidade do Amazonas, pois como ele próprio lembra, desde o início dos governos militares, era de confiança do governo federal.

É interessante observarmos a “sintonia” existente entre o Conselho Universitário e os “representantes estudantis”, quando se tratava do gerenciamento do Diretório Universitário. Tomemos, como exemplo, o processo 056/77 do Diretório, que encaminhou o plano de aplicação de recursos para o ano de 1977. A relatora do processo, professora Freida Bittencourt emitiu o parecer favorável justificando que *“o processo está devidamente instruído, inclusive com incorporações favoráveis à aplicação dos recursos destinados àquele órgão”*. O processo foi aprovado por unanimidade de votos.

Se era esse o ambiente vivenciado pelos estudantes que participavam dos Colegiados, o mesmo não acontecia com aqueles que iriam manifestar-se no final da década de setenta. Enquanto a relação entre os estudantes e a administração, bem como entre a administração e o governo federal, expressava-se num jogo de elogios mútuos, no interior da comunidade universitária surge uma parcela de estudantes que se organizam, tendo como eixo de suas bandeiras de luta: liberdade, democracia, e o direito de livre expressão.

Em 06 de janeiro de 1978, o representante estudantil no Conselho Universitário era David Granjeiro Catanhede, vice-presidente do Diretório Universitário. Em 03 de fevereiro de 1978, consta a presença de João Bôsko de Sá Valente, que seria o último presidente da entidade estudantil no período que precede ao surgimento dos Centros Culturais.

Fecha-se, assim, o ciclo de silêncio, por parte da representação discente. Talvez os Conselheiros, que imaginavam deter o controle dos estudantes, não percebessem que, no interior da comunidade universitária, havia um movimento latente, que se organizava em espaços distintos e fora da Instituição, embora, naquele momento, convergissem para tratar ações comuns. O fato de não aparecerem publicamente não significava uma apatia, uma omissão, a exemplo das representações estudantis. O aparente silêncio expressava, também, uma estratégia de organização que logo em seguida surgiria surpreendendo a todos.

Buscamos compreender a ação política dos estudantes através das elaborações de Arendt (1989), que destaca a ação como algo inerente ao homem, enquanto ser social:

“O fato de que o homem é capaz de agir significa que se pode esperar dele o inesperado, que ele é capaz de realizar o infinitamente improvável. E isto, por sua vez, só é possível porque cada homem é singular, de sorte que, a cada nascimento, vem ao mundo algo singularmente novo” (Arendt, 1989, p.191).

Para a autora, entre as atividades humanas, a ação se diferencia por ser a única atividade que se exerce sem a mediação das coisas e da matéria. A sua condição humana corresponde à pluralidade⁽⁴⁾. Todos os aspectos da vida humana têm relação com a política, porém, a pluralidade é a condição de toda a vida política, e se caracteriza como condição da ação humana por:

(4) Diz a autora: “homens e não o Homem vive na terra e habita o mundo” (Arendt, Hanna. A Condição humana. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1989. 338p. p.15).

“Seremos todos os mesmos, isto é, humanos, sem que ninguém seja exatamente igual a qualquer pessoa que tenha existido, exista ou venha a existir” (Arendt, 1989, p.16).

É na perspectiva de compreender as ações dos estudantes, na sua pluralidade de atores sociais, de suas bandeiras de lutas, de seus discursos⁽⁵⁾ que pesquisamos o momento em que os estudantes da Universidade do Amazonas criam, na segunda metade dos anos setenta, um movimento que adquire visibilidade na sociedade manauara com a criação dos Centros Culturais.

Analisamos as ações dos estudantes no momento em que elas fazem surgir mudanças no espaço cotidiano desses sujeitos sociais. Essas ações, ao adquirirem visibilidade, provocam no espaço, e nos atores que dele participam, a oportunidade de vivenciarem situações particulares, digamos ocorrências raras. A especificidade desses momentos não é menos importante por não ocorrer freqüentemente, pelo contrário, adquire importância exatamente por sua singularidade, como diz Arendt (1989, p.52): *“(...) o significado das relações cotidianas, revela-se não na vida do dia-a-dia, mas em feitos raros”*.

Na vida social, esses intervalos correspondem, normalmente, ao momento em que as ações adquirem visibilidade. Melucci, ao analisar as novas formas de ação coletivas surgidas na década de setenta, afirma:

“A visibilidade reforça as redes submersas. Fornece energia para renovar a solidariedade, facilita a criação de novos grupos e o recrutamento de novos

militantes atraídos pela mobilização que então flui na rede submersa” (Melucci, 1989, p.62).

Portanto a visibilidade de um movimento, ao aglutinar novos sujeitos sociais, possibilita importância e atenção, tanto para os que fazem a ação, como para os que pretendem estudá-las.

Na Universidade do Amazonas, o momento de criação dos Centros Culturais, principalmente o primeiro deles, o Centro Universitário e Cultural de Agronomia, é um marco para compreendermos o processo de mudanças ocorridas no espaço cotidiano dos estudantes, pois se evidencia o surgimento de novos sujeitos, atuando em novos espaços e desenvolvendo um outro tipo de ação.

Para falarmos sobre a constituição de novos sujeitos, cabe lembrar a repressão desencadeada no país pelos governos militares, particularmente pós-68. Como já vimos no capítulo anterior, diante do impedimento do livre diálogo entre os estudantes e seus tradicionais canais de representação, suas entidades e agremiações políticas emergem novas representações, advindas das lutas desenvolvidas na própria Universidade. Essas representações tinham como eixo central a luta por direitos, expressos nas suas bandeiras, seja por melhores condições de ensino, seja contra o autoritarismo, o controle, a censura, seja pelo direito de se organizarem livremente.

Quando falamos em novos espaços, queremos evidenciar que trata-se do surgimento de uma entidade estudantil, articulada e criada por fora da entidade oficial: o Diretório Universitário. A desarticulação das entidades estudantis e sua estrutura organizacional imposta por lei federal transformaram as entidades em apêndice da administração, mantendo-as sob seu controle, tornando impossível estabelecer o livre diálogo entre os

(5) Para a autora sempre que a relevância do discurso entra em jogo, a questão torna-se política por definição, pois é o discurso que faz do homem um ser político (Arendt, op. cit., p.11).

estudantes e seus tradicionais canais de representação. A partir de então, o cotidiano dos estudantes da Universidade do Amazonas transformou-se em espaço de luta.

Surgem estudantes descontentes, lutando por direitos, entre os quais o direito de um outro espaço de organização, em que pudessem expressar suas reivindicações. Em março de 1978, surge o Centro Universitário e Cultural de Agronomia, e, logo em seguida, o Centro Acadêmico, Filosófico e Cultural do Amazonas e o Centro Cultural de Medicina, construindo um movimento que no seu interior revelava também uma noção de cidadania.

A respeito dessa inserção dos homens na vida cotidiana é importante lembrar o que diz Arendt:

“É com palavras e atos que nos inserimos no mundo humano, e esta inserção é como um segundo nascimento, (...) Pode ser estimulada, mas nunca condicionada, pela presença dos outros em cuja companhia desejamos estar; seu ímpeto decorre do começo que vem ao mundo quando nascemos, e ao qual respondemos começando algo novo por nossa própria iniciativa” (Arendt, 1989, p.189).

Esse momento de inserção é também um momento de coragem e ousadia dos sujeitos sociais, pois é o momento em que eles constroem sua história:

“A conotação de coragem, que hoje reputamos qualidade indispensável a um herói, já está, de fato, presente na mera disposição de agir e de falar, de inserir-se no mundo e começar uma própria história. E essa coragem não está necessariamente, nem

principalmente, associada à disposição de arcar com as conseqüências, o próprio ato do homem que abandona o seu esconderijo para mostrar quem é, para revelar e exibir sua individualidade, já denota coragem e até mesmo ousadia” (Arendt, 1989, p.199).

É nessa perspectiva que a vida cotidiana passa a ser um espaço importante e de luta com os outros – a quem dirige suas reivindicações, e consigo mesmo –, como momento de superação das suas próprias condições. Assim sendo, é também um espaço no qual se constrói uma noção de cidadania, reivindicando direitos e buscando transformar a realidade vigente.

Neste momento, poderíamos nos indagar: Se, ao longo da existência da Universidade do Amazonas, existiram estudantes, e estes estiveram presentes nas várias instâncias da Instituição, então o que tornou diferente esse movimento organizado por eles? Apenas a visibilidade adquirida por suas ações coletivas?

Não. A visibilidade é um elemento importante, pois permite tornar públicas as reivindicações num primeiro momento em que aparecem como interesses privados. E este processo é fundamental para compreender os movimentos sociais:

“O fato de uma atividade ocorrer em particular ou em público não é de modo algum, indiferente. Obviamente, o caráter da esfera pública muda segundo as atividades que nela são admitidas, mas, em grande parte, a natureza da própria atividade também muda” (Arendt, 1989, p.56).

Mas faz-se necessário delinear a existência de um conjunto de elementos que evidencia o surgimento de um movimento. Para Arendt (1989, p.190): "Agir (...) em alguns casos significa imprimir movimento".

Tais movimentos, para Melucci, caracterizam-se como um movimento social, quando expressam:

"Uma forma de ação coletiva (a) baseada na solidariedade, (b) desenvolvendo um conflito, (c) rompendo os limites do sistema em que ocorre a ação" (Melucci, 1989, p.57).

O que observamos na Universidade do Amazonas é que o momento de criação do Centro Universitário e Cultural de Agronomia expressa as características acima expostas, constituindo-se num movimento social.

Os estudantes do curso de Agronomia desenvolvem uma ação coletiva, na qual os atores sociais compartilham de uma mesma identidade coletiva ao fazerem reivindicações comuns, bem como contando com a presença de atores opostos: de um lado os estudantes, de outro, a Reitoria. Ao agirem assim, rompem as barreiras de uma situação inicial ao movimento, impondo-se enquanto representantes dos estudantes, conquistando espaços nas instâncias de decisão da Instituição, não mais apenas com direito a voz e voto, mas transformando essa voz e voto numa expressão real de suas vontades.

Ao analisar os novas ações coletivas, Melucci (1989, p.62), diz:

"A mera existência de um movimento é uma reversão dos sistemas simbólicos dominantes (...) o meio, o

*próprio movimento como meio, é a mensagem (...)
Como a ação está focalizada nos códigos culturais, a
forma do movimento é a mensagem, um desafio
simbólico aos padrões dominantes".*

O Centro Universitário e Cultural de Agronomia surgiu em meio a uma legislação autoritária que "controlava" as entidades estudantis. Na Universidade do Amazonas, os jovens, ao se tomarem estudantes universitários, viram-se impedidos de se organizar livremente e passaram a viver com essa legislação.

A legislação relativa à escolha da representação discente expressa a preocupação em exercer um controle efetivo sobre os estudantes. O Regimento Geral da Universidade, no capítulo II, tratando do corpo discente, na seção III, do Diretório Universitário, em seu Artigo 130, obriga o exercício do voto nas eleições, para representação discente, impõe condições para os estudantes participarem do processo e o mais grave, no item (E), parágrafo primeiro, determina que as eleições serão acompanhadas e presididas por representantes da Reitoria e designados pelo reitor. Tais medidas tinham como objetivo controlar as entidades estudantis, bem como as ações dos estudantes. Além de dificultarem a participação dos estudantes, não apresentavam a entidade como um espaço para encaminharem suas lutas.

Uma parcela dos estudantes se encontrava frente ao paradoxo: Reconhecer o Diretório Universitário como entidade legal mesmo sem gozar de legitimidade junto aos estudantes? Caso negativo, adiantaria não reconhecer, e ser obrigado a votar nos processos eleitorais? Caso positivo, como conseguiria influenciar numa entidade controlada pela Reitoria? A solução seria criar uma entidade, mesmo que ilegalmente?

Essa parcela de estudantes da Universidade do Amazonas respondeu de maneira original a essas indagações, criando o Centro Universitário e Cultural de Agronomia, como entidade pública de direito privado, oficializando sua existência, enquanto entidade jurídica, junto a um cartório da cidade.

Após o golpe, os militares impuseram através da Lei. 4464, de 09 de novembro de 1964, medidas sobre órgãos de representação estudantis. Entre outros, o Artigo 14 vetava aos órgãos de representação estudantil qualquer ação ou manifestação de caráter político-partidário, bem como incitar, promover ou apoiar ausências coletivas aos trabalhos escolares. Em seu Artigo 15, atribuía competência às instâncias do poder público, desde o Ministério da Educação e Cultura até o Conselho Departamental, para a fiscalização das entidades estudantis. O Artigo 18 “concede” a possibilidade de serem constituídas fundações ou entidades civis de personalidade jurídica para o fim específico de obras de caráter assistencial, esportivo ou cultural de interesse dos estudantes.

A própria Legislação também demonstra por que, mesmo após o golpe, ainda era possível uma tímida participação dos estudantes, através dos movimentos culturais. Primeiro, porque a legislação “permite” a existência de movimentos culturais. Segundo, porque dá prioridade ao controle das entidades, diretamente aglutinadora de estudantes, o que explica que o controle exercido sobre o Diretório Central dos Estudantes fosse mais intenso do que sobre as atividades realizadas no âmbito do Teatro Universitário do Amazonas.

Quando a repressão se intensifica, e passa a vigorar o AI-5, este é desdobrado nas Universidades (artigo 2, parágrafo 1 do AI-5), através do Decreto-Lei 477, de 26 de fevereiro de 1969, definindo infrações

disciplinares praticadas por professores, estudantes e funcionários de estabelecimentos de ensino público ou particulares. Seu artigo 1 assim define infração disciplinar, entre outras atividades:

“aliciar ou incentivar a deflagração de movimentos que tenham por objetivo a paralisação escolar ou participe dele”; “a prática de atos destinados à organização de movimentos subversivos, passeatas, desfiles ou comícios não autorizados, ou deles participe”; “Conduza ou realize, confeccione, imprima, tenha em depósito, distribua material subversivo de qualquer natureza”; “Use dependências ou recinto escolar para fins de subversão ou para praticar ato contrário.”

Dessa forma, não mais proibem as ações coletivas realizadas pelos estudantes que se organizavam e manifestavam vontades coletivas, mas sim, atingem o indivíduo, ou seja, tentam impedir as ações em seu ponto original, o cidadão, aquele sujeito capaz de reivindicar seus direitos e representar, através deles vontades comuns.

Como vimos, somada à lei que criava normas para as entidades estudantis, existia uma outra que definia o que era proibido, e de forma tão genérica que quase nada restava a fazer. Agir driblando essa situação era o desafio dos estudantes. A resposta à tentativa de controle foi a criação de uma entidade de Direito Privado com fins “culturais”.

Para Feijó (1983, p.10): *“Desde que existe política, também existe elaboração cultural e uma ação comum em torno dela”*.

A perspectiva cultural que os estudantes buscavam, partia da iniciativa voluntária com o interesse de promover o debate acerca de tudo que os envolvia. Consideramos cultura como:

“Produção ou manifestação voluntária, individual ou coletiva que visa com sua comunicação à ampliação do conhecimento (racional e/ou sensível) através de uma elaboração artística, um pensamento, ou de uma pesquisa” (Feijó, 1983, p.8).

Nessa perspectiva, consideramos como culturais: *“(...) as obras da inteligência ou da sensibilidade humana, objetivando interferir na realidade” (Feijó, 1983, p.8).*

Para o autor, portanto, todo ato cultural é um ato de vontade, então, é também um ato de liberdade, daí por que nenhuma Ditadura convive pacificamente com os movimentos culturais, o que tentaremos demonstrar ao longo deste trabalho.

Analisamos a dinâmica do movimento social que surgiu na Universidade do Amazonas na perspectiva que apresenta Sader (1988, p.42):

“Quem pretender captar a dinâmica dos movimentos sociais explicando-os pelas condições objetivas que os envolve e poupando-os de uma análise específica de seus imaginários próprios irá perder aquilo que os singulariza” (Sader, 1988, p.42).

O Centro Universitário e Cultural de Agronomia foi criado como órgão de participação discente do curso de Agronomia da Universidade do Amazonas e reconhecido junto ao Cartório Caminha, pelo Tabelião Roberto de Lima Caminha e Subtabelião Paulo Roberto de Aguiar Caminha, do Segundo Ofício de Notas, sito na rua Henrique Martins, 297, na cidade de Manaus, em 13 de março de 1978. É interessante observar o processo de construção da chapa no momento de formação da

primeira direção. Às quintas-feiras, havia um jogo de futebol de salão no SESC, promovido pelos estudantes. Raimundo Cardoso e Heronildo Braga Bezerra, alunos do curso de Agronomia e integrantes do time, convidaram os recém-ingressos no curso, para participarem de uma dessas partidas de futebol, e em seguida tomarem uma cerveja. Durante o jogo, convidaram os novos alunos para comporem a chapa de fundação de uma entidade capaz de representá-los e promover atividades⁽⁶⁾. A chapa surgiu como fruto dessas articulações.

Observa-se, na realização desses eventos, a criatividade dos alunos em utilizar diferentes espaços de sociabilidade como estratégias para a construção da chapa. Realizaram a atividade fora das instalações da Universidade, possivelmente para tentar impedir o trabalho dos órgãos de informação. Usaram o esporte, enquanto atividade “permitida”, para conquistar os alunos recém-ingressos. Priorizaram os novos alunos, ainda empolgados com a recente aprovação no processo seletivo do vestibular, ávidos de conhecer o ambiente acadêmico. Por fim, o convite contemplava ainda, uma atividade de lazer, de descontração, como o ato de tomarem um aperitivo. Eis a maneira como os estudantes, através do artifício do futebol, ampliaram sua rede de sociabilidade.

O Estatuto da entidade data de 17 de fevereiro de 1978, assinado pelo então presidente da entidade, Heronildo Braga Bezerra, pelo secretário-geral, Raimundo Cardoso, e pelo primeiro tesoureiro, João Trajano dos Santos. Em seu artigo primeiro, consta a sede da entidade como sendo localizada no Campus Universitário e, em seu artigo segundo, define sua finalidade:

(6) João Pedro Gonçalves da Costa, à época estudante do curso de Agronomia. Entrevista concedida à autora em Manaus, 1994.

"Organizar reuniões e certames de caráter cívico, social, cultural, científico, técnico, artístico e desportivo, visando à complementação e ao aprimoramento da formação universitária; Realizar intercâmbio e colaboração com entidades congêneres; Aplicar-se ao estudo da realidade brasileira e desenvolvimento econômico e social do Brasil, bem como concorrer, no âmbito de suas atribuições, para a observância dos direitos fundamentais da pessoa humana".

O fato de colocar a sede da entidade no Campus Universitário, seja por ingenuidade ou não, a partir do momento em que o documento é registrado e reconhecido em cartório, envolve a Instituição no processo. Consciente ou inconscientemente, essa se tornou uma importante estratégia para conquistar os estudantes, pois se tratava de uma entidade legal, composta por estudantes do curso, funcionando na própria Universidade. Daí por que, o Conselho seria tão incisivo ao tratar a questão, pois qualquer assunto envolvendo a Universidade deveria, em tese, ser objeto de discussão e decisão por parte do Conselho Universitário.

Ressaltamos, ainda, o interesse manifesto de refletir sobre a realidade do país, e nela destacar a defesa dos direitos individuais do cidadão. Isso diferenciava nitidamente o Centro Universitário e Cultural de Agronomia do Diretório Universitário, bem como a prática de seus dirigentes, das representações oficiais.

No tocante ao processo eleitoral da entidade, o estatuto diz que a comissão eleitoral será constituída pelo presidente, um professor indicado pelo Diretor da Unidade e os demais membros, discentes indicados pela entidade representante dos estudantes de Agronomia, o CUCA.

Observa-se a habilidade política dos estudantes em comprometerem a Universidade, na medida em que solicitam a participação da administração, no processo eleitoral, porém, garantindo o controle do processo pelos estudantes, através da indicação dos demais membros na comissão.

Como veículo de informação, o Centro Universitário e Cultural de Agronomia criou "O GRÃO", com periodicidade mensal, conforme consta no registro 129, livro 1 - B, e no protocolo 82746, livro 8, do dia 13 de março de 1978, no Cartório de Registro Especial de Títulos e Documentos, comarca de Manaus. O presidente da entidade Heronildo Braga Bezerra e o Diretor de Imprensa Maurício dos Santos Pollari assumiram a responsabilidade, como pessoas físicas, pelo jornal. Para o registro no cartório foram exigidos dos estudantes: 1) Cópia dos Estatutos do CUCA; 2) Prova de nacionalidade do presidente e do diretor de imprensa; 3) Declaração assinada pelo presidente e diretor de imprensa, constando a sede da redação e administração do jornal. Consta, nessa declaração, a sede como sendo no Campus Universitário, e a oficina impressora, a Imprensa Oficial de propriedade do governo do Estado do Amazonas, sito na rua Leonardo Malcher, na cidade de Manaus.

Novamente os estudantes comprometem outras instâncias da sociedade, agora, o governo do estado do Amazonas, através de sua Imprensa Oficial.

Em 09 de março de 1978, os estudantes emitem a declaração, que trata da sede da redação e administração do jornal. Em 10 de março, cadastram "O GRÃO" no Cadastro Geral de Contribuintes (CGC), sob a responsabilidade da pessoa física, o presidente do Centro, Heronildo Braga Bezerra. Em 13 de março de 1978, o jornal é registrado no cartório.

A partir de então, ao se organizarem e publicizarem suas idéias, através de um veículo de informação, os estudantes passam a criar opinião fora e dentro da Universidade do Amazonas. As matérias do jornal tinham, no geral, a preocupação de denunciar a falta de liberdades no país, bem como a colaboração da Universidade na situação, além da divulgação de suas atividades.

Com o objetivo de estabelecer o intercâmbio com outras entidades e com outros estados brasileiros, o Centro Cultural envia carta às entidades, a exemplo da carta dirigida à Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos, comunicando a criação do jornal "O GRÃO", manifestando o interesse em manter a troca de informações com o jornal "Resistência", editado por aquele órgão. Solicita também críticas e sugestões referentes ao jornal. Há registros de carta dirigida a Valdir Nicácio Lima, do Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal do Acre, agradecendo as críticas e sugestões, bem como informando sobre o processo de registro do jornal. O sucesso do intercâmbio leva o CUCA a fazer uma carta circular, datada de 25 de setembro de 1978, comunicando a criação do Jornal "O GRÃO", e dizendo que, este tem como finalidade lutar pelos direitos humanos, bem como manter o intercâmbio com outros diretórios, visando aprimorar as idéias e pensamentos.

Logo no primeiro número do jornal, em abril de 1978, "O GRÃO" trata de um assunto incômodo: o governo dos militares. Esse número publica pesquisa realizada com 400 pessoas de diferentes camadas sociais, que, indagadas se preferiam um governo civil ou militar, na sua maioria, responderam que preferiam um governo civil. Apresenta uma matéria abordando os problemas da Universidade, tais como a falta

de diálogo entre professores e alunos para tratar dos problemas da Universidade, do povo e do país. Outra matéria denuncia os professores que não cumprem com sua obrigação e tratam a Universidade como "bico"⁽⁷⁾, não comparecendo às aulas. Em outro artigo, publica o resultado das eleições do Diretório Universitário, reconhecendo o seu papel no resultado eleitoral, conjuntamente com o Centro Cultural de Medicina, o Centro Acadêmico, Filosófico e Cultural do Amazonas, e o FALA - Frente Acadêmica de Letras do Amazonas⁽⁸⁾.

Ao comentar sobre o processo de criação do Centro Universitário e Cultural de Agronomia, seu primeiro presidente, Heronildo Braga Bezerra, diz, "(...) nem com essa sutileza a Universidade nos perdoou, (...) em assembléia geral, publicamos o estatuto e a Reitoria convocou uma reunião do Conselho e nos colocou na ilegalidade (...)"⁽⁹⁾. De fato, em reunião extraordinária do Conselho Universitário, realizada em 23 de junho de 1978, o Conselho decidiu não reconhecer o CUCA enquanto representante dos estudantes de Agronomia, reafirmando reconhecer apenas o Diretório Universitário, por constar no Estatuto. Para "resolver" a situação, o Conselho utiliza seu tradicional método, fazendo baixar resolução⁽¹⁰⁾ que:

"Considerando que o sub-reitor para Assuntos Acadêmicos, em expediente protocolado no gabinete do Reitor 00453/787, comunicou que o D.O.E em 02.03.78 publicou Estatuto do Centro Universitário e

(7) Expressão usada para designar tratamento secundário

(8) Um grupo de estudantes do curso de letras da UA, que se organizava para criar a sua entidade representativa

(9) Heronildo Braga Bezerra, à época aluno do curso de Agronomia. Entrevista concedida à autora em Manaus, 1994.

(10) Resolução nº 022/78 do Conselho Universitário.

Cultural de Agronomia, intitulado órgão do corpo discente do curso de Agronomia da Universidade do Amazonas, com sede no Campus Universitário;

Considerando que a fundação do CUCA e subsequente publicação do Estatuto aconteceu à revelia dos setores competentes desta Universidade;

Considerando ainda que o Estatuto Geral da Universidade não prevê a existência de Centros Universitários setoriais, mas a organização de seus alunos regulares em Diretório Universitário, enquadrados em seu Regimento Geral e dependem de aprovação dos Colegiados Superiores.

Resolve:

1) Fazer publicar na Imprensa local uma nota de esclarecimento aos universitários e à comunidade que o CUCA não poderá funcionar como órgão de representação do corpo discente do curso de agronomia;

2) A Universidade apenas reconhece o DU, segundo Estatuto".

A rigor, não se tratava da ilegalidade, como diz o Conselho, pois, como vimos, os estudantes tomaram todas as providências necessárias para tornar a entidade uma pessoa jurídica, cadastrada regularmente, bem como usaram do prédio público, de propriedade da União, para identificar a sede da entidade e a Imprensa Oficial do Estado do Amazonas, como sede de seu jornal oficial. Tratava-se da existência de um movimento que se organizava no interior da Universidade, ganhando repercussão fora dos muros da Instituição e visivelmente mantinha autonomia diante da administração da Reitoria.

A atitude da administração, ao invés de intimidar os estudantes, provocou o desafio. Criou-se um fato político capaz de despertar e polarizar a comunidade universitária. Aberto o debate, o Centro

Universitário e Cultural de Agronomia, que gozava de plena adesão dos estudantes de Agronomia, passa a conquistar a simpatia dos demais, e a servir de estímulo para os diferentes alunos, no sentido de construir suas entidades.

Mais ainda, os estudantes envolvem a sociedade no debate, como diz Heronildo Braga Bezerra "(...) nós comunicamos publicamente à sociedade que não aceitávamos a decisão do Conselho e que o CUCA era legal, que quisesse ou não a Reitoria, continuaríamos tocando a entidade"⁽¹¹⁾

Anteriormente, quando se tratava de assuntos ligados às representações estudantis, o Conselho, através de resoluções e portarias, apenas comunicava os novos diretores da entidade e os prazos das eleições. Agora, o Conselho Universitário se depara com uma nova situação, na qual os estudantes se organizaram e criaram o Centro Cultural no curso de Agronomia, que viria posteriormente, conjuntamente com os Centros Culturais de Medicina e Filosofia, influenciar o Diretório Universitário, entidade oficial que tinha assento nos órgãos de discussões e decisões da Universidade do Amazonas.

Portanto não bastava o Conselho emitir nota de não-reconhecimento do CUCA, pois a iniciativa de criação dos Centros Culturais se expande atingindo outros cursos da Universidade, todos construídos por fora da entidade oficial e influenciando parcela expressiva dos estudantes. Havia, de um lado, uma entidade legal, controlada pela Reitoria, participando nas instâncias de poder da Instituição, mas que não gozava da legitimidade de parcela dos estudantes, sendo apenas uma entidade formal, de cúpula, distante de desempenhar o papel de interlocutor dos

(11) Heronildo Braga Bezerra, à época aluno do curso de Agronomia. Entrevista concedida à autora, Manaus, 1994.

diversos estudantes que se propunha representar. De outro lado, entidades surgidas fora da estrutura legal, sem participação nas instâncias de poder da Instituição, mas que criaram mecanismos para manter a autonomia perante a administração, apresentando-se com legitimidade, enquanto interlocutoras dos estudantes que se dispunham representar.

AMPLIANDO AS EXPERIÊNCIAS

O Centro Universitário de Medicina - CECUM

O curso de Medicina da Universidade do Amazonas, desde seu surgimento, enfrentou problemas de ordem acadêmica. Quando da instalação da Universidade, o curso passou por inúmeras dificuldades, entre as quais a falta de professores, a deficiência das instalações físicas, equipamentos, bem como a precariedade dos recursos necessários à solução dos problemas postos.

A instalação da Faculdade de Medicina foi objeto de polêmica na sociedade amazonense. Sua existência representava uma necessidade legal e social. Legal, porque uma das condições para a permanência da Universidade do Amazonas era colocar em funcionamento a Faculdade de Medicina. Social, porque na região a carência de profissionais da área, na época, era enorme. Os professores Manoel Bastos Lira, Afonso Celso Maranhão Nina e Mário Augusto Pinto de Moraes se destacaram na luta pela instalação dessa Faculdade.

O episódio em que o Reitor Juary Marinho solicitou ao governo do estado a posse definitiva do prédio onde ministravam aulas para os alunos de Medicina, que até então era utilizado sob empréstimo, revela a polêmica existente naquela época. O governador, antes de emitir o parecer definitivo, consultou seu secretariado, entre os quais o Secretário de Saúde, na época, José Leite Saraiva. Arthur César Ferreira Reis registraria no próprio despacho a polêmica, quando diz: "*Embora informações em*

contrário, conceda-se à Universidade do Amazonas (...) o prédio solicitado”⁽¹⁾.

Na falta de recursos, os professores buscaram outras alternativas, entre as quais a aceitação de alunos excedentes, como diz o professor Bastos Lira:

“(...) outras dificuldades foram falta de dinheiro e espaço físico. Para resolver esses problemas admitimos os excedentes de outras Universidades e pegamos as taxas de inscrição. Utilizamos o dinheiro para fazer os prédios que estão aí (...) em um deles, instalamos a Faculdade de Medicina (que mais tarde ficou conhecida como ‘Tio Patinhas’, por termos pego o dinheiro das taxas para construir (...)”⁽²⁾.

A partir daí, de modo precário ou não, passaria a funcionar a Faculdade de Medicina, e nela seus estudantes, parte amazonenses, parte vindo de outros estados brasileiros, entre os quais dos grandes centros urbanos.

Criado sob tais circunstâncias, era de se esperar as carências do curso. Deficiências que logo em seguida vão se constituir em problemas enfrentados pelos alunos, particularmente na realização dos cursos de férias, pleiteados por eles. Pois se, por um lado, a vinda dos excedentes possibilitou construir a Faculdade de Medicina, por outro, descontrolou a vida acadêmica do curso.

Os excedentes possibilitaram aos estudantes viverem uma situação bem original. A existência de pessoas de outros estados poderia

se constituir num elemento capaz de dificultar a organização dos alunos do curso. As dificuldades acadêmicas, bem como as experiências trazidas por estudantes dos grandes centros, em contrapartida, poderia também estimular e facilitar a organização dos estudantes.

Talvez esse contexto histórico particular também tenha contribuído para que Medicina viesse a ser o curso no qual surgiria um grupo de professores e estudantes que se reuniam na rua Miranda Leão, às quintas-feiras, durante os anos de 1977 e 1978, com o objetivo de discutir questões políticas mais gerais e estudar textos políticos. Faziam parte do grupo os professores do curso de Medicina, Marcus Barros, Adolfo Ademar Rodrigues Aguirr, e Nelson Fraiji, que sediava a reunião em sua casa e os estudantes Rogélio Casado e Humberto Mendonça. A saída do professor Ademar Rodrigues da Universidade e o afastamento do professor Marcus Barros, para cursarem pós-graduação, dispersaria o grupo.

Mesmo com essas articulações das quais participavam estudantes do curso de Medicina, sua entidade, o Centro Cultural de Medicina, apenas seria criada após o surgimento do Centro Universitário e Cultural de Agronomia, no final do primeiro semestre do ano de 1978.

Preocupados também em mostrar a sua legalidade, os estudantes de Medicina criaram sua entidade buscando amparo na Constituição Federal⁽³⁾ no Artigo 153, parágrafo 28, que garante “*propriedade de associação desde que para fins lícitos*”. Eram objetivos do Centro Cultural de Medicina: “1) *Aprimorar a formação médico-profissional*

(3) A Constituição da República Federativa do Brasil, no seu Capítulo I - Dos Direitos e Garantias Individuais, Artigo 153, parágrafo 28, diz que “É assegurada a liberdade de associação para fins lícitos. Nenhuma associação poderá ser dissolvida senão em virtude de decisão judicial”.

(1) Informações concedidas por Manoel Bastos Lira, em entrevista ao “Jornal da Universidade”, Ano I, nº2, Manaus, novembro/dezembro, 1990.

(2) “Jornal da Universidade”, Ano II, nº12, Manaus, fevereiro/março, 1993.

(...); 2) *A união dos estudantes (...)*; 3) *Desenvolver a pesquisa (...)*; 4) *Ter uma visão crítica e conscientizadora estudantil para os problemas nacionais (...)*”⁽⁴⁾.

Observa-se, nos objetivos da entidade, a prioridade em tratar das questões acadêmicas do curso e da profissão. Essa postura vai se refletir, também, no teor das matérias publicadas no jornal da entidade, que procura apresentar as questões políticas, ligadas ao governo, através da política de saúde, social, enfim, traduzindo ao máximo para a realidade mais próxima dos estudantes.

A primeira gestão do Centro Cultural de Medicina foi composta por Wilson Seffair Bulbol (Presidente), Nympha Carmem A. T. Lima (Vice); João G. de Vasconcelos (Secretário Geral), Vilmar José Parreira (Tesoureiro) e Alexandre A. Stelling (Diretor de Imprensa).

O Centro Cultural cria o jornal “Gen” como órgão de divulgação, o primeiro número afirma no editorial: “*O CECUM se propõe, basicamente, a entrosar, unir, hoje tão separada classe universitária*”. Publica matéria estimulando os estudantes a participarem do ECEM - Encontro Científico dos Estudantes de Medicina⁽⁵⁾. Dedicava ainda uma matéria ao debate acerca da política de controle de natalidade - “Uma análise crítica do programa de prevenção da gravidez de alto risco” - um texto de Ana Célia L. Sucupira, Maria Marcês dos Santos e Nelson Bedin,

(4) “Gen”, Ano I, nº 1, Manaus, 1978.

(5) Os Encontros Nacionais específicos dos cursos cumpriram papel destacado na época, na reorganização da União Nacional dos Estudantes, particularmente o ECEM - Encontro Científico dos Estudantes de Medicina, o ENED - Encontro Nacional dos Estudantes de Direito e o SNEE - Seminário Nacional dos Estudantes de Engenharia, pois além de aglutinar um expressivo número de estudantes, destacavam em suas pautas pontos de discussões políticas que possibilitavam um ambiente favorável à necessidade da existência da entidade máxima dos estudantes.

membros da comissão científica CEBES/SP, transcrito da revista Saúde em Debate, número 5.

Notam-se, no jornal, três ordens de preocupação: uma primeira diz respeito à necessidade da participação nas atividades realizadas pelo conjunto dos estudantes brasileiros, procurando colocar os estudantes de Medicina do Amazonas em sintonia com os demais colegas. Uma segunda, refere-se à preocupação da entidade em fazer uma ligação entre os problemas específicos do curso e da profissão com as questões mais gerais da sociedade brasileira, expressa pelas políticas públicas do governo. Por fim, a iniciativa de, mesmo na ausência de uma produção local acerca de determinadas temáticas, os estudantes procurarem superar, transcrevendo matérias publicadas em outros veículos de informação de repercussão nacional e no meio acadêmico, o que tornava o jornal da entidade um importante veículo de informação acadêmica e profissional.

Como forma de ampliar a tiragem do “Gen”, bem como a realização das atividades desenvolvidas pela entidade, a última página do jornal nº 2 trouxe publicada uma ficha de controle dos membros da entidade, solicitando uma contribuição de 20 cruzeiros por mês. Para facilitar a associação e a entrega da contribuição, designavam, além do Tesoureiro, representantes por ano do curso: 1º ano, João Moreira e Carlos Dias; 2º ano, João Evangelista e João Serafim; 3º ano, Mára Rúbia Gazanna e Carlos Sidney Lins; 4º ano, Nympha Carmem A. T. Lima e Otaviano Dutra; 5º ano, João Augusto e Edson Andrade; e 6º ano, Wilson Seffair Bulbol e Agnaldo⁽⁶⁾.

Ao distribuir responsabilidades entre os alunos dos vários níveis, nota-se por parte dos estudantes a preocupação em atingir o conjunto dos

(6) “Gen”, Ano I, nº 2, Manaus, agosto, 1978.

discentes, para com isso agilizar a comunicação, e, ao mesmo tempo, ampliar o leque de universitários envolvidos com a entidade.

Tão logo eleitos os membros do Diretório Universitário, na gestão que contou com o apoio dos estudantes ligados ao Centro Cultural de Medicina, essas entidades passaram a promover atividades conjuntas, ou seja, o Centro Universitário passa a cumprir o papel de entidade de base para a entidade geral dos estudantes da Universidade do Amazonas.

O I Encontro Universitário Amazonense de Saúde, promovido pelo Diretório Universitário e pelo Centro Cultural de Medicina, ocorrido nos dias 6, 7 e 8 de outubro de 1978, contou com o apoio de professores do curso e discutiu problemas do ensino, mercado de trabalho e o quadro de saúde do Amazonas.

Do evento, saíram as seguintes conclusões:

“A desafasagem do currículo em relação à estrutura da faculdade e às necessidades em termos de saúde da população; o sistema de créditos é totalmente inviável num curso médico; o excessivo tecnicismo do curso médico praticamente embota o senso crítico, social e cultural do estudante de Medicina; é necessária uma urgente incrementação de um processo que permita a maior participação de todos os professores e alunos nas discussões que afetam o curso (...); o mercado de trabalho está se afunilando e a proletarização do médico já é um fato (...) e é impossível a melhoria da saúde física de um povo, se o regime sob o qual vive está doente e não quer se curar”⁽⁷⁾.

(7) “Gen”, Ano I, n° 3, Manaus, novembro, 1978.

Observa-se a iniciativa dos estudantes em priorizar as questões acadêmicas, e, nelas, apontar os limites impostos pela política em geral, preocupando-se em superar seus conhecimentos técnicos, destinando uma parte do jornal para discutir a política nacional. Utilizavam os meios esportivos e culturais como forma de estimular e aglutinar os estudantes, motivo pelo qual destinavam parte do jornal, não apenas para publicarem charges, poesias, mas, também, para divulgarem as atividades dessa natureza, tais como grupos de música, torneios de futebol. Por fim, nota-se a estratégia utilizada para viabilizar a publicação do jornal, pois além das contribuições dos estudantes, buscavam apoios de pequenos e médios comerciantes, e, em troca, divulgavam suas empresas⁽⁸⁾.

O presidente do Diretório Universitário escreve artigo falando sobre Universidade e liberdade, mostrando a repressão existente nas Universidades brasileiras e a necessidade de os estudantes lutarem pelas liberdades democráticas⁽⁹⁾.

Os estudantes de Medicina e sua entidade, o CECUM, que, desde seu surgimento, gozava de grande influência junto aos estudantes do curso, foram chamados a se posicionar perante as eleições ocorridas em 1978, para Senado e Câmara Federal. Na oportunidade, a entidade declarou publicamente apoio às candidaturas de Félix Valois (Senado), Arthur Virgílio (Câmara Federal), os quais concedem uma entrevista que foi publicada no mesmo número que traz em sua capa uma foto do mapa do Brasil com o formato de um cavalo, e montado neste o General João Baptista Figueiredo⁽¹⁰⁾. Esse apoio às candidaturas proporcionais, por

(8) Entre as empresas estavam Indalos Modas, Drogã 14, Livraria Nacional, Yázigi, Drogaria Avenida e Casa dos Pintores.

(9) “Gen”, Ano I, n° 3, Manaus, novembro, 1978.

(10) Idem.

parte do Centro Cultural de Medicina, era também assumido pelas entidades: O Diretório Universitário, Centro Universitário e Cultural de Comunicação Social, Centro Universitário e Cultural de Agronomia e a comissão organizadora da entidade dos estudantes de Economia.

O processo de construção da entidade dos estudantes de Medicina não passou pelos mesmos trâmites da entidade criada pelos estudantes de Agronomia. Estes utilizam estratégias diferentes para argumentar sobre a existência da entidade, bem como para viabilizar seu jornal, dada a publicidade dos acontecimentos relativos aos estudantes de Agronomia. A entidade surge num momento em que o reconhecimento ou não do CECUM, por parte do Conselho Universitário, pouco importava para os estudantes, pois, na prática, eles já haviam conquistado o respeito dos alunos do curso e da sociedade manauara. Embora, a rigor, se considerarmos os argumentos do Conselho utilizados para o não reconhecimento do Centro Universitário e Cultural de Agronomia, o Centro Cultural de Medicina também seria uma entidade ilegal.

Além do mais, as eleições para o Diretório Universitário, ocorridas em 28 de abril de 1978, haviam levado o Deputado José Dutra, à época integrante do Movimento Democrático Brasileiro, a se posicionar publicamente na Imprensa local, favorável à chapa apoiada pelos estudantes dos Centros Culturais, ampliando com o seu apoio os limites das ações desenvolvidas pelos estudantes. O ambiente político, portanto, não mais permitiria a contestação da legalidade das entidades estudantis surgidas por fora da estrutura oficial da Universidade do Amazonas, pois, além de esse assunto haver extrapolado os muros da Instituição, naquele momento, a legitimidade falava mais alto. A partir de então, não se tratava apenas de um movimento de estudantes na universidade

amazonense, mas sim de todo um movimento de resistência que ecoava no Brasil, e os universitários amazonenses eram parte dele.

A gestão seguinte do CECUM, de 1979 a 1980, foi composta pelos estudantes Vilmar José Pereira (Presidente); João Augusto S. Silva Júnior (Vice); Eurico Barbosa dos Santos Filho (Secretário Geral); Jodoir Pereira da Silva (1º Secretário); Mara Rúbia Gazanna (2º Secretário); Octaviano Gonçalves C. Dutra (1º Tesoureiro); João Moreira Júnior (2º Tesoureiro); Alexandre Augusto Stelling (Diretor de Divulgação e Imprensa); André Guedes Bezerra (Diretor de Assuntos Estudantis); Aldemir Batista Cabral (Diretor Social); Jaime Barreto (Diretor de Esporte); Paulo Flávio Macedo (Diretor Cultural).

O Centro Acadêmico, Filosófico e Cultural do Amazonas - CAFCA

Os estudantes de Filosofia também decidiram criar um Centro Cultural. Eles haviam participado dos grupos de teatro universitário, particularmente, do GRUTA, que havia surgido em 1973. Eram alunos do curso e integrantes do grupo: Nonato Pereira, Rui Brito, Marco Aurélio, Hunsilka Amorim, Luiz Marreiro, Marco José e Ricardo Parente. Este último foi o primeiro presidente do Centro Acadêmico, Filosófico e Cultural do Amazonas - CAFCA - entidade que congregava o conjunto dos estudantes do curso de Filosofia da Universidade do Amazonas.

A entidade dos estudantes do curso de Filosofia surgiu ganhando a adesão dos alunos, entre outras razões, por também possibilitar o debate político. Pela própria natureza do curso, os estudantes de Filosofia procuravam compreender e discutir o processo político que ocorria no país.

Esse posicionamento vai-se refletir no momento em que surge o jornal da entidade: "A Questão". O teor das matérias publicadas, diferentemente do jornal dos estudantes de Medicina, que destacava temas acadêmicos e profissionais, priorizava as questões políticas em geral, dando atenção ao debate acerca da falta de liberdades políticas no país, procurando, sempre, situar as responsabilidades da Universidade nessas questões.

O Centro Acadêmico, Filosófico e Cultural do Amazonas adquire personalidade jurídica no dia 28 de junho de 1978, com o registro número 2.976, no livro 19 - A, do protocolo 87.276, no Cartório Registro Especial de Títulos e Documentos no Estado do Amazonas, comarca de Manaus. O estatuto da entidade foi publicado no Diário Oficial, em 9 de junho de 1978. Tinha como órgão oficial de divulgação o jornal "A Questão". Uma das principais lutas específicas do curso foi a defesa do ensino de Filosofia no segundo grau.

Segundo Ricardo Parente, antes do surgimento do CAFCA:

"(...) tínhamos que batalhar para conseguir, para nos reunirmos num espaço, aí, por exemplo, a gente quis fazer uma assembléia e a Diretora do Instituto de Ciências Humanas e Letras (ICHL)⁽¹¹⁾ se recusou, tivemos que fazer meio clandestina".

Falando sobre a construção da entidade, diz o estudante, "o que me motivou foi essa vontade que veio, essa consciência de que era preciso

(11) A Diretora do Instituto, na época, era a professora Freida Bitencourt

fazer alguma coisa para a gente sair daquela opressão, que era asfixiante no ICHL, aquela sensação de controle, aquela paranóia"⁽¹²⁾.

A principal luta, segundo seu primeiro presidente, foi pela existência do Centro, o direito de ter o Centro, de se organizar por curso. A exemplo do Centro Universitário e Cultural de Agronomia, a idéia foi efetivar o registro em cartório, pois, em termos legais, nada impedia o direto de associação, de criar o Cadastro Geral de Contribuinte - CGC - como uma entidade civil. Diz ainda o estudante "(...)depois, a nossa luta foi puramente política, (...) a luta pelo fim da ditadura, pela abertura do poder político, pela democracia".

Diferente do que afirma o aluno, a própria construção do movimento, essa nova maneira de agir, representava uma ação política, mesmo que não fosse do conhecimento dos estudantes o significado das lutas desenvolvidas por eles.

Enquanto as demais entidades estudantis se posicionavam diante das eleições para o Senado e Câmara Federal, os estudantes do curso de Filosofia, através do jornal "A Questão", fazem uma análise do quadro político nacional, comparando São Paulo com a capital amazonense e concluem que diferentemente de São Paulo, onde ocorrera a greve do ABC paulista, o movimento estudantil participou de estratégias para o período eleitoral e que na capital do Amazonas não havia movimento operário nem inquietação das camadas médias, "(...) então, em Manaus, não há uma alternativa popular que esteja surgindo, fato este que coloca o movimento estudantil numa situação de virtual isolamento social". O jornal denunciou o que chama de "a farsa dos generais", no governo do presidente da República João Baptista Figueredo "(...) muda-se os

(12) Ricardo Pereira Parente, à época, aluno do curso de Filosofia. Entrevista concedida à autora em Manaus, 1994.

homens, mas não muda o regime, (...) existe a continuidade “revolucionária”, a perpetuação do arbítrio, a violência, a tortura e a corrupção (...)”⁽¹³⁾.

Diante da leitura do quadro político do país, os estudantes de Filosofia, através de sua entidade - O CAFCA - não assinam o documento de apoio às candidaturas regionais, postas nas eleições para Senado e Câmara Federal no ano de 1978.

Se o curso de Medicina contou com expressivo apoio de órgãos do governo do estado do Amazonas e da universidade, para garantir sua existência, o curso de Filosofia enfrentava o governo federal e a universidade para impedir o seu desmonte.

O Centro Acadêmico, Filosófico e Cultural do Amazonas travou uma polêmica sobre o ensino de Filosofia nos cursos de nível superior, que transpôs os limites da Universidade, chegando a ocupar espaço na imprensa local. O Professor Afonso Celso Maranhão Nina, então sub-reitor acadêmico da Universidade do Amazonas, afirmou ser o curso de Filosofia primário e que “o mercado de trabalho para os alunos de Licenciatura em Filosofia é restrito”⁽¹⁴⁾. O CAFCA, através do presidente em exercício, José Dantas Cyrino Júnior⁽¹⁵⁾, respondeu ao sub-reitor, também pela imprensa local, dizendo que ele “não está habilitado para fazer análises sobre o curso de Filosofia e nem a respeito do que a sociedade espera de um filósofo, pois fica no superficial”.

Observa-se que, independente do conteúdo e do teor do debate realizado entre o professor, sub-reitor acadêmico, e o estudante, o ato de

(13) “A Questão”, Ano I, nº 7, Manaus, outubro, 1978.

(14) “A Notícia”, Manaus, em 03 de julho de 1979.

(15) O vice-presidente da entidade, José Dantas Cyrino Júnior, substituiu o então presidente do CAFCA, Ricardo Pereira Parente, que na época se encontrava em fase de conclusão do curso.

responder publicamente a uma autoridade da Instituição era também o que havia de novo nas ações dos estudantes. Era essa a tônica do diálogo entre a administração e os estudantes, partindo da idéia de que ambos tinham o direito de expressar o que pensavam.

O sub-reitor respondeu dizendo: “(...) um relatório de uma reunião de estudantes conclui que o currículo do curso de Filosofia na UA deve fazer adequação (...) (século XX). A opinião não é minha, é dos estudantes”⁽¹⁶⁾. O sub-reitor não levou em conta o argumento dos universitários, que tratava das condições em que fora elaborado o currículo do curso. Isso exigiria do sub-reitor analisar o contexto político em que o país vivia e refletir sobre a idéia de que a figura do sub-reitor simbolizava, para os alunos, o representante do governo. Dessa forma, os estudantes, numa linguagem direta e própria da irreverência que possuíam na época, respondem na imprensa local chamando o sub-reitor acadêmico de “irresponsável e superficial”.

O Centro Universitário de Comunicação Social - CUCOS

O Centro Universitário de Comunicação Social surge no segundo semestre de 1978; mesmo assim, chama a atenção a participação dos estudantes do curso no movimento criado pelos estudantes da Universidade do Amazonas naquele período.

Os alunos do curso de Comunicação Social, com raras exceções, tiveram participação secundária no movimento, se comparados aos estudantes de Agronomia, Medicina e Filosofia. Mesmo assim, talvez pela própria natureza da profissão, preservaram um volume significativo

5) “A Notícia”, Manaus, em 12 de julho de 1979.

de documentação sistematizada, sobre o período, oriundo de jornais ligados ao curso.

O curso de Comunicação Social foi criado por uma reivindicação dos jornalistas, sem as condições mínimas de funcionamento, tais como bibliotecas específicas e equipamentos laboratoriais. Essas ausências irão produzir as bandeiras de luta da entidade do curso⁽¹⁷⁾.

Embora essa seja a realidade de seu surgimento no Amazonas, nos demais estados brasileiros a estrutura do curso não era diferente. Em 1976, foi realizado o I Encontro Nacional de Estudantes de Comunicação Social que definiu, entre outras reivindicações, equipamentos laboratoriais e o reconhecimento do curso que na época tinha apenas uma habilitação: jornalismo.

Na Universidade do Amazonas, 1976 é também o ano em que surge o jornal "O Zero", como recurso didático de uma disciplina pela iniciativa do professor Raimundo Frânio Lima. Com o surgimento do Jornal, os estudantes do curso lutaram junto ao Departamento para transformá-lo em um órgão laboratorial dos alunos. Para criar as condições necessárias, desencadearam uma campanha por equipamentos, junto ao Distrito Industrial. Com essa iniciativa, conseguiram montar um pequeno laboratório de rádio e outro de fotografia⁽¹⁸⁾.

Em 1977, Manaus sediou uma Conferência Nacional de Jornalistas, realizada na SUFRAMA (Superintendência da Zona Franca de Manaus). Naquele momento, os alunos em reunião elegeram a estudante Maria da Conceição de Lima Derzi para representar o curso.

(17) Maria da Conceição de Lima Derzi, à época aluna do curso de Comunicação Social. Entrevista concedida à autora, Manaus, 1994.

(18) Idem.

É interessante observar o processo de criação do Centro Universitário de Comunicação Social, pois de certa forma se dá de maneira diferente dos demais Centros. Enquanto as entidades surgiam e com elas os seus órgãos de informação oficial, no caso do CUCOS, pela natureza do curso, existia um jornal, que, mesmo não sendo vinculado à entidade dos estudantes de Comunicação Social, era um importante instrumento de comunicação entre os alunos do curso: o jornal "O Zero".

Em maio de 1977, o jornal informa a posse do estudante de Direito e Economia, João Bôsko Sá Valente, a ser realizada na Faculdade de Direito, para assumir o cargo de presidente do Diretório Universitário para o exercício do ano de 1977. Comunica ainda que o presidente da entidade, entre outras atividades, propõe-se a elaborar o Regimento Interno do Diretório, realizar o II Simpósio de Estudos do Amazonas e o VIII Festival de Música Popular Brasileira no Amazonas⁽¹⁹⁾.

Nota-se, assim, o jornal cumprindo o papel de informar aos estudantes os eventos que ocorriam, ou que iriam ocorrer na Universidade, ou fora dela, mas sem nenhum comentário acerca dos acontecimentos, ou mesmo, sem maiores detalhes nas informações, capazes de permitir uma clara interpretação dos acontecimentos, por parte do leitor.

No número 9, o jornal divulga o resultado das eleições para o Diretório Universitário e comunica a composição da nova diretoria da entidade. A estudante Maria da Conceição Derzi escreve matéria defendendo a realização de assembleias para os alunos de Comunicação Social tomarem uma posição referente à organização dos estudantes.

(19) "O Zero", Ano II, n 4, Manaus, maio, 1977.

Um grupo de alunos do curso se reúne para discutir a possibilidade de criação do CUCOS, bem como o seu estatuto. Entre eles, estavam presentes Maria da Conceição de Lima Derzi, Natacha Andrade, Rita Avelino, Jussara Suriada Kis, Verenilda Pereira, Mônica Maia, Gina e Dora Zeneide. O debate ocorreu em presença do presidente do Centro Acadêmico, Filosófico e Cultural do Amazonas, José Dantas Cyrino Júnior, que contribuiu, relatando a experiência que tiveram na criação do Centro Cultural de Filosofia.

Tão logo definiram-se pela construção de sua própria entidade, uma das preocupações foi a criação de uma logomarca⁽²⁰⁾. Em seguida, realizaram uma assembléia do curso e elegeram Conceição Derzi presidente de uma diretoria provisória, com o objetivo de preparar a eleição e aprovar o estatuto da entidade.

Observa-se a preocupação dos estudantes em tomar as decisões, envolvendo o conjunto dos alunos do curso, colocando-se enquanto representantes provisórios até poderem realizar reuniões com uma participação mais expressiva, com fins previamente definidos, como forma de possibilitar o debate no curso e comprometer todos na construção de sua entidade. Essa relação entre os estudantes e seus interlocutores foi o que permitiu aos Centros Culturais gozarem da legitimidade existente.

Na condição de representante do curso de Comunicação Social, a presidenta do Centro decide assistir a uma reunião do Departamento. Na oportunidade, um professor pediu para ela se retirar da sala, pois os Centros Culturais não eram reconhecidos pela instituição. A discente não obedeceu à solicitação, alegando que havia sido indicada por todos os

(20) Para produzirem a logomarca convidaram José Torres (Torrinho) e Mário Adolfo.

alunos do curso para representar os interesses destes, junto ao Departamento. Portanto sua representação era legítima. O professor desafiou-a, dizendo: “se a senhora não sai, saio eu”. Na ocasião, ela respondeu: “então o senhor sai”. Dado o impasse, os demais professores foram contemporizando a situação e a reunião continuou com a presença da estudante⁽²¹⁾.

É interessante observar o tom de confronto existente entre a aluna e o professor. Ao querer ter acesso aos fóruns da Administração, mesmo na condição de ouvinte, a aluna possibilitou uma reação da Universidade. Mas as mudanças ocorridas no interior da Comunidade Universitária não mais permitiam aceitar a posição de não reconhecimento das entidades estudantis, motivo pelo qual o fato não teve repercussão na Universidade como um todo.

Aos poucos, os estudantes vão conquistando espaços e conseguindo materializar suas reivindicações. O próprio jornal “O Zero”, que antes era um recurso didático de uma disciplina, passa a ser órgão laboratorial para os finalistas do curso, ampliando-se a participação e o perfil do jornal.

Por ocasião de um Congresso Nacional de Jornalistas, realizado em Alagoas, os estudantes de Comunicação Social da Universidade do Amazonas elegeram Maria da Conceição de Lima Derzi para representá-los no evento.

(21) Maria da Conceição de Lima Derzi, à época aluna do curso de Comunicação Social. Entrevista concedida à autora, Manaus, 1994.

No retorno a Manaus, a aluna fez uma matéria sobre o que ocorrera no Congresso dos Jornalistas. Na oportunidade, segundo ela, os professores responsáveis pelo jornal "(...) consideraram que havia trechos da matéria que trariam problemas para o curso, porque havia uma crítica dirigida à Ditadura e enaltecendo demais o Congresso dos Jornalistas". Para a estudante, o teor dessa matéria se deu em decorrência de haver presenciado cenas, durante o evento, que a impressionaram: "me sensibilizou bastante ver mãos de presos desaparecidos (...) o professor alegou que eu estava faltando com a verdade, porque aquilo tinha sido apenas uma manobra de um grupo de jornalistas, que estavam se colocando contra a Ditadura"⁽²²⁾.

Os congressos de Jornalistas, Advogados, a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), entre outros, cumpriram papel destacado na resistência aos governos militares e, entre as bandeiras de luta, destacavam-se a defesa dos direitos humanos. Tomar ciência da realidade em que vivia o país num evento de expressiva repercussão, e diante de tantas pessoas comprometidas em ampliar as denúncias como forma de ganhar força política e desmoralizar o governo, talvez, tudo isso, tenha provocado na aluna o desejo de dar continuidade às denúncias, e o jornal do seu curso poderia ser este instrumento.

O Diretório Universitário: gestão REAÇÃO

A luta por direitos desencadeada pelos estudantes da Universidade do Amazonas revela percursos distintos, mas, no momento das eleições para o Diretório, realizada em 28 de abril de 1978, converge

(22) Idem.

num objetivo: dirigir o movimento estudantil na Instituição, a partir da entidade geral reconhecida pela administração: o Diretório Universitário.

A opção em particular da entidade oficial se apresentava como uma necessidade para os estudantes que desejavam dirigir o Movimento Estudantil na Universidade como um todo, e, como tal, se tornariam representantes dos alunos dos diferentes cursos da Instituição.

Os motivos que levaram os estudantes dos Centros Culturais a participarem do Diretório Universitário dizem respeito aos limites de representatividade dos Centros Culturais criados por curso e ao fato de a entidade, criada por fora da estrutura legal, não participar das instâncias de poder na Universidade.

A representatividade de cada Centro limitava-se aos alunos do respectivo curso, impedindo-os, legal e legitimamente, de representar os demais estudantes. O fato de os Centros Culturais não serem reconhecidos pela administração implicava, também, não ter o direito à voz e voto nas instâncias de decisão da Universidade, o que limitaria sua atuação.

Daí por que, formados os primeiros Centros Culturais, os estudantes partiram para a formação de uma chapa para concorrer ao processo eleitoral de escolha da diretoria do Diretório Universitário. Uma vez dirigindo os Centros Culturais por curso e o Diretório Universitário, os estudantes gozariam de legalidade na entidade oficial, e legitimidade, nos Centros Culturais e na própria entidade oficial, dado o papel de entidade de base que passariam a cumprir os Centros. Nesse sentido, não havia uma sobreposição de funções entre a entidade oficial e as entidades criadas por fora da estrutura legal, mas sim uma complementação de atribuições.

No momento de construção da chapa, observa-se a participação destacadas de estudantes dos cursos de Agronomia, Medicina e Filosofia. Os estudantes do curso de Agronomia haviam criado o primeiro Centro Cultural e gozavam de grande influência junto aos seus pares, bem como do respeito de parcela expressiva dos estudantes dos demais cursos. Os alunos de Medicina tornaram-se lideranças na Universidade, a partir das lutas realizadas por melhorias em seu curso. Os discentes de Filosofia tiveram participação importante nos movimentos culturais realizados ao longo dos anos setenta na Universidade do Amazonas.

Tudo isso contribuiu, direta ou indiretamente, para criar as condições necessárias à participação dos estudantes, no processo eleitoral, com chances de vitória política e eleitoral.

O grupo de professores e estudantes, que aglutinava principalmente pessoas da área de saúde, mais precisamente Medicina, havia praticamente se desfeito. Dos professores (que eram maioria, na época), restava apenas Nelson Abraim Fraiji, e contava esporadicamente com a participação de Dalcyr Pereira Braga, do Departamento de Letras. O perfil do grupo também mudara. Passou a ser um grupo composto majoritariamente por estudantes dos diversos cursos da Universidade. Se antes os objetivos do grupo eram discutir e estudar temas políticos, nesse novo momento, a preocupação passa a ser disputar as eleições para o Diretório Universitário. Possivelmente, dois fatores contribuíram para a mudança, um diz respeito à composição (que aglutinava principalmente estudantes), o outro, ao fato de os estudantes já possuírem uma entidade estudantil, que se organizava por fora da estrutura imposta.

A partir daí, o grupo define como estratégia participar dos Jogos Universitários, como forma de ampliar a rede de sociabilidade entre os alunos.

Os estudantes que se organizavam em espaços distintos formam, então, um grande grupo, convergindo para disputar as eleições do Diretório. Inicia-se o processo de discussão para a escolha dos nomes para compor a chapa. De um lado, o grupo tinha no seu interior pessoas destacadas envolvidas nas mobilizações organizadas pelos universitários, mas que não se dispunham a se apresentar publicamente, por razões políticas, ou mesmo não contemplavam as regras eleitorais, que exigiam a não reprovação em disciplinas. Por outro lado, pessoas com uma participação tímida respondiam às exigências eleitorais e não apresentavam argumentos que as impedissem de aparecer publicamente. É neste contexto que surge o nome de José Carlos Gomes Sardinha para presidente, Paulo Segadilha França e Raimundo Cardoso para vice-presidentes.

Sobre a montagem da chapa é interessante observar o depoimento de José Carlos Gomes Sardinha:

“Eu não estava entendendo porque um grupo daquele, tão grande, com pessoas que tinham ascendência nos estudantes, discute um ano todo, falar que o candidato deles sou eu, que não tinha aquela vinculação toda. Pintou um clima de desconfiança muito grande de minha parte, porque cada um tinha um motivo pra não ser candidato, tinha um passado de não sei das quantas, era que na época você conversava muito nas entrelinhas, eu não posso aparecer, não posso tirar fotos no jornal, todo mundo tinha uma desculpa, ou seja, eu não tinha desculpa nenhuma, tudo que eu tinha, a minha desculpa é de que eu não conheço o

suficiente para saber o tipo de canoa que estou entrando ⁽²³⁾.

Mesmo com essa desconfiança, sentimento típico da época, o estudante de Medicina foi indicado para compor a chapa para o Diretório Universitário. Possivelmente, além dos argumentos colocados pelo aluno, deve ter contribuído ainda o fato de ele pertencer a um curso expressivo na Universidade, e que realizara mobilizações naquele período recente.

Observa-se, ainda, os estudantes se organizando clandestinamente, o que era comum na época, com a presença de pessoas de um comportamento que nos faz lembrar a possibilidade de algum (ou alguns) dos participantes integrar(em) as agremiações políticas existentes. Mesmo isso ocorrendo, o registro dos acontecimentos evidenciam que, embora vivendo com várias posições políticas, não se observa a participação de forma organizada de qualquer força política, muito menos a direção de uma delas no movimento até 1979.

Cinco chapas disputaram o pleito. A chapa REAÇÃO, presidida por José Carlos Gomes Sardinha (Medicina), tendo como vices Paulo Segadilha França (Economia) e Raimundo Cardoso (Agronomia), apoiada pelos estudantes dos Centros Culturais; PARTICIPAÇÃO, presidida por Rivadávia Rosas, vices Walter e Luiz Carlos; UNIÃO, presidida por Lázaro, vices Maria e João; AUTÊNTICA, presidida por Renê Gomes, vices Rosinilda e Flávio Assen; RENOVACÃO, presidida por Carlos de Oliveira Carvalho (Direito), vices José Carlos Marinho da Silva (Filosofia e Direito) e Marilda Bezerra Martins (Pedagogia).

(23) José Carlos Gomes Sardinha, à época aluno do curso de Medicina. Entrevista concedida à autora, Manaus, 1994.

A disputa para o Diretório Universitário não era exclusividade dessas eleições, pois, na época em que Átila Lins disputou o Diretório, duas chapas concorreram. Entretanto, o que havia de novo era o teor dos discursos dos estudantes, bem como o envolvimento da comunidade na disputa, motivos pelos quais as eleições saíram dos limites da Universidade.

Com exceção da chapa REAÇÃO e (timidamente) a AUTÊNTICA, que adquiriram apoios externos da Universidade, as demais apenas repetiam a política desencadeada pelos diretores anteriores, ou seja, não viam no Diretório um instrumento de luta dos estudantes, mas sim um espaço de promoção pessoal, dado o respeito que a Universidade gozava diante da sociedade.

A chapa REAÇÃO se diferencia das demais, por ser apoiada no âmbito da Instituição, pelos estudantes (principalmente) e professores, que haviam construído lutas e manifestações de resistência ao autoritarismo imposto, bem como pelo fato de conquistar apoio e simpatia de setores da sociedade.

Formadas as chapas, inicia-se a campanha, que, embora realizada em um curto período, despertou polêmica, adquirindo visibilidade na sociedade manauara. Uma das marcas da campanha era a revelação de um imaginário de entidade, existente entre uma parcela expressiva dos estudantes, que dizia respeito ao fato de a entidade não se apresentar como um instrumento de lutas dos alunos. Eram vários motivos que levariam os diretores a não gozarem de legitimidade; entre outros, o fato de compactuarem com as posições da administração, bem como utilizarem-se da entidade para promoção pessoal.

Mesmo antes das eleições, a imprensa local reconheceu a disputa entre as chapas e chamou a atenção da chapa REAÇÃO pelo trabalho desenvolvido junto aos estudantes e pela sua plataforma, dizendo que ela reunia condições de favorita. Reconheceu ainda o jornal que se tratava do pleito mais disputado naqueles últimos tempos⁽²⁴⁾.

Os integrantes da chapa RENOVACÃO/78, Carlos de Oliveira Carvalho, José Carlos Marinho e Marilda Bezerra Martins, concederam entrevista ao jornal "A Crítica"⁽²⁵⁾, afirmando que a composição de sua chapa independia da participação da diretoria que até então dirigia a entidade. Disseram, ainda, que sua chapa havia conseguido, junto à direção da Universidade do Amazonas, resolver problemas pendentes de seus colegas universitários, que não encontravam, no Diretório Universitário, seu advogado legítimo, a defesa para suas reivindicações. Procuraram se diferenciar das outras chapas colocando-se numa chapa "autêntica", sem a presença de elementos estranhos ao meio universitário.

Os membros da chapa RENOVACÃO/78 não deixam claro quem seriam os "elementos estranhos" ao meio acadêmico. Pelo que consta no processo eleitoral, esse era o teor do discurso da administração da Universidade, dirigido aos estudantes que criaram o Centro Universitário e Cultural de Agronomia, e, por organizarem sua entidade por fora da estrutura legal, desobedecendo às regras impostas, foram chamados de pessoas estranhas à comunidade.

Os componentes da chapa REAÇÃO, José Carlos Gomes Sardinha, Paulo Segadilha França e João Pedro, também concederam entrevista e fizeram as seguintes declarações:

(24) "A Crítica", Manaus, em 24 de Abril de 1978.

(25) "A Crítica", Manaus, em 26 de Abril de 1978.

"(...) estamos decididos a eliminar o comodismo que tem caracterizado as presidências do DU, sendo contrários a todo e qualquer continuísmo irresponsável que visa apenas promoções pessoais (...) o DU é uma entidade que existe para representar os anseios da classe universitária amazonense e precisa participar diretamente dos nossos interesses, a fim de que possa fazer alguma coisa de concreto, em benefício da família universitária. Para atingir esses objetivos, tem que partir pra um Reação (...)"⁽²⁶⁾.

Chama a atenção para o nome da chapa - REAÇÃO - que, diferentemente da conotação, aliás comum na época, de reacionário, tinha o sentido de reagir a uma situação posta. Os estudantes, ao se referirem aos seus colegas como "classe universitária amazonense", ou mesmo "família universitária", demonstravam os limites da compreensão do significado de suas lutas, pois a homogeneidade era algo circunstancial e aparente. Circunstancial, por tratar de ações realizadas com fins específicos. Aparente, por existir pessoas, no seu interior, com diferentes motivações, desejos e vontades políticas. Pois, como eles próprios reivindicavam e protestavam a política desenvolvida pelo Diretório Universitário é um demonstrativo de que havia um outro lado da luta, e oposto a tudo isso.

A pluralidade existente no interior do grupo que disputava as eleições para o Diretório Universitário vai se revelar, mais nitidamente, nos processos sucessórios seguintes.

(26) "A Crítica", Manaus, em 28 de Abril de 1978.

No entanto o sentimento de oposição ao imobilismo do Diretório era um fato, como observavam os estudantes da chapa REAÇÃO. Esse sentimento não era apenas da chapa, mas sim de parcela expressiva dos universitários, como revelaria, posteriormente, os resultados eleitorais.

O sentimento de resistência ao governo federal não era apenas um sentimento de parcela dos estudantes da Universidade do Amazonas. As eleições para o Diretório extrapolaram os limites da Instituição. Chapas conquistaram apoio com os parlamentares do Movimento Democrático Brasileiro. O Deputado José Dutra, no dia das eleições, deu uma entrevista à Imprensa local, posicionando-se diante do processo eleitoral. Com relação às chapas, diz ele:

“(...) todas elas disputam legitimamente a confiança de seus colegas, demonstrando interesses em servi-los (...) quero, entretanto, ressaltar a objetividade com que os componentes dessas duas chapas, Reação e Autêntica, elaboraram suas plataformas de trabalho, cujas metas se identificam com os interesses superiores dos estudantes.”⁽²⁷⁾

Na ocasião, o Deputado fez um apelo público ao Reitor da Universidade do Amazonas:

“(...) espero que o Magnífico Reitor da UA assegure a todos os concorrentes a liberdade, indispensável para que todos os postulantes possam disputar o voto de seus colegas, tornando as eleições limpas e legais, merecendo a chapa que melhor plano de ação tenha apresentado.”

(27) “A Crítica”, Manaus, em 28 de Abril de 1978.

Sem dúvida, a publicidade dos acontecimentos contribuiu para a fiscalização do pleito eleitoral, bem como para inibir possíveis recursos, dado o reconhecimento público do possível resultado eleitoral.

No dia das eleições, chama a atenção o clima de efervescência política na comunidade universitária. Apoiadores das chapas concorrentes ocuparam as escadarias do Instituto de Ciências Humanas e Letras, com o intuito de conseguir votos junto aos estudantes indecisos, ou mesmo junto aos que desconheciam as chapas⁽²⁸⁾.

Durante as eleições, ocorreram alguns fatos que chamaram a atenção da imprensa. Um deles diz respeito à proibição da entrada de veículos dos estudantes no prédio do ICHL. A medida foi tomada pela Direção do Instituto, a professora Freida Bittencourt, alegando que a livre entrada de veículos dos estudantes geraria um engarrafamento, pois existiam cerca de cinco mil estudantes universitários. Todavia foi permitida a entrada dos veículos dos professores. A postura da Direção do Instituto foi motivo de protesto pelos estudantes, com o argumento de que eles não se reuniriam de uma só vez.⁽²⁹⁾

A agitação política no dia das eleições provocou opiniões as mais variadas por parte da comunidade universitária. Para Araguary Câmara, do curso de Comunicação Social, as eleições expressaram “(...) uma maior conscientização da classe estudantil, (...) uma enorme participação para as eleições do DU, inclusive como conscientização política”⁽³⁰⁾. Para Halley Santiago, aluno de Filosofia, os estudantes não levaram nada a sério, não votaram conscientes, pois estavam sendo prejudicados “(...) parece até absurdo os próprios universitários que defendem tanto uma

(28) “A Crítica”, Manaus, em 29 de Abril de 1978.

(29) “A Crítica”, Manaus, em 29 de Abril de 1978.

(30) Idem.

ética política, deixarem-se levar por sofismas, esquecendo as condições valorativas do candidato. Existem estudantes que não conhecem nem os candidatos⁽³¹⁾.

A crítica feita pelo estudante de Filosofia não encontra amparo na parcela de discentes que se identificava com o clima de agitação política e com a chapa de oposição denominada REAÇÃO. Vejamos o que diz a aluna de Odontologia, Lúcia Regina Antony, que acabara de ingressar na Universidade e começara a participar do movimento a partir de um convite de Rossana Bessa, liderança da época:

“Eu não conhecia o Sardinha, e foi engraçado que na hora, no dia da eleição eu estava lá distribuindo material, eu distribuí para ele que era o cabeça de chapa, porque eu não participei de uma forma mais efetiva. Eu estava entrando na Universidade, não dava para conhecer todo mundo e naquela época não existia um DCE organizado que você tivesse uma liderança que fosse conhecida (...) A partir da eleição do Sardinha, aí a gente começou a participar de forma mais efetiva, (...) no sentido inclusive de ver de que forma organizar o curso de Odontologia”⁽³²⁾.

O discurso mostra sua identificação com as propostas da chapa e não com o candidato, como afirmara o estudante de Filosofia. A aluna não concebe o desconhecimento das lideranças estudantis como uma falha sua, responsabiliza a inexistência de um movimento organizado, que permitisse o contato com os estudantes. Por fim, extrai da experiência a possibilidade de construção do movimento em seu curso.

(31) Ibidem.

(32) Lúcia Regina Antony, à época estudante do curso de Odontologia. Entrevista concedida à autora, Manaus, 1994.

Para o professor José Maria Pinto: “O aluno votou desmotivado com interesses apenas na obrigação do voto, não há conscientização, a mensagem não foi atingida⁽³³⁾. Para a professora Francisca Rodrigues Cavalcante:

“Houve um movimento sem agitação, mas não é aquele que se esperava. Nota-se que há uma preocupação maior quando há a existência de cinco chapas - é a primeira vez que isso acontece - há uma preocupação com a política estudantil embasada a nível bastante construtivo”⁽³⁴⁾.

A rigor, não era bem o fato de existirem cinco chapas que polarizara as eleições, mas os discursos dos sujeitos sociais que dela participavam, particularmente o discurso dos estudantes que compunham a chapa REAÇÃO. Tanto é que os resultados eleitorais vão revelar, posteriormente, que, à exceção da chapa REAÇÃO, as demais obtiveram índices inferiores aos dos que optaram pela abstenção (20,6%).

Para o professor Nelson Abraim Fraiji, que participou do processo de formação da chapa para o Diretório Universitário, apoiando a chapa REAÇÃO:

“O estudante de modo geral votou massivamente porque a proposta trazia e incorporava a nova visão do movimento (...) isso revelou que a estudantada toda estava querendo mesmo uma proposta, não queria

(33) “A Crítica”, Manaus, 29 de abril de 1978.

(34) Idem.

mais a manutenção do perfil político que vinha tendo o DU até aquela época ⁽³⁵⁾.

Os resultados das eleições foram os seguintes:

ESTUDANTES APTOS A VOTAR	5.875	
VOTANTES	4.665	79,40%
ABSTENÇÕES - das quais, 26 justificaram (2,14%)	1.220	20,60%
REAÇÃO	2.415	51,77%
PARTICIPAÇÃO	620	13,29%
AUTÊNTICA	588	12,60%
UNIÃO	501	10,70%
RENOVAÇÃO/78	228	4,89%
NULOS	212	4,54%
BRANCOS	101	2,16%

Proclamados os resultados, o Conselho Universitário em reunião extraordinária, no dia 25 de maio de 1978, com a presença do então presidente do Diretório, o estudante João Bosco Sá Valente, recebe de um Conselheiro a comunicação oficial sobre os resultados das eleições. Na oportunidade, o professor Afonso Celso Maranhão Nina informou sobre o recurso solicitado pelo estudante Rivadávia Rosas da chapa PARTICIPAÇÃO.

No dia 31 de maio de 1978, em reunião do Conselho, o ainda presidente do Diretório, João Bosco Sá Valente, através do ofício 00049/77, encaminhou anteprojeto do Regimento daquele órgão, fazendo considerações sobre a necessidade de a entidade dispor de estruturação interna.

(35) Nelson Abrain Fraiji, à época professor do curso de Medicina. Entrevista concedida à autora, Manaus, 1994.

É interessante observar que a proposta de Regimento do Diretório era meta da gestão de João Bôsko Sá Valente que, entretanto, apenas consegue aprovar a proposta de Regimento, no Conselho, ao final de seu mandato, às pressas, e em clima de fragorosa vitória dos setores organizados dos estudantes de oposição à sua gestão. A aprovação aparece nesse cenário como um recurso por parte, também, do Conselho Universitário, no sentido de tentar estabelecer patamares aceitáveis para as ações dos futuros diretores da entidade, e, até mesmo, de deixá-los em situação difícil, como seria no caso da Casa de Estudantes Universitários. Aprovado o Regimento do Diretório, foi normatizado através da Resolução 018/78 do Conselho, assinado pelo Reitor, em exercício, Roberto dos Santos Vieira.

No dia 19 de junho, o Conselho Universitário se reúne, com a presença do novo presidente do Diretório, o estudante do curso de Medicina, José Carlos Gomes Sardinha. Consta da pauta o processo que trata do não reconhecimento do CUCA. O aluno usa a palavra para explicar que os Centros Culturais criados servem como colaboradores do Diretório, pois ambos têm a mesma finalidade. Não conseguindo sucesso, o assunto retornaria posteriormente à pauta. Como se não bastasse o Regimento Interno do Diretório, o Conselho tenta atingir agora as entidades de base de sustentação.

Ainda nessa reunião, o estudante de Filosofia Rivadávia Rosas solicitou a anulação das eleições para o Diretório Universitário, conforme processo apresentado em reunião anterior. No recurso, ele alega que:

"1) Membros da chapa Reação, os vice-presidentes, Paulo Segadilha França, aluno de Economia, e Raimundo Cardoso, aluno de Agronomia não haviam integralizado até então o número suficiente de

créditos para comporem a direção do DU; 2) Que a eleição foi interrompida mais cedo que o previsto, ficando muitos alunos sem votar, prejudicando sua chapa; 3) Que a comissão eleitoral, composta por três professores, designada pelo Reitor, estabeleceu mudanças arbitrárias e ilegais, sem respaldo da lei, ignorando as disposições do Regimento Geral e Decreto-Lei 228/67 e Lei 5.540/68”.

O pedido não foi considerado pelo Conselho, devido à ausência de provas, bem como o fato de não haver tomado conhecimento de reclamações formais antes da apuração do relatório da comissão eleitoral. Esse foi o relato do parecerista Conselheiro David Mello, aprovado por maioria de votos. Na ocasião, seria homologada a chapa REAÇÃO e aprovado o relatório da comissão eleitoral. O Conselho Universitário indeferiu o processo por decurso de prazo e negou provimento ao recurso impetrado pelo estudante de Filosofia:

“Considerando o recurso 4046, de 16 de maio de 1978; Considerando as eleições realizadas em 28 de abril e que somente em 16 de maio é feito o pedido de anulação; Considerando o Regimento Geral em seu parágrafo primeiro do Artigo 21, que prevê o prazo de dez dias (nos vários níveis da administração), resolve negar a solicitação de anulação das eleições”⁽³⁶⁾.

O estudante Rivadávia Rosas insiste, solicitando reconsideração ao pedido. Novamente obrigado a se posicionar, o Conselho responde negando provimento ao pedido de reconsideração, baixando Resolução:

(36) Resolução nº 016/78, do Conselho Universitário.

“Considerando o parágrafo primeiro do Artigo 21 do Regimento Geral, cujos recursos não têm efeitos suspensivos, que o recurso é o pedido de reconsideração que importa na revisão de um julgamento, pelo próprio prolator, e que em verdade, não havia motivo relevante, nem fundamento sólido para a medida excepcional solicitada. Resolve receber o recurso do aluno do curso de Filosofia, discutir o mérito e negar o provimento do mesmo, por falta de amparo legal à vigência da Resolução 17/78, que aprova a Resolução das eleições para o DU e proclama os eleitos”⁽³⁷⁾.

Insatisfeito com os resultados de sua solicitação ao Conselho Universitário, o discente Rivadávia Rosas recorre a uma instância superior - o Conselho Federal de Educação, que, através do relator Antônio Martins Filho, contra-argumenta cada ponto levantado pelo estudante e emite parecer definitivo:

“A antecipação do encerramento da votação (conforme o alegado do recurso) teria, hipoteticamente, causado a falta do voto de estudantes dos cursos noturnos. Ainda por hipótese, se tais alunos tivessem votado, o resultado das eleições poderia ter favorecido a uma outra chapa. Vejamos de acordo com o que existe do real objetivo, e se essa hipótese seria viável. A análise feita à vista do relatório da comissão eleitoral demonstra que:
- *A apuração foi feita por uma comissão composta por professores, estando presentes todos os cinco cabeças de chapa;*
- *Se num total de 5.875 alunos eleitorais relacionados, votaram 4.665, assim faltando 1.210 alunos. Destes,*

(37) Resolução nº 020/78, de 09 de Julho de 1978, do Conselho Universitário.

26 apresentaram justificativas, o que reduziu a 1.184 os alunos que não votaram. Se esses 1.184 tivessem todos votado na chapa participação, o resultado da eleição não teria modificado, ou seja, ainda assim, a chapa Reação teria sido eleita, pois o resultado das eleições obtiveram 2.415 votos (nulos e brancos).

Efetivamente as eleições para o DU foi como um fenômeno. Foram cinco chapas registradas, não se teve notícia de qualquer incidente, antes ou depois do sufrágio. A chapa vitoriosa teve mais votos que a somatória das outras (2.415 X 1.937 - todas).

Ora, o aluno (...) mantendo-se inerte todo o tempo, sem levantar qualquer impugnação (...) somente 16 dias após as eleições e apuração é que apresenta recusa.

Quanto a inelegibilidade do vice, não concordo, e se isso fosse verdade, não impugnavamos a chapa, mas o vice.

Pelo que consta nos autos, tudo está a demonstrar que repetido o ato eleitoral, o resultado será o mesmo, de tal modo a chapa vencedora se avantajou na preferência dos eleitores”.

Como se observa, foi reafirmada nas várias instâncias a vitória dos estudantes organizados nos Centros Culturais, que criam um fato novo e irreversível.

A diretoria foi composta por José Carlos Gomes Sardinha (Medicina) - Presidente; Paulo Segadilha França (Economia) - Primeiro vice; Raimundo Cardoso (Agronomia) - Segundo vice; Ademir G. Ramos (Filosofia) - Secretário; Geraldo Gutemberg S. Jr. (Medicina) - Diretor de Finanças; Heronildo Braga Bezerra (Agronomia) - Diretor de Assuntos Estudantis; Carlos Rubens (Letras) - Diretor de Assuntos Culturais;

Cyrino Júnior (Filosofia) - Diretor de Divulgação; Laert Aguiar - Diretor de Assuntos Jurídicos.

A chapa REAÇÃO apresentou como plano de trabalho:

“1) Defender os interesses de classe; 2) Criação de um jornal universitário; 3) Incentivar a criação dos Centros Culturais em todos os cursos; 4) Criação de um centro de estudo; 5) Departamentalizar o DU; 6) Promover a aproximação dos discentes com a diretoria do DU; 7) Fiscalizar os abusos cometidos por docentes e administradores contra os discentes; 8) Promover palestras e debates, visando aprimoramento técnico, científico e cultural; 9) Manter o intercâmbio com outras entidades, visando o aprimoramento das idéias e pensamentos; e 10) Empenhar-se, dentro de sua área, pela observância dos direitos fundamentais da pessoa humana”⁽³⁸⁾.

A proposta de trabalho da entidade contemplava, no fundamental, as lutas desenvolvidas pelos Centros Culturais, cabendo ao Diretório ser o interlocutor do conjunto dos estudantes da Universidade do Amazonas.

Os Centros Culturais possibilitaram mudanças na estrutura organizativa dos discentes. Antes, havia duas instâncias: o Diretório e a Assembléia dos estudantes. Entre uma e outra instância, passou a existir a reunião das direções dos Centros, funcionando como um Conselho de entidades de base. Além disso, cada curso passou a ter autonomia para discutir suas questões específicas através do seu respectivo Centro.

Uma vez eleita e empossada, a diretoria iniciou sua gestão com a publicação do órgão oficial da entidade “A Voz Universitária”. O editorial

(38) “A Crítica”, Manaus, em 24 de abril de 1978.

afirmava que “A escola e a vida particular passavam para plano secundário, importava apenas a reconstrução do DU (...)”⁽³⁹⁾.

Apesar do entusiasmo dos alunos, motivados pela expressiva vitória, a temporalidade da condição de estudante não permitia continuarem a luta desconsiderando o tempo limite do término do curso.

O jornal da entidade publicava matérias polêmicas, denunciando as políticas desenvolvidas pelo governo, entre as quais as destinadas ao mundo amazônico, a exemplo da matéria assinada por Raimundo Cardoso (Agronomia), tratando dos interesses internacionais na região. O texto faz um histórico do processo de exploração da Amazônia, considerando “entreguismo” a política desenvolvida pelos governos brasileiros. Desafia os governantes chamando-os de “entreguistas, covardes (...) não assumem o que são e não confirmam o que assumem”⁽⁴⁰⁾.

Outra matéria, assinada por José Dantas Cyrino Júnior, denuncia a existência dos órgãos de informação. Para desafiar a repressão, o estudante chama a atenção para o fato de o país estar passando por momentos diferentes, pois, entre outros acontecimentos, havia ocorrido a greve do ABC paulista, fato de grande repercussão na sociedade brasileira. Com relação à Universidade do Amazonas, faz uma denúncia:

“Na UA, a ASI, que funcionava no prédio na praça da polícia (próximo a Reitoria), continua lá, ao que parece vivinha da silva”⁽⁴¹⁾. No início desse ano o Reitor havia nomeado como Assessor de Segurança e Informação o professor Heliandro Maia. Parece ter sido um prêmio, já que este professor, titular com Dedicção Exclusiva, reduziu o número de turmas do

(39) “A Voz Universitária”, Ano I, nº 1, Manaus, maio, 1978.

(40) Idem.

(41) Expressão popular que tem o sentido de reafirmar.

Departamento de Estudos Sociais para assumir plenamente suas novas funções”⁽⁴²⁾.

Uma das primeiras iniciativas do Diretório junto à administração enfocou a Casa dos Estudantes Universitários do Amazonas⁽⁴³⁾. O presidente do Diretório Universitário submete ao Reitor ofício propondo a criação do Regimento da Casa dos Estudantes para tratar do funcionamento e manutenção da Casa. Em 08 de agosto, o Conselho Universitário se reúne, e a solicitação de proposta de Regimento chega ao Conselho em forma de processo, sendo parecerista o professor Aderson Pereira Dutra.

O relator do processo afirmou ser o assunto de competência do próprio Diretório, uma vez que a Casa não possuía personalidade jurídica própria, sendo dependência do Diretório. O argumento do professor Aderson Pereira Dutra tomou como base o fato de a Resolução 018/78 tratar do Regimento do Diretório Universitário, designando ao Diretório poderes para indicação de nomes para administrar a Casa dos Estudantes, bem como provê-la de meios e recursos necessários à sua manutenção.

Para os estudantes, o problema não era a indicação dos nomes para compor a administração da Casa, pois essa medida seria facilmente solucionada, através de reuniões realizadas com seus moradores. Mas sim, abastecê-la de meios e recursos necessários à sua conservação, já que tais medidas implicariam em gerenciar um volume significativo de recursos e atividades burocráticas, os quais poderiam prejudicar as atividades

(42) “A Voz Universitária”, Ano I, nº 1, Manaus, maio, 1978.

(43) A Casa dos Estudantes Universitário do Amazonas funciona na rua Barroso, 257. Em 1972, em virtude da dissolução da União dos Estudantes do Amazonas, passou a pertencer à Fundação Universidade do Amazonas.

acadêmicas dos alunos, como também distanciar o Diretório Universitário de seus objetivos.

Diante dos fatos, o relator do processo sugere que o Conselho não deveria tomar ciência, pois o assunto dizia respeito ao Diretório, portanto, os administradores propostos pela entidade, conjuntamente com os moradores, deveriam resolver o assunto. O parecer foi aprovado, com o voto contrário do presidente do Diretório Universitário. O Conselho Universitário emitiu uma Resolução dizendo não tomar conhecimento do projeto de Regimento da Casa de Estudantes, pois escapava à sua competência⁽⁴⁴⁾.

Por outro lado, o Diretório Universitário e o Centro Cultural de Medicina, diante de um impasse motivado por lutas desenvolvidas reivindicando melhorias na qualidade de ensino do curso, fazem uma carta aberta ao Ministro de Educação e Cultura, com o pedido de publicação, solicitando providências para a contratação de professores capacitados para ministrar as aulas.

Na luta pela ampliação da representação estudantil junto aos órgãos colegiados, o Diretório desencadeia a campanha, e os Centros Culturais publicam matérias referentes ao assunto, contribuindo para a mobilização. Assim, foram as matérias do Diretório Universitário publicadas no jornal "O Grão", do curso de Agronomia, em agosto de 1979, e no jornal do curso de Filosofia "A Questão", em outubro de 1979. Na oportunidade, solicitaram também o compromisso da administração de comunicar com antecedência as matérias diretamente relacionadas aos estudantes.

(44) Resolução nº 31/78, do Conselho Universitário.

A grande conquista do Diretório foi ganhar respeito da administração da Universidade nos primeiros momentos. Tão logo empossados, foram falar com o Reitor, mas "tomaram chá de cadeira"⁽⁴⁵⁾. Coincidência ou não, diz o estudante:

"(...) a gente fez uma manifestação no curso de Medicina e o evento foi uma passeata simulando o enterro do Reitor, isso, para a época, era assombroso, o curso de Medicina saiu com um caixão, de preto, com o nome do Reitor, e o caixão foi incinerado (...) dias após, fomos à Reitoria, imaginando encontrar o clima mais gélido possível (...) a recepção foi impecável, passei à frente de todo mundo, que estava lá engravatado (...), o Reitor foi nos receber na porta, e daí em diante a gente passou a ter acesso"⁽⁴⁶⁾.

A manifestação a que se refere o presidente do Diretório diz respeito ao pleito dos estudantes de Medicina por cursos de férias. O pedido fora negado pelos professores da Faculdade de Medicina que contavam com o apoio do sub-reitor acadêmico, professor Luiz Irapuã Pinheiro. Diante da pressão dos estudantes, o assunto seria debatido no Conselho e teria acatada a solicitação, o que motivaria o pedido de demissão do sub-reitor acadêmico.

Durante o ano de 1979, ocorreram fatos de grande importância na vida política do país como um todo. No que diz respeito aos estudantes da Universidade do Amazonas, dois fatores chamam a atenção: o fato de já haver passado mais de um ano de experiências com a nova forma

(45) Expressão usada por José Carlos Gomes Sardinha para expressar espera por tempo prolongado.

(46) José Carlos Gomes Sardinha, à época aluno do curso de Medicina Entrevista concedida à autora, Manaus, 1994.

organizativa e os contatos com o Movimento Estudantil em nível nacional.

As lutas por liberdades desenvolvidas pelos estudantes permitiam surgir no interior do movimento quantos grupos desejassem, bem como diferentes formas de encaminhamentos.

A participação dos estudantes amazonenses no Congresso da União Nacional dos Estudantes, entre outros contatos, possibilitou o intercâmbio com alunos de outros estados, com outras experiências, com forças políticas que até então desconheciam suas articulações. O clima de agitação política no Congresso contribuiu para despertar nos estudantes amazonenses o interesse em aprofundar seus questionamentos. Tudo isso influenciou, tanto os processos sucessórios como as gestões seguintes das entidades estudantis.

Em 04 de outubro de 1979, em reunião extraordinária do Conselho Universitário, tendo como representantes estudantis José Carlos Sardinha, João Tomé V. de Medeiros Raposo, Gedeão Timóteo Amorim, Heronildo Braga Bezerra e Sônia Lourdes Pedroza, foi apreciado o relatório da comissão eleitoral do Diretório Universitário, referente às eleições realizadas no dia 27 de setembro de 1979.

Concorrem ao pleito duas chapas: DEBATE e AÇÃO, encabeçada por João Pedro, e ARGUMENTO, encabeçada por Jorge Almeida. Com a vitória da chapa apoiada por membros do Diretório, João Pedro foi designado presidente, através da portaria 032/79.

O Congresso da União Nacional dos Estudantes, realizado em Salvador no mês de maio de 1979, contou com a participação da delegação do Estado do Amazonas. Se estudantes de outros estados do país tiveram dificuldades financeiras para viabilizar a ida de suas

delegações, o Amazonas encontrou mais obstáculos ainda, dadas as suas particularidades geográficas. O distanciamento físico e os custos do transporte aéreo, necessário aos percursos distantes da região, dificultavam a participação. Acrescente-se a isso o fato de o evento ser realizado em período de aulas, como forma de facilitar a mobilização dos estudantes. No Amazonas, o meio de transporte usual é o fluvial, o que inviabilizaria a ida dos estudantes, ou o seu semestre letivo. Tudo isso exigiu que os alunos do Amazonas, apesar de vivenciarem ainda uma experiência bem recente nos fóruns do Movimento Estudantil, lutassem por um volume maior de recursos financeiros de modo a permitir a presença de sua delegação.

Os discentes iniciaram uma seqüência de promoções para arrecadar fundos e sensibilizar a sociedade. Intelectuais, artistas plásticos, pintores, professores, poetas, músicos contribuíram com quadros, livros, entre outros objetos para leiloar, bem como com dinheiro em espécie. Obtidas as passagens, uma parcela dos estudantes faz o percurso de avião Manaus a Belém, enquanto outra faz o percurso Manaus a Brasília. Em ambos os casos, completam o resto do itinerário via terrestre. No trajeto terrestre, roteiro feito pela ampla maioria das delegações, a repressão funcionava mais intensamente, pois os ônibus eram interrompidos, como afirmam os estudantes Paulo Segadilha França e José Dantas Cyrino Júnior que participaram do Congresso⁽⁴⁷⁾.

No primeiro dia do Congresso, houve um "blackout", provavelmente provocado pela repressão, com o objetivo de impedir ou mesmo intimidar os universitários, como admite a estudante amazonense:

(47) Paulo Segadilha França, à época aluno do curso de Economia. Entrevista concedida à autora, Manaus, 1994. José Dantas Cyrino Júnior, à época aluno do curso de Filosofia. Entrevista concedida à autora, Manaus, 1994.

“começou a pipocar coisas, eu pensei que eram bombas e que a gente ia ser torturada, morta e desaparecida, como nós ouvíamos falar dos outros (...) eu comecei a tremer”⁽⁴⁸⁾. Esse cenário relatado pela aluna era bastante comum nas manifestações organizadas por setores da sociedade civil brasileira, entre os quais os fóruns organizados pelos estudantes, que denunciavam a situação política do país.

Os cinegrafistas que estavam fazendo a cobertura, acenderam as luzes de seus equipamentos iluminando a mesa diretora dos trabalhos. Os organizadores do evento tomaram a iniciativa de dizer palavras de ordem em voz alta e de pedir para que passassem adiante as frases. Dessa forma, a coordenação do Congresso conseguiu comunicar-se com todo o plenário. É interessante observar, ainda, o depoimento da estudante, quando diz:

“Chama a atenção essa solidariedade entre os alunos, nós éramos mais a parte despolitizada (...) e achávamos que a ditadura não dava pra gente derrubar, mas a UNE a gente podia construir, mesmo a despeito da ditadura. E nós fizemos isso”⁽⁴⁹⁾.

Ainda na fase inicial do Congresso, no momento de acomodação das delegações, nas instalações físicas do prédio, coube ao Amazonas ficar próximo à mesa diretora. A delegação amazonense entra no plenário do Congresso com alguém carregando a bandeira do seu estado - que tem cores semelhantes às da bandeira dos Estados Unidos da América (EUA). Naquele instante, alguns estudantes do plenário, particularmente aqueles

(48) Maria da Conceição de Lima Derzi, à época aluna do curso de Comunicação Social. Entrevista à autora, Manaus, 1994.

(49) Idem.

que se encontravam próximo à delegação amazonense, puxaram vaias para os alunos amazonenses, pois confundiram a bandeira do estado do Amazonas com a dos EUA e gritaram palavras de ordem “abaixo a bandeira imperialista”. Mas, imediatamente, o equívoco foi desfeito⁽⁵⁰⁾.

A repressão nas Universidades era algo que existia, concretamente, sendo normatizado por lei. No entanto, até hoje, é um assunto sobre o qual poucas pessoas se dispõem a falar, particularmente aqueles que assumiram algumas funções, nas quais eram obrigados a desempenhar o papel de coletor de informação ou, estando de posse dessas informações, penalizar alguém. O mesmo não acontece com os que denunciaram a repressão, o autoritarismo, a falta de liberdade, tal como os estudantes da Universidade do Amazonas que vivenciaram o período.

Vejamos alguns depoimentos:

“ (...) você não tinha nem bancos, nem espaços no pátio, exatamente com a finalidade de não deixar formar grupinhos para discutir”⁽⁵¹⁾.

“O perfil do policial federal criou um estereótipo (...) eles não eram amazonenses, vinham a serviço - porque não podiam ser ninguém do nosso convívio, pois conhecíamos quase todo mundo; andavam com bolsa de couro; com óculos redondilha de “intelectual”, e utilizavam calças jeans”⁽⁵²⁾.

“(...) havia de fato aqui, Assessoria de Segurança e Informação, que agia em determinados momentos (...) havia um momento qualquer, por exemplo, de eleição, vamos supor que houvesse uma eleição para o

(50) Conforme José Dantas Cyrino Júnior, à época aluno do curso de Filosofia. Entrevista concedida à autora, Manaus, 1994.

(51) José Carlos Gomes Sardinha, à época aluno do curso de Medicina. Entrevista concedida à autora, Manaus, 1994.

(52) Maria Magela Mafra de Andrade, à época aluna do curso de Serviço Social. Entrevista concedida à autora, Manaus, 1994.

Diretório, essas coisas, nomeação, por exemplo, a pasta passava por lá, mandava-se para dizer se pode ou não pode (...) legalmente era um funcionário da própria Universidade (...) eles tinham arquivos e uma sala na própria reitoria”⁽⁵³⁾.

“(...) tinha o controle ideológico sobre os professores. Os professores tinham medo de ter alguém do serviço de informação fiscalizando as aulas.”⁽⁵⁴⁾

Como vimos, a repressão não era apenas no papel, ela era realizada por pessoas que tinham nomes, moravam em algum lugar, comandaram e foram comandados por outros, conviveram na Universidade, enfim, existiriam e cumpriram o seu papel. Se ainda estão ou não na Instituição, se foram fiéis ou não às determinações, se delataram ou não, se eram ou não pessoas de fora do Estado do Amazonas, do convívio social dos familiares e amigos dos estudantes, enfim, o que fizeram, como fizeram, bem como as repercussões de suas atividades, tudo isso necessita de estudos mais detalhados, tratando especificamente do assunto, pois são inúmeras as interrogações que ainda pairam sobre os acontecimentos. Entretanto o que colhemos dos relatos de parcela de estudantes e da Administração nos possibilitam fazer algumas considerações sobre o assunto.

A existência dos Órgãos de Informação era do conhecimento dos estudantes e da administração. O estereótipo construído para o perfil do policial federal também não era segredo para os alunos. A tentativa de impedir espaços de sociabilidade na Universidade não era coincidência,

(53) Octávio Hamilton Botelho Mourão, à época Reitor da Universidade do Amazonas. Entrevista concedida à autora, Manaus, 1994.

(54) Ricardo Pereira Parente, à época aluno do curso de Filosofia. Entrevista concedida à autora, Manaus, 1994.

mas fazia parte da lógica da proibição, da busca de controle. A administração não só tinha o conhecimento da existência dos Órgãos, mas, sobretudo, convivia com eles, sabendo exatamente onde funcionavam, quais as suas estratégias de trabalho, quais os recursos de que dispunham.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo de percursos, formas organizativas e estratégias de encaminhamento distintos, os estudantes dos cursos mencionados acima revelaram especificidades no processo organizativo. Participando dos grupos de teatro, em reuniões realizadas com o objetivo de discutir temas políticos, criando entidades culturais, seja priorizando o debate acerca das questões específicas do curso, seja tratando das temáticas políticas gerais, quer as atividades ocorressem nas entidades criadas por fora da estrutura oficial, quer nas entidades oficiais, os estudantes criaram diferentes alternativas de ação política.

Os universitários se apropriaram de importantes redes de sociabilidade, utilizando-se de ambientes propiciados pelas partidas de futebol, bares, ou de qualquer outro evento cultural, como forma de mobilização dos colegas. Tais espaços possibilitaram aos estudantes, por um lado, ampliar a rede de sociabilidade, por outro, em determinados momentos, organizarem-se fora dos muros da Instituição, dificultando a ação dos agentes de informação existentes, na época, no interior da Universidade.

As ações dos estudantes voltadas para as lutas por direitos demonstraram sua atuação na construção de um espaço público, capaz de revelar um mundo comum a todos, porém o lugar de cada um dentro desse mundo, possibilitando aos universitários serem vistos e ouvidos por outras pessoas em diferentes perspectivas. A utilização desse espaço contribuiu em dar visibilidade ao movimento.

Para publicizarem suas ações, os estudantes criaram jornais e os fizeram circular na comunidade acadêmica, dentro e fora do Estado, bem

como entre outras entidades de interesses semelhantes. Legalizaram a entidade, baseados nos Direitos Individuais que integravam a Constituição Brasileira. Tudo isso obrigou a Universidade a se posicionar criando um fato político, capaz de polarizar setores da sociedade amazonense. Tal fato permitiu criar opinião na comunidade universitária de forma que, no processo eleitoral realizado para o Diretório Universitário, os estudantes que organizaram os Centros Culturais saíssem vitoriosos, elegendo a nova diretoria do DU.

Após a criação dos Centros Culturais e a vitória nas eleições para o Diretório Universitário, o ambiente universitário se transformou para os estudantes. As instâncias de poder de decisão na Instituição passaram a viver com representantes estudantis que discutiam a pauta e chegavam com posições definidas nos fóruns da administração. As salas de aulas se tornaram em espaços de polêmicas. As decisões das representações estudantis se coletivizaram. As reuniões, assembleias, seminários, conselhos, enfim, o ambiente coletivo para realizar discussões e decisões passou a incorporar a cultura dos estudantes. O intercâmbio com alunos de outros estados brasileiros possibilitou aos estudantes amazonenses conhecerem novas experiências.

Hoje, passado o período, é interessante pensar sobre o significado da participação no movimento estudantil da Universidade do Amazonas. Os sujeitos sociais que criaram, conscientes ou não, uma nova prática política na Instituição, com sua ação, contribuíram também com a possibilidade da construção de uma nova prática política no Estado do Amazonas.

No relato das experiências vivenciadas pelos estudantes, observamos a pluralidade de significados existentes, segundo cada um

dos participantes. Há quem veja o movimento como momento de superação de verdades e construção de novas verdades, de adquirir agilidade no raciocínio diferenciando-se de outros atores sociais, de aprender a viver com grandes públicos, sair do anonimato, conhecer práticas distintas, aguçar o senso crítico, bem como de se sentir sujeito construtor da realidade social. Nesse sentido, o conhecimento adquirido nos movimentos difere da natureza do conhecimento adquirido na sala de aula.

Vejamos a fala de alguns dos participantes no movimento:

"(...) quem me ensinou a perder esse medo e conviver com a diferença, com a crítica, com a contradição, com o embate, quem me ensinou que criticar é sadio, que o que cresce é o confronto, tudo isso eu aprendi no Movimento Estudantil"⁽¹⁾.

"(...) permitiu ver as práticas políticas e questioná-las, escolher as que eu achava adequada"⁽²⁾.

"a vantagem principal é essa de ver criticamente as disciplinas, o comportamento dos colegas, e esse espírito crítico, só vê, quando a gente está fora de sala de aula (...)"⁽³⁾.

No depoimento dos estudantes, vemos a idéia de conceber o espaço público, enquanto lugar, por excelência, onde os discursos adquirem importância, ou mesmo onde a pluralidade da ação dos homens

(1) José Dantas Cyrino Júnior, à época aluno do curso de Filosofia. Entrevista concedida à autora, Manaus, 1994.

(2) José Carlos Gomes Sardinha, à época aluno do curso de Medicina. Entrevista concedida à autora, Manaus, 1994.

(3) Maria da Conceição de Lima Derzi, à época aluna do curso de Comunicação Social. Entrevista concedida à autora, Manaus, 1994.

se revelam. O convívio ao lado de pessoas diferentes, com interesses distintos, possibilitou aos estudantes verem o espaço público como o lugar onde se constroem verdades. O debate de idéias travado neste espaço, ao exigir a argumentação das partes, possibilitou confirmar ou negar posições. Assim, o confronto de idéias é também um momento de crescimento, de mudar a si e aos outros.

"(...) o ME me deu condições de aprender com facilidade um assunto que, para um outro colega, era difícil (...)"⁽⁴⁾

"(...) até que eu tivesse essa participação no diretório, conversar com uma ou duas pessoas, três pessoas para mim, já era multidão (...)"⁽⁵⁾

Na vivência com outras pessoas, os estudantes perceberam não apenas os seus limites, mas também os limites dos demais. No processo, os participantes do movimento foram, ao mesmo tempo, construindo suas argumentações e perdendo o receio de falar para grandes públicos. Os movimentos que surgiram, partindo de sujeitos sociais que possuíam condições limitadas (como foi o caso), e procuraram, ao mesmo tempo, romper com tais limites, possibilitaram criar e construir alternativas para superá-las. *"(...) eu me tornei uma pessoa extremamente conhecida na cidade."*⁽⁶⁾

Os estudantes, ao lutarem pela concretização de suas vontades privadas, identificaram-se com vontades dos outros, tomando suas

(4) Heronildo Braga Bezerra, à época aluno do curso de Agronomia. Entrevista concedida à autora, Manaus, 1994.

(5) José Carlos Gomes Sardinha, à época aluno do curso de Medicina. Entrevista concedida à autora, Manaus, 1994.

(6) Idem.

reivindicações vontades comuns. Saíram de um espaço privado, submetidos a olhares restritos, para o espaço público, exposto ao olhar plural e exigente do coletivo. Assim, o que tornou alguns estudantes conhecidos na sociedade não foi o fato de eles serem reconhecidos individualmente por várias pessoas, mas sim, e sobretudo, suas idéias serem reconhecidas por muitos, enquanto interlocutores de vontades coletivas. Daí por que suas posturas políticas passaram a ser acompanhadas pela parcela que se identificava com suas argumentações. "(...) participar de reuniões nacionais em Brasília, Salvador, Fortaleza, etc. (...) a gente via que as pessoas não estavam cruzando os braços."⁽⁷⁾

Debater com pessoas com outras experiências, formas de organização política, estratégias de luta, ao viajar e conhecer esse novo mundo, organizado com outra lógica, possibilitou àqueles, que tiveram essa oportunidade, refletir sobre suas ações, bem como, sobre a nova realidade que passaram a conhecer. Tudo isso fez os sujeitos sociais perceberem em que eram iguais e em que se distinguiam. Esse momento torna suas lutas importantes, em primeiro lugar, pelo reconhecimento de não se sentirem isolados e, em segundo, por tomarem ciência dos limites de suas lutas e conquistas.

"(...) o movimento foi a escola que a Universidade não me deu, tudo que eu aprendi, o que eu estudei na escola, eu aprendi como técnica, que eu deveria aprender para ser uma assalariada, e no ME, o que eu aprendi, aprendi para ser liberta (...)"⁽⁸⁾

(7) Paulo Segadilha França, à época aluno do curso de Economia. Entrevista concedida à autora, Manaus, 1994.

(8) Maria da Conceição de Lima Derzi, à época aluna do curso de Comunicação Social. Entrevista concedida à autora, Manaus, 1994.

O depoimento nos faz observar que as ações diferem, ainda, segundo os fins e os espaços em que elas ocorrem. É uma experiência que não se transfere, e, mesmo quando relatada a alguém, o processo de aprendizagem é também iniciativa de quem, ao ouvir, é capaz de abstrair e procurar extrair possibilidades desse relato, segundo as condições concretas em que ocorrem as ações.

"Nós contribuimos para criar a democracia no Brasil, porque ela não foi só obra dos líderes democráticos, foi obra nossa, brigamos, lutamos, para ampliar o espaço de democracia no ICHL, enfrentamos a direção para conseguir o direito de nos organizarmos, de termos um centro, de falarmos, protestarmos (...)"⁽⁹⁾

Ao reivindicarem direitos e conquistarem mudanças nos seus espaços de convivência social, tais experiências possibilitaram aos sujeitos sociais se verem enquanto sujeitos construtores de sua história. Essa nos parece ser a principal, senão uma das mais importantes experiências para aqueles que construíram o movimento aqui exposto.

Ao final da gestão do Diretório Universitário, com a participação no XXXI Congresso da União Nacional dos Estudantes realizado em Salvador, os estudantes amazonenses passam a manter contato com o movimento existente nos demais Estados brasileiros. Esse é também o período em que ocorre a (re)organização e construção de agremiações partidárias. A partir daí, os movimentos sociais existentes passaram a viver com a presença de um novo sujeito social em seu interior: os

(9) Ricardo Pereira Parente, à época aluno do curso de Filosofia. Entrevista concedida à autora, Manaus, 1994.

sujeitos coletivos (partidos políticos, tendências políticas, correntes de opinião, enfim instâncias de organização social que se reuniam e tomavam posições de forma organizada, passando a disputar a direção dos movimentos).

Ao observarmos a presença de ex-lideranças do Movimento Estudantil atuando em outros setores organizados na sociedade, entre os quais os partidos políticos, refletimos sobre as observações de Bourdieu,

“A escola sempre se esquece disto, não é simplesmente um lugar onde se aprende coisas, saberes, técnicas, etc.: é também uma instituição que concede títulos, isto é, direitos, e ao mesmo tempo, confere aspirações” (Bourdieu, 1983).

Nesse sentido, além da natureza da instituição de ensino, a militância no Movimento Estudantil contribui decisivamente para a formação de lideranças forjadas em outros setores organizados da sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A Crítica, Manaus, 1976 a 1979.

Albuquerque, J. A. Guilhon (1977) **Movimento estudantil e consciência social na América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 198p. (Estudos latino-americanos, 9).

Alves, Maria Helena Moreira (1989) **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis: Vozes, 362p.

Andrade, Maria Magela Mafra de. Professora [Entrevista concedida à autora sobre movimento estudantil]. Manaus, 1994 (Aluna do curso de Serviço Social à época).

Antony, Lúcia Regina. Funcionária Pública [Entrevista concedida à autora sobre movimento estudantil]. Manaus, 1994. (Aluna do curso de Odontologia à época).

A Questão, Manaus, 1978 a 1979.

Araújo, João Bosco Bezerra de. [Entrevista concedida à autora sobre movimento estudantil]. Manaus, 1994. (Professor do Departamento de Filosofia, diretor do Instituto de Ciências Humanas e Letras, 1981-1985).

Arendt, Hannah (1989) **A Condição humana**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 338p.

----- (1993) **A Dignidade da política: ensaios e conferências**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 195p.

- (1993) **Lições sobre a filosofia de Kant**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 152p.
- (1994) **Sobre a violência**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 114p.
- ARTE & delírio: reflexões sobre a cultura no Amazonas**. Manaus: Calderaro, 1985, 88p.
- Azancoth, Edney (1993) **No palco nem tudo é verdade: memória de um ator amazonense**. São Paulo: Marco Zero, 77p.
- Bahiana, Ana Maria (1979/1980) **Importação e assimilação: rock, soul, discotheque**. In: *Anos 70: música popular*. Rio de Janeiro: Europa Emp. Graf. e Edif. Ltda., 100p. v.7, p.41-51.
- (1979/1980) **A “Linha evolutiva” prossegue - a música dos universitários**. In: *Anos 70: música popular*. Rio de Janeiro: Europa Emp. Graf. e Edif. Ltda., 100p., v.7, p.25-40.
- (1979/1980) **Música instrumental - o caminho do improvisado brasileiro**. In: *Anos 70: música popular*. Rio de Janeiro: Europa Emp. Graf. e Edif. Ltda., 100p., v. 7, p.77-90.
- Barros, David Ferreira, Silva, Rinalva Cassiano (1993) **Entre autonomia e competência**. Piracicaba: UNIMEP, 124p.
- Berlinck, Manuel Tosta (1984) **O Centro popular de cultura da UNE**. Campinas: Papyrus. 120p. (Coleção Krisis).
- Bernardet, Jean Claude (1994) **O Autor no cinema: a política dos autores: França, Brasil nos anos 50 e 60**. São Paulo: Brasilliense, 204p.

- Bezerra, Heronildo Braga. Professor [**Entrevista concedida a autora sobre movimento estudantil**]. Manaus, 1994. (Aluno do curso de Agronomia, presidente fundador do Centro Universitário e Cultural de Agronomia, 1978-1979, diretor de assuntos estudantis do Diretório Universitário, 1978-1979).
- Bourdieu, Pierre (1989) **O Poder simbólico**. Lisboa: Difel. 311p.
- (1983) **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero. 208p.
- (1968) O Tempo e o espaço no mundo estudantil. In: Britto, Sulamita de. **Sociologia da juventude III: a vida coletiva juvenil**. Rio de Janeiro: Zahar. p.61-85. (Textos básicos de Ciências Sociais).
- Brandão, Antônio Carlos, Duarte, Milton Fernandes (1990) **Movimentos culturais da juventude**. São Paulo: Moderna. 120p. (Polêmica).
- Brasil. Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, n.241, p.10801-10802, 13 dez. 1968. Seção 1, pt.1.
- Decreto-lei nº 477, de 26 de fevereiro de 1969. Define infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público ou particular, e dá outras providências. *Vox Legis*, São Paulo, v.2, p.191-193, fev. 1969.
- [Constituição (1967)]. **Constituição da República Federativa do Brasil: Emenda Constitucional nº 1, de 17 de outubro de 1969**. Brasília: Senado Federal. 1969. 129p.

- Lei nº 4.341, de 13 de junho de 1964. Cria o Serviço Nacional de Informações. *Diário Oficial dos Estados Unidos do Brasil*, n. 113, p.5073-5074, 15 jun. 1964. Seção 1, pt.1.
- Lei nº 4.464, de 9 de novembro de 1964. Dispõe sobre os Órgãos de Representação dos estudantes e dá outras providências. *Lex*, São Paulo, t.2, p.976-979, 1964.
- Carvalho, Dori. Ator **[Entrevista concedida à autora sobre movimento estudantil]**. Manaus, 1994. (Proprietário da Livraria Máira à época).
- Castells, Manuel (1984) **Problema de investigação em sociologia urbana**. Lisboa: Presença. 300p.
- Cavalari, Rosa Maria Feitoso (1987) **Os Limites do movimento estudantil (1964-1980)**. Campinas: Unicamp. [mimeografado].
- Chauí, Marilena (1987) **Conformismo e resistência**. São Paulo: Brasiliense. 179p.
- Cohn-Bendit, Daniel (1988) **O Grande bazar: as revoltas de 1968**. São Paulo: Brasiliense. 196p.
- Costa, João Pedro Gonçalves. Funcionário Público **[Entrevista concedida a autora sobre movimento estudantil]**. Manaus, 1994. (Aluno do curso de Agronomia, vice-presidente do Diretório Universitário, 1978-1980).
- Cyrino Júnior, José Dantas. Professor **[Entrevista concedida à autora sobre movimento estudantil]**. Manaus, 1994. (Aluno do curso de Filosofia, vice-presidente fundador do Centro Acadêmico, Filosófico e Cultural do Amazonas, 1978-1979, diretor de divulgação do Diretório Universitário, 1978-1979).

- Derzi, Maria da Conceição de Lima. Professora **[Entrevista concedida à autora sobre movimento estudantil]**. Manaus, 1994. (Aluna do curso de Comunicação Social, presidente fundadora do Centro Universitário de Comunicação Social, 1978).
- Fávero, Maria de Lourdes de A (1995) **A UNE em tempos de autoritarismo**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 218p. (Série Universidade).
- Feijó, Martin Cezar (1983) **O Que é política cultural**. São Paulo: Brasiliense. 79p. (Coleção primeiros passos, 107).
- Ferreira, Brasília Carlos (1988) **A Classe como sujeito**. Natal: UFRN/MCS. (Cadernos de texto, 2). [mimeografado].
- Ferry, Luc & Renaut, Alain (1988) **Pensamento 68: ensaio sobre o anti-humanismo contemporâneo**. São Paulo: Ensaio. 265p.
- Foracchi, Marialice (1977) **O Estudante e a transformação da sociedade brasileira**. São Paulo: Nacional. 318p.
- (1982) **A Participação social dos excluídos**. São Paulo: Hucitec. 173p.
- Fraiji, Nelson Abraham. Professor **[Entrevista concedida à autora sobre movimento estudantil]**. Manaus, 1994. (Professor do Departamento de Medicina à época).
- França, Paulo Segadilha. Jornalista **[Entrevista concedida à autora sobre movimento estudantil]**. Manaus, 1994. (Aluno do curso de Economia, vice-presidente do Diretório Universitário, 1978-1979).

Gabeira, Fernando (1984) **O Que é isso companheiro?** São Paulo: Abril Cultural 261p. (Grande sucesso série ouro).

O Gen, Manaus, 1978 a 1979.

O Grão, Manaus, 1978 a 1979.

Germano, José Willington (1992) **Estado Militar e Educação no Brasil (1964-1985)**. São Paulo: Cortez. 297p.

Gorender, Jacob (1987) **Combate nas trevas - a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada**. São Paulo: Ática. 287p.

Graziottin, Vanessa. [Entrevista concedida à autora sobre movimento estudantil]. Manaus, 1994. (aluna do curso de Farmácia, presidente do Diretório Universitário, 1982-1983).

Habermas, J. et al (1968) *O Comportamento político do estudante comparado ao da população no geral*. In: Britto, Sulamita de. **Sociologia da juventude II: para uma sociologia diferencial**. Rio de Janeiro: Zahar. p.115-131. (Textos básicos de Ciências Sociais).

----- (1984) **Mudança estrutural da esfera pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. 397p.

História da UNE: **depoimentos de ex-dirigentes**. São Paulo: Livramento, 1980. 127p., v. 1. (História presente, 4).

Hollanda, Heloísa Buarque de, Gonçalves, Marcos A. (1990) **Cultura e participação nos anos 60**. São Paulo: Brasiliense. 101p. (Tudo é história, 41).

Ianni, Otávio (1968) O jovem radical. In: Britto, Sulamita de. **Sociologia da juventude I: etapas da sociologia da juventude**. Rio de Janeiro: Zahar. p.225-241. (Textos básicos de Ciências Sociais).

Jornal da Universidade, Manaus, 1990 a 1994.

José, Marcos (1993) **Gruta: a flecha do teatro cabocão**. Manaus: Imprensa Universitária. 181p.

Lefort, Claude (1991) **Pensando o político: ensaios sobre democracia, revolução e liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 331p.

Lima, Haroldo, Arantes, Aldo (1984) **História da ação popular: da JUC ao PCdoB**. São Paulo: Alfa-Ômega. 176p.

Maciel, Luiz Carlos (1982) **Negócio é o seguinte**. Rio de Janeiro: Codecri. 245p. (Coleção edições do pasquim, 101).

Mannheim, Karl (1968) *O problema da juventude na sociedade moderna*. In: Britto, Sulamita. **Sociologia da juventude I: etapas da sociologia da juventude**. Rio de Janeiro: Zahar. p.69-94. (Textos básicos de Ciências Sociais).

Mantega, Guido (1984) **A Economia política brasileira**. Rio de Janeiro: Vozes. 288p.

Martins, Luciano (1979) A Geração AI-5. In: Araújo, Bráz José et al. **Ensaio de opinião**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. p.72-95.

Martins Filho, João Roberto (1987) **Movimento estudantil e ditadura militar**. Campinas: Papyrus 92p. (Tudo é história, 9).

- Matos, Olgaria C. F. (1982) **Paris 1968: as barricadas do desejo**. São Paulo: Brasiliense. 104p. (Tudo é história, 9).
- Melucci, Alberto (1989) Um Objetivo para os movimentos sociais? *Lua Nova*, n. 17, p.49-66, jun..
- Mendes Júnior, Antônio (1981) **Movimento estudantil no Brasil**. São Paulo: Brasiliense. 92p. (Tudo é história, 23).
- Monte, Paulo Pinto (1992) **Etno-História Waimiri-Atroari (1663-1962)**. São Paulo. [mimeografado].
- Moore Jr., Barrington (1987) **Injustiça: as bases sociais da obediência e da revolta**. São Paulo: Brasiliense. 713p.
- Moretti, Serenito A. (1984) **Movimento estudantil em Santa Catarina**. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina. 105p.
- Mourão, Octávio Hamilton Botelho. Aposentado **[Entrevista concedida à autora sobre movimento estudantil]**. Manaus, 1994. (Professor do Departamento de Física, vice-reitor, 1970-1976, reitor, 1976-1980 e 1981-1985)
- Nina, Afonso Celso Maranhão. Professor **[Entrevista concedida à autora sobre movimento estudantil]**. Manaus, 1994. (Professor da Faculdade de Educação, sub-reitor acadêmico à época).
- Oliveira, José Alberto Saldanha (1994) **A Mitologia estudantil: uma a bordagem sobre o movimento estudantil alagoano**. Maceió: Sersaga. 218p.
- Paoli, M.C., Sader, E. (1986) Sobre classes populares no pensamento sociológico brasileiro (notas de leituras sobre

acontecimentos recentes). In: Cardoso, Ruth. **Aventura antropológica**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. p.39 -68.

- Parente, Ricardo Pereira. Professor **[Entrevista concedida à autora sobre movimento estudantil]**. Manaus, 1994. (Aluno do curso de Filosofia, membro do Grupo de Teatro Universitário do Amazonas, 1977-1978, presidente fundador do Centro Acadêmico, Filosófico e Cultural de Agronomia. 1978)
- Penteado, Sílvia Ângela Teixeira (1991) **Participação na Universidade: retrato em preto e branco**. São Paulo: Pioneira. 129p. (Coleção novos umbrais)
- Perrone, Fernando (1988) **Relatos de guerra: Praga**. São Paulo, Paris/São Paulo: Busca Vida. 158p.
- Pescuma, Dema (1990) **O Grêmio estudantil: uma realidade a ser conquistada**. São Paulo. 177p. [mimeografado]
- Pessoa Filho, Paulo Sarmento. Bancário **[Entrevista concedida à autora sobre movimento estudantil]**. Manaus, 1994. (Aluno do curso Biologia, presidente do Diretório Universitário, 1983-1984)
- Poerner, Arthur José (1995) **O Poder jovem: história da participação política dos estudantes brasileiros**. São Paulo: Centro de Memória da Juventude. 359p.
- Polari, José (1994) **Movimento estudantil ensinando a reivindicar**. Manaus. [mimeografado]
- Ramos, Edson dos Anjos (1994) Funcionário Público **[Entrevista concedida à autora sobre movimento estudantil]**. Manaus,

1994. (Aluno do curso de Medicina, presidente do Diretório Universitário, 1981-1982)
- Reis, Arthur César Ferreira (1983) **Temas amazônicos**. Manaus: Imprensa Oficial do Estado. 149p.
- Reis Filho, Daniel Aarão (1988) **1968: a paixão de uma utopia**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo. 220p.
- Romagnoli, Luiz Henrique, Gonçalves, Tânia (1979) **A Volta da UNE: de Ibiúna à Salvador**. São Paulo: Alfa-Ômega. 96p. (História imediata, 5)
- Rosas, Clemente (1992) **Praia do Flamengo, 132: crônica do movimento estudantil nos anos 1961-1962**. Recife: FUNDARPE. 164p.
- Roszak, Theodore (1972) **A Contracultura: reflexões sobre a sociedade tecnocrática e a oposição juvenil**. Petrópolis: Vozes. 301p.
- Sader, Eder (1988) **Quando novos personagens entraram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo 1970-1980**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 329p.
- Sampaio, George Tasso Lucena. Professor [Entrevista concedida à autora sobre movimento estudantil]. Manaus, 1994. (Aluno do curso de Agronomia, diretor de imprensa do Centro Universitário e Cultural de Agronomia, 1979-1980, coordenador de imprensa e divulgação da Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB), diretor do Diretório Universitário, 1981-1982, diretor da União Nacional dos Estudantes).
- Sanfelice, José Luiz (1986) **Movimento estudantil e a UNE na resistência ao golpe de 64**. São Paulo: Cortez. 240p.
- Sardinha, José Carlos Gomes. Médico [Entrevista concedida à autora sobre movimento estudantil]. Manaus, 1994. (aluno do curso de Medicina, presidente do Diretório Universitário, 1978-1979)
- Scherer-Warren, Ilse (1979) O Caráter dos novos movimentos sociais. In: Scherer-Warren, Ilse & Krischke, Paulo J. **Uma Revolução no cotidiano?** São Paulo: Brasiliense. p.35-53.
- Sennet, Ricardo (1988) **O Declínio do homem público**. São Paulo: Companhia das Letras. 447p.
- Silva, Justina Iva de A. (1988) **Estudantes e política: estudo de um movimento (RN-1960/1969)**. São Paulo: Cortez. 201p.
- Silva Neto, Antônio Levino da. Professor [Entrevista concedida à autora sobre movimento estudantil]. Manaus, 1994. (Aluno do curso de Medicina, presidente do Diretório Universitário, 1984-1985).
- Sombra, Raimundo Nascimento (1994) **Fundamentos de história e geografia do Amazonas**. Manaus: Prisma. 113p.
- Souza, Márcio (1977) **Expressão Amazonense: do colonialismo ao neocolonialismo**. São Paulo: Alfa-Ômega, 217p. (Série primeira, 5).
- Tadros, Vânia Maria Tereza Nóvoa (1991) **A Institucionalização da avaliação do Departamento Docente na Universidade do Amazonas**. Uberlândia. [mimeografado]

Tinhorão, José Ramos (1978) **Pequena história da música popular (da modinha à canção de protesto)**. Petrópolis: Vozes. 237p.

Touraine, A. Os Novos conflitos sociais: para evitar mal-entendidos. *Lua Nova*, n.17, p.5-18, jun. 1989.

----- (1989) **Palavra e sangue: política e sociedade na América Latina**. Campinas: UNICAMP. 598p.

Universidade do Amazonas. **Atas do Conselho Universitário**. Manaus, 1965-1985.

----- *Estatuto e regimento geral da Universidade do Amazonas*. Manaus, 1974.

Ventura, Zuenir (1988) **1968 o ano que não terminou: aventura de uma geração**. Nova Fronteira. 314p.

Vieira, Roberto dos Santos. Professor [**Entrevista concedida à autora sobre movimento estudantil**]. Manaus, 1994. (Professor do Departamento de Economia, vice-reitor, 1976-1980, reitor, 1985-1989)

Voz Universitária, Manaus, 1978 a 1979.

O Zero, Manaus, 1977 a 1979.



Impresso na

IMPRESA UNIVERSITÁRIA

Av. Gal. Rodrigo Octávio Jordão Ramos, 3000 - Aleixo
Bloco L - Minicampus - Campus Universitário
Fone (092) 644-1610 - 60.077-000 - Manaus - AM